



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MASSAO KAWAHAMA

O CRIME DOS SEUS OLHOS:

A (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO
JAPONESA NO BRASIL NO ROMANCE “OS LIVROS DE
SAYURI”, DE LÚCIA HIRATSUKA (2008)

Londrina
2020

MASSAO KAWAHAMA

O CRIME DOS SEUS OLHOS:
A (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO
JAPONESA NO BRASIL NO ROMANCE “OS LIVROS DE
SAYURI”, DE LÚCIA HIRATSUKA (2008)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Richard Gonçalves André.

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

- 22 Kawahama, Massao .
O crime dos seus olhos: : a (re)construção da memória da imigração japonesa no Brasil no romance "Os livros de Sayuri", de Lúcia Hiratsuka (2008) / Massao Kawahama. - Londrina, 2020.
96 f. : il.
- Orientador: Richard Gonçalves André.
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2020.
Inclui bibliografia.
1. A reconstrução da memória da imigração japonesa no Brasil - Tese. 2. Literatura e história - Tese. 3. Literatura nipo-brasileira - Tese. 4. Centenário da Imigração Japonesa no Brasil - Tese. I. Gonçalves André, Richard. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.
- CDU 93

MASSAO KAWAHAMA

O CRIME DOS SEUS OLHOS:

A (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO
BRASIL NO ROMANCE “OS LIVROS DE SAYURI”, DE LÚCIA
HIRATSUKA (2008)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História Social da Universidade
Estadual de Londrina, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Richard Gonçalves André
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Cláudia Siqueira Baltar
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Gilmar Arruda
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 27 de abril de 2020.

*Dedico este trabalho aos meus
amados pais.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha amada família por todo o apoio e compreensão em todo o caminho que percorri, principalmente a minha mãe, que em todos os momentos esteve ao meu lado.

Aos professores da Escola Estadual Francisco Antunes Filho, Cecap, Guarulhos, São Paulo, por sua contribuição em minha formação básica.

Aos professores do CEEBJA, em Londrina, Paraná, por seu trabalho de inclusão social e por contribuir de maneira direta e indireta na conclusão dos meus estudos, que tive que deixar em 1997 para poder imigrar ao Japão. Pude perceber que nada é impossível, e que a educação é a arma social contra a pobreza.

Aos professores da graduação em Letras Hispânicas da Universidade Estadual de Londrina – UEL, por seu trabalho humanístico em minha formação.

Aos professores do curso de Especialização em História, Arte e Cultura da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

A todos que contribuíram na construção desse trabalho.

Ao professor orientador Richard pelo seu profissionalismo e apoio para com esse trabalho.

Aos professores da banca de qualificação e banca final: Rogério Ivano, Gilmar Arruda e Cláudia Siqueira Baltar pelas contribuições com o trabalho desenvolvido.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram – jamais poderia me esquecer dos conselhos maravilhosos, dos apoios quando precisei –, que me escutaram e me deram os seus ombros para que eu pudesse me expressar em momentos de emoções.

Porém, nada disso seria possível se não fosse pelo meu grande e verdadeiro amigo Deus, quem me guia e me dá “águas” e alegria nos momentos de tristeza, por me fazer entender que nada é impossível para quem luta e pelo caminho que me fez percorrer desde Guarulhos/Japão/Londrina.

Por fim, a todos os imigrantes que chegaram e que vivem em busca dos seus sonhos para poderem viver.

*Quem aqui chegou ...
Quem aqui chegar.
Traz sempre um sonho,
De algum lugar [...]
(Schiavon et al. In: Esperança, 2002)*

KAWAHAMA, Massao. **O crime dos seus olhos: a (re)construção da memória da imigração japonesa no Brasil no romance “Os Livros de Sayuri”, de Lúcia Hiratsuka (2008).** 2020. 96 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a (re)construção da memória da imigração japonesa no Brasil durante a comemoração do Centenário, em 2008. Utiliza-se como fonte primária o romance nipo-brasileiro "Os livros de Sayuri", escrito pela artista plástica e romancista Lúcia Hiratsuka, que, a partir das experiências vividas por sua família durante a imigração, (re)cria em Sayuri o sofrimento experienciado pelos imigrantes japoneses no Brasil. Como metodologia, são utilizadas as proposições de Antonio Candido, segundo o qual é necessário compreender a literatura como produto social a partir do sistema autor/obra/público. Como discussão, percebeu-se que o Centenário foi marcado pela produção de representações voltadas para o esvaziamento dos conflitos e das violências cometidas contra japoneses e descendentes na primeira metade do século XX, o que denominamos aqui “discurso silenciador”. Por outro lado, Hiratsuka, publicando seu romance durante essa efeméride, produziu uma narrativa chamando a atenção justamente para as violências, simbolizadas, principalmente, pelo enterro dos livros da protagonista, tendo em vista as perseguições realizadas pelo governo de Getúlio Vargas nos anos 1930 e 1940.

Palavras-chave: Imigração Japonesa no Brasil. Literatura Nipo-brasileira. História e Literatura.

KAWAHAMA, Massao. **The crime of your eyes: the (re)construction of japanese immigration memory into Brazil in the romance “Os Livros de Sayuri” of Lúcia Hiratsuka (2008).** 2020. 96 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

This research aims to understand the (re)construction of the memory of Japanese immigration in Brazil during the celebration of the centenary in 2008. The primary source is the Japanese-Brazilian novel "The books of Sayuri", written by the artist and novelist Lúcia Hiratsuka who, based on her family's experiences during immigration, (re)creates in Sayuri the suffering experienced by Japanese immigrants in Brazil. As a methodology, Antonio Candido's propositions are used, according to which it is necessary to understand literature as a social product from the author/work/public system. As a discussion, it was perceived that the centenary was marked by the production of representations aimed at the emptying of conflicts and violence committed against Japanese and their descendants in the first half of the twentieth century, what we call here "silencing speech". On the other hand, Hiratsuka, publishing his novel during this ephemeris, produced a narrative drawing attention precisely to the violence, symbolized mainly by the burial of the protagonist's books, in view of the persecutions carried out by the Getúlio Vargas government in the 1930 and 1940.

Keywords: Japanese Immigration into Brazil. Nippobrazilian Literature. History and Literature.

KAWAHAMA, Massao. **El crimen de sus ojos: la (re)construcción de la memoria de la inmigración japonesa en Brasil en el romance “Os Livros de Sayuri” de Lúcia Hiratsuka (2008)**. 2020. 96 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo comprender la (re)construcción de la memoria de la inmigración japonesa en Brasil durante la conmemoración del centenario el 2008. Utilizase como fuente primaria el romance nipobrasileño “Os Livros de Sayuri” escrito por la artista plástica y novelista Lúcia Hiratsuka, que a partir de las experiencias vividas por su familia durante la inmigración (re)crea em Sayuri el sufrimiento pasado por los inmigrantes japoneses en Brasil. Como metodología, se utiliza de las proposiciones de Antonio Candido, según el cual es necesario comprender la literatura como producto social a partir del sistema autor/obra/público. En la discusión se mostró que el centenario fue marcado por la producción de representaciones dirigidas para el vaciamiento de los conflictos y de las violencias cometidas contra a los japoneses y sus descendientes en la primera mitad del siglo XX, lo que denominamos “discurso silenciador”. Por otro lado, Hiratsuka, publicando su romance durante esa efeméride, produjo una narrativa llamando la atención justamente para las violencias, simbolizadas, principalmente, por el entierro de los libros de la protagonista, llevando en cuenta las persecuciones realizadas por el gobierno de Getúlio Vargas en los años de 1930 y 1940.

Palabras-clave: Inmigración Japonesa en Brasil. Literatura Nipobrasileña. Historia y Literatura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL	13
1.1 A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL.....	13
1.2 PRIMEIRA FASE.....	15
1.3 SEGUNDA FASE	20
2 O CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL: SIGNIFICADO, CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA E IMPACTOS NO JAPÃO E BRASIL	28
2.1 IMPLICAÇÕES E SIGNIFICADOS DO CENTENÁRIO ENTRE DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS	34
2.2 SIGNIFICADO E IMPLICAÇÕES DO CENTENÁRIO EM TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	40
3 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NIPO-BRASILEIRA NO ROMANCE “OS LIVROS DE SAYURI	50
3.1 A PRODUÇÃO LITERÁRIA NIPO-BRASILEIRA	50
3.2 O OLHAR DE LÚCIA HIRATSUKA	54
3.3 “OS LIVROS DE SAYURI” E A RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL	58
3.4 TEMÁTICAS PRESENTES NO ROMANCE	82
3.4.1 Dimensões Da Terra Natal	82
3.4.2 O Silêncio Em Relação Ao Nacionalismo Nas Escolas Japonesas	84
3.4.3 Violência Contra Os Nikkeis	86
3.5 RECEPÇÃO DO ROMANCE “OS LIVROS DE SAYURI”	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

Em 2008, foi comemorado o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, também chamado de *Imin* 100. Durante o episódio, diversas festividades aconteceram em várias regiões do Brasil, principalmente nos estados do Paraná e São Paulo, que possuem grande presença da comunidade de origem japonesa. Em meio à conjuntura, a desenhista e romancista Lúcia Hiratsuka, de origem japonesa, lançou o romance “Os Livros de Sayuri”. Trata-se de obra infantojuvenil que representa a história de Sayuri, menina de sete anos de idade que viveu sua infância durante os anos 1940. O principal desejo da protagonista era estudar, embora seus objetivos tenham sido parcialmente frustrados pelo governo brasileiro no período, tendo em vista discursos e práticas antinipônicos vigentes durante o período, como será discutido no decorrer da dissertação.

Tendo em vista as considerações anteriores, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a (re)construção da memória da imigração japonesa durante o Centenário, utilizando como fonte primária o livro produzido por Hiratsuka. Como recorte temporal, é estabelecido o período de 2008, que envolveu a elaboração de uma série de discursos sobre a imigração e a cultura japonesa, bem como representações acerca do Japão de forma geral. Por um lado, a tônica dessas narrativas voltou-se para o esvaziamento das tensões sociais envolvendo japoneses, descendentes e brasileiros durante a primeira metade do século XX, o que é denominado na presente pesquisa “discurso silenciador”. Por outro, a narrativa literária de Hiratsuka parece desviar-se desse padrão discursivo ao trazer à tona questões relacionadas à violência, principalmente no tocante ao fechamento de escolas japonesas e à proibição de possuir publicações em língua nativa.

Os discursos silenciadores manifestavam estereótipos em relação à imigração, aos japoneses e descendentes, minimizando também os conflitos. No entanto, a historiografia pertinente, como veremos adiante, sugere o sofrimento inerente à imigração, ressaltando a xenofobia em relação aos nikkeis (DEZEM, 2005). Levanta-se aqui, como hipótese de trabalho, que as narrativas memorialísticas buscavam silenciar as tensões em questão tendo em vista elementos relacionados à conjuntura

histórica do centenário da imigração. Contudo, apesar dos padrões discursivos que minimizavam os conflitos, estes acabavam aparecendo em certas obras, como aquela produzida por Hiratsuka, na contramão das narrativas silenciadoras.

Na obra de Hiratsuka, Sayuri pertence a uma família de imigrantes japoneses residentes no interior de São Paulo, mais especificamente no sítio Asahi, literalmente “Sol nascente”. Como afirmado, o objetivo da protagonista é estudar e aprender os *kanji*, isto é, os ideogramas japoneses, o que é simbolizado por um livro que lhe pertenceria num futuro próximo. Contudo, na conjuntura histórica marcada pelo alinhamento do Brasil em relação à Aliança durante a Segunda Guerra Mundial, imigrantes e descendentes de japoneses passaram a ser considerados “súditos do Eixo” e, portanto, tiveram suas liberdades limitadas, sofrendo uma série de violências perpetradas pelo Estado. O ensino da língua japonesa foi proibido e, por conseqüências, as escolas tornaram-se ilegais e passaram a ser violentamente fechadas pela polícia. Por essa razão, os livros da família de Sayuri são enterrados no sítio com o intuito de preservar das ameaças existentes durante a conjuntura histórica da guerra.

Do ponto de vista metodológico, são utilizadas as proposições do teórico da literatura Antonio Candido (2006). Segundo o autor, a ficção literária pode ser compreendida como fonte histórica, na medida em que o literato constitui sujeito de seu próprio tempo, produzindo a partir de determinado lugar social e dialogando, portanto, com as questões inerentes à sua própria historicidade. Candido sugere a compreensão da literatura a partir de um sistema baseado no sistema autor/obra/público, tendo em vista a historicidade do autor que, por sua vez, produz a representação ficcional a partir de um contexto histórico, direcionando-a para determinado público, real ou imaginário. A presente pesquisa destaca com mais ênfase os dois primeiros aspectos, embora o público seja elemento fundamental que legitima (ou não) a produção e a circulação das obras literárias.

A presente pesquisa tem como justificativa pessoal as experiências que vivenciei como descendente de italianos e japoneses. Meus avós paternos são de Yasuura, cidade situada na província de Hiroshima. Quando chegaram ao Brasil, assim como outros imigrantes japoneses, encontraram muitas dificuldades, já que não conheciam o idioma local, passando por choques culturais e experiências de exclusão que ficaram marcadas durante muito tempo na história de minha família. O meu pai contava, informalmente, sobre as dificuldades sofridas, as brincadeiras

vivenciadas todos os dias, pois ser japonês ou descendente era justificativa para serem “tachados” como “amarelos”, “olhos rasgados” e expressões de cunho discriminatório por parte de determinados grupos sociais no Brasil.

Além disso, passei por experiências pessoais diretas derivadas de minha condição como nipo-brasileiro. Entre janeiro de 1998 a setembro de 2009, vivi no Japão e, durante o período, sofri racismo por ser brasileiro, ainda que descendente de japoneses. Em outra ocasião, em 2014, realizei intercâmbio na segunda maior cidade Argentina, Córdoba¹, sendo discriminado por alguns indivíduos como “chino”, ou seja, meus traços físicos orientais levaram-me a ser tachado genericamente como imigrante asiático que não era bem-vindo. Durante a minha estadia, essas experiências me influenciaram a questionar como se deu a imigração japonesa para os países da América do Sul, qual a razão para o racismo e os impactos desse sofrimento para os imigrantes.

Do ponto de vista social, a pesquisa pode ser justificada considerando o contexto histórico do Centenário da Imigração Japonesa. A representação hegemônica construída pela mídia e pelos políticos, tanto no Japão quanto no Brasil, permite problematizar a relação existente entre a história da imigração japonesa na primeira metade do século XX e a representação memorialística elaborada por certos grupos. Segundo Richard Gonçalves André:

[...] os discursos que emergiram das festividades relacionadas ao *Imin 100* possuem diversos lugares comuns, dentre eles: a reconstrução de um estereótipo cristalizado sobre o Japão, baseado no tradicionalismo exótico; a divulgação do imaginário moderno relacionado à tecnologia de ponta, voltado principalmente para a robótica, que se conjuga à tradição e reconstrói a visão do país que cria o futuro sobre as raízes milenares (ambas as perspectivas ressaltam os pontos consagrados e silenciam parcialmente sobre a imigração e suas contribuições *no* Brasil); a afirmação de que as relações entre brasileiros e japoneses sempre teriam sido harmoniosas, reelaborando a concepções da democracia racial e, entre outros aspectos [...], a ênfase em 1908 como um período de ruptura (ANDRÉ, 2009, p. 23).

1 O racismo em relação aos imigrantes de origem asiática é fenômeno presente na Argentina, que recebeu trabalhadores de países como Coreia, China e Japão. Muitos imigrantes e seus descendentes, que são argentinos, questionam essa xenofobia por parte da sociedade. Filhos e netos de imigrantes asiáticos veem o racismo como manifestação para a sua exclusão social, principalmente nas províncias do interior do país (TELENOCHE, 2017).

O discurso silenciador, em 2008, buscou esvaziar os conflitos que marcaram as primeiras décadas de imigração japonesa, chamando a atenção, por outro lado, para as relações harmônicas entre Brasil e Japão, existentes desde, supostamente, o início do século XX. Tentou-se sugerir a imagem do Brasil como país receptivo na época da imigração, silenciando as experiências vivenciadas por esses imigrantes no tocante às perseguições e às violências (ANDRÉ, 2009). Outro fator importante é o sentimento que o Centenário causa na comunidade japonesa, tanto no Brasil como no Japão, pois, entre alguns grupos, há “feridas” ainda não cicatrizadas, considerando, principalmente, a permanência de algumas posturas racistas na atualidade, embora em menor proporção.

Nesse sentido, espera-se que a presente pesquisa, tanto de forma social quanto historiográfica, possa contribuir para com a reflexão sobre a construção da memória acerca da imigração japonesa no Brasil. Da perspectiva acadêmica, foram produzidos poucos trabalhos a respeito do Centenário, como as discussões propostas por André (2009) e Naira Saiki da Silva (2013), o que justifica a presente dissertação. A historiografia sobre a imigração japonesa em território brasileiro encontra-se em crescimento nas últimas décadas, destacando-se os trabalhos de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama (1973), Jeffrey Lesser (2001), Marcia Yumi Takeuchi (2002) e Rogério Dezem (2005), entre outros, como será discutido nos próximos capítulos.

Em termos de estrutura, a presente dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, abordaremos parte da historiografia sobre a imigração japonesa no Brasil, enfatizando suas duas principais fases, referentes às discussões sobre assimilação e negociação da identidade. No segundo capítulo, discutiremos sobre a (re)construção da memória acerca da imigração durante o Centenário, em 2008, e os impactos dela para ambos os países, Brasil e Japão. No terceiro, analisaremos o romance “Os livros de Sayuri”, atentando para a (re)construção da memória a partir do livro, correlacionando-o com a experiência de vida de Hiratsuka.

1. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

O presente capítulo tem como objetivo destacar as obras de autores que desenvolveram pesquisas em relação à imigração japonesa no Brasil, divididas em duas etapas. Na primeira fase, destacam-se as pesquisas de Cardoso (1972), Maeyama (1973) e Saito (1973); na segunda, os trabalhos de Takeuchi (2002), Lesser (2001) e Dezem (2005). É importante mencionar que tais autores trabalham diferentes perspectivas, abordando temas como identidade nacional, racismo, choques culturais e problemas sociais. Antes disso, porém, discutiremos algumas características da imigração japonesa entre 1908 e 1950.

1.1 A imigração japonesa no Brasil

A imigração japonesa no Brasil iniciou-se oficialmente no dia 18 de junho de 1908, quando desembarcou no Porto de Santos 781 japoneses, sendo 400 deles originários da província de Okinawa, no extremo sul do Japão (vide mapa na página 31). Quando os japoneses chegaram, enfrentaram diversas experiências. Lesser (2001) sugere que os choques culturais foram desde com a gastronomia brasileira, passando pela cultura local e chegando à língua portuguesa.

Os entusiastas da imigração japonesa afirmavam a possibilidade de assimilação do grupo étnico junto à sociedade brasileira da época. A imigração desenvolveu-se até o início da década de 1940, sendo interrompida durante a conjuntura histórica de guerra e sendo retomada no pós-guerra. Os japoneses chegaram ao Brasil tendo em vista a situação dos italianos no país. Segundo Lesser (2001), os primeiros italianos que chegaram não eram bem tratados pelos fazendeiros, sobrevivendo em péssimas condições, o que resultou no surgimento de greves e revoltas. Isso fez com que o próprio governo italiano reavaliasse a política imigratória para o Brasil, gerando certa crise de mão-de-obra no início do século XX (DEZEM, 2005).

No Japão, muitas mudanças aconteciam no final do século XIX. Para André (2011, p. 60-61):

A partir da Restauração Meiji, a nação japonesa, então em processo de construção, abriu com ressalvas as portas ao Ocidente. Em dez anos, entre 1868 e 1878, houve uma profunda mudança no cenário nipônico: as construções prediais ganharam estilos ocidentais, passaram-se a utilizar sabres e fuzis no lugar das katana – 刀, as tradicionais espadas japonesas –, as ferrovias espalharam-se pelo território nacional, roupas de algodão entraram na moda e, concomitantemente às modificações na vida cotidiana, ideias políticas, jurídicas e filosóficas entraram em cena, num orientado processo de ocidentalização. Uma das consequências das transformações ocorridas a partir do período foi o crescimento populacional, o que é particularmente problemático num país geograficamente pequeno e que possuía poucas terras cultiváveis (ANDRÉ, 2011, p. 60-61).

Com o aumento populacional no Japão e a elevação dos impostos, a população rural começou a dirigir-se à zona urbana, gerando uma crise social e econômica no país. Uma das estratégias utilizadas pelo governo para solucionar o problema foi a imigração. O primeiro alvo foram os Estados Unidos. Segundo André (2011), nos EUA houve a utilização de discursos e práticas xenofóbicas por parte de alguns grupos sociais em relação aos nikkeis, a ponto do governo norte-americano dificultar sua entrada no país. Outros destinos passaram a ser buscados pelos japoneses, como Havaí (1885) e Canadá (1891).

Dezem (2005) sugere a América Latina tornou-se a segunda opção aos imigrantes japoneses, incluindo o Brasil. Aqui, apesar do discurso dos entusiastas afirmando que os nikkeis poderiam ser assimilados à sociedade brasileira, determinados grupos sociais viam nesses japoneses uma ameaça de degeneração da raça latina, principalmente por meio da miscigenação. A partir da derrota da Rússia na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), os japoneses passaram a ser vistos também como “perigo amarelo” que ameaçaria o Ocidente com suas pretensões imperialistas. Em contrapartida às narrativas dos entusiastas, os nipônicos eram considerados inassimiláveis e militaristas (DEZEM, 2005). Parte dessas representações antinipônicas existiam desde o século XIX, quando da crise de mão-de-obra decorrente do fim tráfico negreiro e, posteriormente, da escravidão propriamente dita. No entanto, elas se fortaleceram no decorrer da primeira metade do século XX, quando a imigração consolidou-se no Brasil.

A seguir, discutiremos como a imigração japonesa foi abordada pela historiografia pertinente.

1. 2 Primeira fase

A primeira fase, como ressaltado, está relacionada aos trabalhos de Cardoso (1972), Maeyama (1973) e Saito (1973). As pesquisas dessa primeira geração são marcadas por certas características mais ou menos comuns. Em primeiro lugar, são produzidas, sobretudo, por sociólogos e antropólogos ligados direta ou indiretamente à Universidade de São Paulo, e não propriamente por historiadores de formação. Em segundo lugar, os autores são, com poucas exceções, japoneses e não japoneses ou descendentes. Em terceiro lugar, o eixo de discussão concentra-se na questão da assimilação dos *nikkeis* à sociedade receptora, sugerindo o processo de integração social do grupo étnico.

O período de produção dessa historiografia, referente às décadas de 1970 e 1980, é sintomático, na medida em que, passada a conturbada primeira metade do século XX, os japoneses e descendentes já se encontravam social, econômica e politicamente integrados à sociedade brasileira. Além disso, a própria imagem do Japão no cenário internacional havia mudado, saindo da representação de país autoritário até 1945 e passando por um período de reconstrução e rápido crescimento econômico, principalmente entre 1955 e 1975, como será discutido no próximo capítulo.

Saito e Maeyama (1973) foram os organizadores de uma importante coletânea que definiu as principais linhas analíticas e interpretativas sobre a imigração nipônica, intitulada “Assimilação e integração dos japoneses no Brasil”. Trata-se de obra norteadora que desempenhou o papel de baliza para pesquisas futuras. No interior da coletânea em questão, a preocupação de Saito (1973) é compreender o processo de mobilidade social dos *nikkeis*, bem como sua assimilação em território brasileiro. De acordo com o autor:

É conhecido que essa corrente imigratória foi encaminhada, na quase totalidade, para diversos setores de agricultura. Isto não quer dizer que a origem dos imigrantes foi totalmente camponesa; ao contrário, era um grupo misto, com a predominância de camponeses de origem, mas com parcelas consideráveis de pequenos negociantes, assalariados e outros elementos urbanizados (SAITO, 1973, p. 467).

Como visto, nem todos os imigrantes japoneses que vieram para o Brasil eram de origem campesina. Para Saito (1973), tratava-se de grupo misto, envolvendo assalariados e indivíduos que viviam em regiões urbanizadas no Japão. Porém, devido às necessidades, sobretudo aquelas de caráter econômico, tiveram que imigrar para buscar melhores condições de vida, desempenhando, no país, atividades relacionadas à agricultura, com poucas exceções. Quando chegaram ao Brasil, esses sujeitos passaram por grandes choques culturais, devido à cultura local e às condições de trabalho adversas. O autor ainda sugere que a comunidade japonesa se dirigiu a diferentes partes do Brasil, como Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Pará e os estados do Sul, embora sua concentração estivesse em São Paulo.

Todavia, com o passar dos anos, nos centros urbanos, como a grande São Paulo, começou a surgir certa diversidade ocupacional. Muitos japoneses e descendentes passaram a converter-se de lavradores para outras ocupações no comércio ou indústria. Segundo Saito:

Tudo isso os leva a crer que o grupo japonês está, atualmente, experimentando a validação do grau de assimilação. Os primeiros anos que seguem à chegada ao País são consumidos na aquisição de novos conhecimentos tecnológicos, na acomodação aos novos padrões de comportamento, a fim de fazer face aos problemas que surgem do contato com uma cultura diferente. Nessa fase de ajustamento, os imigrantes raramente se arriscam em deslocamentos individuais, por ser grande o risco que representam tais aventuras. Preferem, então e sempre que possível, deslocar-se em grupos, por sentirem assim maior segurança (SAITO, 1973, p. 474).

Portanto, o choque cultural inicial leva à certa retração de japoneses e descendentes tanto no interior do grupo quanto espacialmente, circunscrevendo-se nas colônias. Por outro lado, com o tempo, a progressiva apropriação de elementos da cultura brasileira criaria condições para a locomoção para outras regiões do território brasileiro, inclusive para além das zonas rurais. O imigrante japonês passou a buscar por novas oportunidades nos centros urbanos, onde a oferta de mão-de-obra era mais ampla em comparação com o campo.

Portanto, vemos que, para Saito, a apropriação de elementos da cultura brasileira desempenhou o papel de permitir a melhor integração e acomodação dos imigrantes e descendentes no país, circulando para outras esferas, social,

econômica e territorialmente. No entanto, é interessante perceber que as reflexões do autor não estão circunscritas ao trabalho acadêmico, analisando e interpretando o fenômeno de forma imparcial, na medida em que seus textos, bem como a coletânea como um todo, atua como documento engajado, sugerindo o processo de assimilação e integração dos japoneses no Brasil.

Os trabalhos do antropólogo japonês Maeyama, também inseridos na coletânea em foco, estão concentrados na questão da assimilação por intermédio das concepções e práticas religiosas entre *nikkeis*. No Brasil, segundo o autor, os japoneses e descendentes foram levados a construir sua niponicidade, ou seja, um princípio de identificação. De acordo com Maeyama:

Chegando ao Brasil, eles se tornaram 'japoneses'. Pela primeira vez na sua vida, eles eram chamados, na sua vida cotidiana, de 'japoneses'. Dentro do contexto puramente nipônico, eles nunca haviam identificado como 'japoneses'. Somente pela convivência cotidiana com os povos de "raças" e culturas diferentes, eles vieram a ser 'japoneses', identificando-se como tal. Como o Imperador era o símbolo máximo da *niponicidade*, pelo menos até o término da Segunda Guerra Mundial, o culto ao Imperador veio a substituir o culto aos antepassados, como uma dramatização da identificação de grupo, entre japoneses no Brasil (MAEYAMA, 1973, p. 435).

Quando esses japoneses chegaram ao Brasil, portanto, passaram a ser chamados de "japoneses". O culto aos antepassados passou a ser substituído pelo culto ao Imperador. A partir de então, Maeyama destaca a própria nação japonesa representada como uma só, uma família, e o Imperador seria pai dela.

No Brasil, os japoneses desenvolviam atividades em agremiações como centros e escolas, canais de difusão do nacionalismo centrado na figura do Imperador. O indivíduo que não participasse das atividades e, conseqüentemente, do próprio culto ao Imperador, segundo Maeyama (1973), não era considerado japonês e seria potencialmente excluído da comunidade.

As escolas eram administradas pela comunidade local, geralmente organizada seguindo os parâmetros das vilas rurais japonesas, chamadas *kumi*. Na entrada do espaço escolar, havia a retrato do Imperador, considerado pela ideologia nacionalista o "pai" ou "deus" da nação. Entre as atividades desenvolvidas nessas comunidades, havia a celebração de datas comemorativas, tais como o aniversário do Imperador, o dia do Império, casamentos e aniversários. Percebe-se, dessa forma, que a escola não poderia ser reduzida a instituição voltada para a promoção

de uma educação formal, sendo concebida, antes, com o intuito de preservar a ideologia nacionalista de culto imperial fora do Japão.

Além de Maeyama, outros autores que pertencem à primeira fase dessa historiografia são Y. Kumasaka e Hiroshi Saito (1973), que se debruçam sobre o fenômeno vitorista entre os grupos *nikkeis*. Com o início da Segunda Guerra Mundial, os autores ressaltam a intensificação dos problemas sofridos por imigrantes e descendentes, especialmente quando, em 1942, o Brasil rompeu laços diplomáticos com países do grupo do Eixo. Houve diversas implicações para imigrantes alemães, italianos e japoneses, como a proibição de circular periódicos em língua estrangeira e de possuir aparelhos de rádio, dificultando o fluxo de informações, e a criação de empecilhos para a locomoção desses indivíduos, obrigados a portarem salvo-condutos para o deslocamento espacial.

Porém, em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, considerando, em parte, os próprios obstáculos referentes à circulação de informações entre os grupos imigrantes, surgiu, entre os *nikkeis* no Brasil, a crença de que o Japão havia vencido a guerra e de que haveria a repatriação dos súditos do Imperador. Algumas organizações vitoristas (literalmente, *kachigumi*) surgiram na passagem dos anos 1940 para 1950, como a *Shindô Renmei* (Liga dos Súditos Fieis), grupo que lançava mão de artifícios como a falsificação de documentos, o espancamento e mesmo o assassinato dos chamados derrotistas (*makegumi*), aqueles que não acreditavam na vitória japonesa na guerra, sendo considerados traidores da pátria e do Imperador, pagando com a própria vida.

A *Shindô Renmei* chegou a criar materiais de propaganda, (re)criando episódios do fim da Segunda Guerra Mundial, representando o Japão como vencedor do conflito. Construiu-se a crença segundo a qual o imperador viria buscar os japoneses e descendentes no Brasil, discurso utilizado, inclusive, por outros movimentos vitoristas da época. A *Shindô Renmei* ganhava adeptos que apoiavam a sua causa, o que aumentou a tensão existente no interior de certas comunidades japonesas, marcadas pelo clima de violência.

O medo contribuiu para a disseminação de propagandas por parte da *Shindô Renmei*, considerando os tempos difíceis enfrentados pelos imigrantes, tendo em vista o fim recente da Segunda Guerra Mundial, que trouxe implicações significativas para o cotidiano desses indivíduos, como o racismo e suas implicações. Esse, portanto, era um sentimento rotineiro e que alimentou o fenômeno vitorista.

Outra autora que pertence à primeira fase é a antropóloga Ruth Cardoso (1972), que desenvolveu sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo. Entretanto, diferentemente dos outros autores de sua geração, trata-se de uma não descendente abordando a imigração japonesa. Cardoso pesquisou a imigração japonesa no Brasil enquanto ela ainda acontecia no país. A pesquisadora sugere a preocupação dos imigrantes japoneses diante da educação dos filhos, pois não queriam que eles tivessem o mesmo destino que os pais. Os imigrantes viam na educação a oportunidade de profissionalização dos filhos. Conforme a autora:

Os sucessivos êxitos como agricultores trouxeram novos estímulos e novos objetivos para estas famílias. Os imigrantes transformados em proprietários ou com perspectiva de sê-lo radicaram-se no Brasil e, por várias razões, abandonaram o desejo de retornar à pátria. Propunha-se então o problema de como educar os filhos, os nissei que nasceram com a possibilidade de herdar terras e dispor de recursos para sua profissionalização. Aos nissei foram dadas condições para conseguir um nível educacional mais alto que permitisse o exercício de profissões urbanas. Deste modo, a segunda geração estaria dando continuidade ao processo de ascensão social vivido por estas famílias, cuja meta era, sem dúvida, oferecer um patrimônio e "uma vida melhor" para os filhos (CARDOSO, 1972, p. 70).

É sugerido que os imigrantes japoneses que resolveram radicar-se no Brasil e prosperaram financeiramente começaram a se preocupar com a educação dos filhos, pois, a partir dessa profissionalização, haveria uma ascensão social. Cardoso² ressalta ainda que o filho que deveria estudar seria aquele que tivesse mais afinidade com os estudos, porém o primogênito também estaria envolvido por ser ele que cuidaria dos pais idosos. O abandono do campo e o deslocamento para a área urbana também estaria relacionado com a preocupação de educação dos filhos, paralelamente às oportunidades profissionais.

No próximo, abordaremos os autores da segunda geração, ou seja, que começaram a produzir depois de 2000 e passaram a discutir outros elementos, distanciando-se da temática da assimilação.

² Cardoso (1972) delimitou numericamente os imigrantes japoneses no Brasil. Até 1958, havia no território nacional 138.637 imigrantes japoneses e 291.332 descendentes registrados; o Estado de São Paulo contava com o maior número, isto é, 104.156 imigrantes japoneses e 221.364 descendentes. No entanto, outros estados tiveram número significativo de imigrantes, como Paraná, 23.421 imigrantes, e 54.676 descendentes; o Mato Grosso contava com 2.730 imigrantes japoneses e 6.156 descendentes.

1.3 Segunda Fase

A segunda fase da historiografia sobre a imigração japonesa para o Brasil começou a emergir a partir dos anos 2000, concentrando-se, sobretudo, no trabalho de Lesser (2001) sobre o processo de negociação da identidade dos *nikkeis*. O eixo desloca-se da questão da assimilação, foco dos trabalhos de Saito e Maeyama, para o processo ativo de construção identitária, enfatizando que japoneses e descendentes não foram apenas vítimas das concepções e práticas antinipônicas que caracterizaram, sobretudo, a primeira metade do século XX, mas também sujeitos ativos resistindo às violências e negociando, embora de forma desigual nas relações de força, sua identidade na sociedade brasileira.

Além do eixo de discussão voltado para a questão da identidade, a segunda fase é marcada, também, por três características diferenciais em relação à primeira. Em primeiro lugar, paralelamente às iniciativas de sociólogos e antropólogos, os historiadores começam a entrar em cena, como é o caso do próprio Lesser, utilizando abordagens teóricas popularizadas no campo da História, implicando, portanto, novos objetos e fontes. Em segundo lugar, com algumas exceções, não descendentes de japoneses passam a refletir sobre o fenômeno imigratório, o que pode explicar parcialmente o deslocamento do eixo caracterizado pela assimilação. Em terceiro lugar, o local em que se discute a questão deixa de ser apenas a USP, deslocando-se para outras universidades brasileiras ou mesmo norte-americanas, como é o caso da Universidade de Princeton, onde Lesser leciona.

O trabalho seminal dessa segunda fase foi o livro “A negociação da identidade nacional”, do historiador brasilianista Lesser (2001). O autor busca compreender questões relacionadas à identidade nacional brasileira em sua correlação com a imigração não europeia para o Brasil. Segundo o autor, o que as elites e a intelectualidade brasileira almejavam desde o século XIX era o imigrante branco e ariano, o que seria o “exemplo” de imigrante. Para Lesser:

Eles criaram gêneros orais e escritos, nos quais as diferenças étnicas foram reformuladas para apropriar-se da identidade brasileira. Alguns insistiram em que, sendo ‘brancos’, eles se encaixavam numa sociedade tradicional que funcionava ao longo de um *continuum* bipolar preto/branco. Outros, contudo, recusavam-se a se categorizar nesses termos. Esses imigrantes (e seus

descendentes) insistiram que novas categorias hifenizadas deveriam ser criadas sob a rubrica de 'brasileiros'. Esse não foi um processo fácil ou suave, e as tentativas de legislar ou impor a *brasilidade* nunca tiveram êxito. Ao nos aproximarmos da virada do milênio, o Brasil permanece sendo um país onde a etnicidade hifenizada é predominante, embora não reconhecida [...] A proposição eugênica de que uma única "raça nacional" era biologicamente possível fornecia um arcabouço ideológico conveniente para o apoio dado pelas elites nacionais e imigrantes às políticas que visavam promover o ingresso de imigrantes 'desejáveis', que viriam a 'embranquecer' o país (LESSER, 2001, p. 19-21).

Desejava-se um imigrante branco e que pudesse, com o tempo, "embranquecer" a população brasileira. A ênfase sobre a necessidade de brancos como raça nacional levou a debates, e determinados grupos da elite da época justificavam o embranquecimento do brasileiro como fator biológico. No entanto, é interessante perceber que, na obra de Lesser, os imigrantes e seus descendentes não permaneceram passivos diante desses discursos e práticas, apropriando-se seletivamente de certas representações, resignificando-as, criando mecanismos de resistência e negociando sua identidade. Portanto, não se trata apenas de uma assimilação passiva do *nikkei* à sociedade brasileira, mas de uma negociação de seu lugar no país.

Segundo Lesser (2001), no final do século XIX, os fazendeiros buscaram incentivar a imigração europeia, enfatizando a possibilidade de embranquecimento da população brasileira e a substituição da mão-de-obra escrava abolida em 1888. No entanto, grupos imigrantes, como os italianos, não se submeteram às humilhações e às péssimas condições de trabalho, ocasionando vários protestos. Para sanar tal problema, buscava-se imigrantes que fossem submissos e trabalhadores e, em 1894, o enviado para assuntos de imigração por parte do Japão, Sho Nemoto, chegou ao Brasil "vendendo" a impressão de que os japoneses seriam os "brancos" da Ásia, além de ordeiros e trabalhadores (LESSER, 2001).

No início do século XX, chegou ao Brasil a primeira embarcação com imigrantes japoneses. Dos 781 a bordo, 400 eram da província de Okinawa, situada no extremo sul do Japão. Eles foram submetidos aos mais diversos choques culturais, tais como as enormes diferenças do idioma local e da gastronomia, entrando em conflito com determinados grupos da sociedade da época. As péssimas condições e as greves que surgiram faziam com que muitos dos imigrantes não renovassem os seus contratos de trabalho, sugerindo que os *nikkeis* não

permaneceram passivos diante do processo de exploração de sua mão-de-obra.

Para Lesser:

Nos poucos casos em que os imigrantes permaneceram nas fazendas, as greves eram comuns e os imigrantes raramente renovavam seus contratos. Os funcionários do governo japonês, interessados tanto em proteger seus cidadãos quanto em assegurar que eles permanecessem no Brasil, ficaram bastante desagradados, e passaram a desempenhar um papel importante, contribuindo na solução dos problemas trabalhistas (LESSER, 2001, p. 163).

O resultado dessa imigração não foi satisfatório para os fazendeiros, resultando em problemas trabalhistas, como a questão dos pagamentos e as fugas. Os imigrantes japoneses trabalhavam, porém, a sua dívida com os fazendeiros só aumentava e o sonho de poder voltar para o Japão e enriquecer rapidamente, conforme as propagandas que circulavam no Japão, tornou-se impossível, o que levou muitos imigrantes a refugiarem-se, inclusive, na bebida (LESSER, 2001).

A partir da década de 1930, imigrantes e descendentes passaram a ter um papel mais ativo na sociedade brasileira, buscando a construção de uma identidade nipo-brasileira, o que Lesser denomina “identidade hifenizada”. O autor destaca que essa identidade era contestada dia após dia, pois certos grupos da sociedade brasileira enxergavam os *nikkeis*, independentemente da geração, apenas como japoneses. Entre 1934 e 1935, jornais das mais diversas cidades do país realizaram pesquisas sobre a imigração japonesa no Brasil e a opinião dos leitores em relação a ela. Os resultados foram alarmantes, pois havia leitores que afirmavam que os japoneses não seriam assimiláveis; outros mencionavam que os japoneses estavam roubando a sua mão-de-obra (LESSER, 2001).

A partir do final da década de 30, a difusão de idiomas estrangeiros passou a ser proibida em território nacional. Livros didáticos foram confiscados e escolas, fechadas. Calcula-se que mais de 600 escolas foram fechadas em todo território nacional (LESSER, 2001). Com o início da Segunda Guerra Mundial, como visto, a vida dos imigrantes japoneses passou por muitas turbulências. Lesser destaca que Vargas ordenou a retirada, da costa, de todos os residentes que possuíssem passaporte dos países do Eixo para o interior do Brasil dentro do prazo de 24 horas. Muitos desses imigrantes tiveram que deixar as suas residências, trabalho e bens. O pós-guerra, em consonância com as observações de Kumasaka e Saito, foi marcado

pela emergência do movimento vitorista e das violências decorrentes (LESSER, 2001).

Lesser sugere que essa identidade hifenizada é objeto de negociação até os dias atuais, pois o nipo-descendente é visto como japonês, tendo sua identidade questionada constantemente. Esses nipo-brasileiros, quando estão no Brasil, são considerados japoneses por determinados grupos sociais, porém, têm sua identidade brasileira reforçada quando estão fora do país. Esses fatores ocorreram também quando o *nikkei* se tornou *decasségui* (*dekasegi*), emigrando para o Japão a partir dos anos 1980, considerando a necessidade de mão-de-obra, tendo em vista o rápido crescimento econômico japonês, o envelhecimento da população e as baixas taxas de natalidade. No Japão, o nipo-descendente é tratado como brasileiro e não japonês, sugerindo o caráter situacional da identidade.

Além de Lesser, outra autora da segunda fase da historiografia sobre a imigração japonesa foi Takeuchi (2002), em seu livro “O perigo amarelo em tempos de guerra”. A pesquisadora analisou documentos presentes no acervo do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP).

Ao verificar o respectivo acervo, Takeuchi encontrou 154 prontuários, constando desde transferência de residência a pedidos de salvo-condutos e de outros indivíduos que foram detidos por serem considerados perigosos para o governo da época. A periodização que a historiadora pesquisou está relacionada aos anos entre 1939 a 1945, que marcam o início e o fim da Segunda Guerra Mundial, sendo o Japão considerado inimigo do Brasil junto à Itália e Alemanha. Segundo a autora:

O controle policial fundamentado na *lógica da desconfiança* concorreu para a prática da repressão aos súditos do Eixo tratados indiscriminadamente como “inimigos da nação brasileira”. No caso dos japoneses e seus descendentes; muitos dos atos acusatórios valiam-se de argumentos generalizados para legitimar o racismo contra os orientais. Dentre os apelos que comumente subsidiavam as investigações estava que o Japão sustentava uma política imperialista, haja vista sua ação na Ásia pelo menos desde 1910 (TAKEUCHI, 2002, p. 14).

O problema mencionado por Takeuchi sugere o racismo sofrido pelos imigrantes do Eixo, vistos como espões e como grande perigo para o país. Tal perigo foi tão destacado pelo governo que, ainda segundo a autora, a xenofobia

contra os imigrantes japoneses foi intensificada. Qualquer motivo, desde os mais simples àqueles materialmente infundados, era visto com desconfiança pela polícia para deter a um imigrante. Além disso, as autoridades fomentavam uma atmosfera de delação, por intermédio da qual as pessoas comuns poderiam tornar-se instrumentos de coerção.

Dentre os prontuários levantados por Takeuchi, havia 49 solicitações de transferência de residência, 41 pedidos de salvo-condutos e 16 documentos relacionados aos japoneses detidos por se comunicarem em público no idioma japonês, que foi proibido durante a guerra por ser considerado idioma de um país inimigo. Vale ressaltar que muitos dos japoneses não dominavam a língua portuguesa. Para Takeuchi (2002), assim como para Lesser (2001), os imigrantes eram acusados de serem instrumentos do imperialismo militar nipônico. Por serem considerados inimigos, estarem congregados ou se comunicarem em um idioma diferente da língua portuguesa poderia levar à impressão de que estivessem planejando algum tipo de ameaça aos nacionais. Essas questões reforçavam ainda mais a discriminação contra os japoneses e à sua imigração. Segundo Takeuchi:

[...] a imigração japonesa – avaliada como inconveniente pelos intelectuais e eugenistas defensores da tese de uma suposta inferioridade racial dos povos amarelos – acrescentou um novo elemento ao caldeirão racial do país, ameaçando o projeto étnico de um futuro Brasil branco [...] O japonês era diferente não apenas biológica como culturalmente, daí a origem das apreciações supostamente científicas sobre o nipônico, unânimes em lhe atribuir o estigma de raça inassimilável. O crescimento da imigração japonesa no final da década de 20 e a queda brusca da imigração branca colocaram em discussão a insegurança e o descontrole provocados pelo processo de miscigenação com raças ‘muito diferentes’ (TAKEUCHI, 2002, p. 15).

Os japoneses, nesse contexto histórico, eram vistos como “raça inferior” inassimilável à cultura brasileira. A miscigenação seria considerada um perigo nacional e, portanto, inconveniente. Nesse sentido, destaca-se a questão do arianismo, do branqueamento da população brasileira e que a raça japonesa poderia vir a “deformar” a brasileira, como discutido.

Essa xenofobia vinha a reforçar a perseguição contra os imigrantes. Segundo Takeuchi (2002), em 11 de março de 1942, foi sancionado o decreto que obrigava os imigrantes alemães, japoneses e italianos a uma “indenização por atos de agressão” ao Brasil. O governo brasileiro considerava que os imigrantes poderiam pagar

indenização com a tomada de seus bens, física e/ou juridicamente, por qualquer ato considerado de agressão ao Brasil.

O período de guerra foi considerado um dos piores períodos da imigração para os imigrantes japoneses. Em 1942, foi estabelecida a censura oficial por parte do governo Vargas contra qualquer tipo de difusão, havendo um controle estrito em relação ao envio e recebimento de cartas, mapas ou qualquer tipo de documento por serem considerados um perigo em tempos de guerra (TAKEUCHI, 2002). Ironicamente, como afirmado, essas medidas acabaram dando margem, durante o pós-guerra, ao fenômeno vitorista que cindiu violentamente os grupos *nikkeis* no Brasil (KUMASAKA; SAITO, 1973).

Os salvo-condutos vinham a prejudicar a locomoção dos japoneses. Tal documento permitia que o imigrante saísse e transitasse de uma cidade a outra. Para tirá-lo, havia certa burocracia, ocasionando problemas principalmente aos imigrantes que realizavam atividades profissionais. O problema também se repetia quando o imigrante japonês solicitava a autorização de mudança de residência. Ainda segundo Takeuchi:

O fato de os requerimentos estarem sujeitos ao julgamento da Delegacia de Polícia local e regional expressa a comunicação sistemática entre as várias autoridades policiais do interior do Estado de São Paulo com a Delegacia e Ordem Política e Social de São Paulo. A obrigatoriedade de um estrangeiro informar a polícia local, no prazo máximo de 10 dias, sua nova residência para a devida anotação na carteira modelo 19, obrigatória a todos os estrangeiros, ou certidão modelo 20 comprova a *intenção de controlar a população cadastrada*. O fato de a imprensa local divulgar a lista dos “novos residentes” incitava a população a tornar-se um agente-colaborador, [...] qualquer cidadão poderia (e deveria) informar as autoridades sobre atitudes suspeitas. Desse modo, tanto a população como a imprensa eram incitadas a participar da vigilância instituída pelo Estado autoritário (TAKEUCHI, 2002, p. 39).

A presença de um imigrante do Eixo que não residia na cidade era considerada perigosa. Seria necessário estar em alerta, tal presença deveria ser autorizada pela delegacia local e, como ressaltado, os nacionais brasileiros tinham como obrigação denunciar qualquer tipo de atuação suspeita, o que levou ao aumento da discriminação e perseguição contra tais imigrantes. Qualquer desentendimento passou a ser motivo para denunciar um imigrante às autoridades, até mesmo uma briga entre vizinhos (TAKEUCHI, 2002).

Outro fator levantado por Takeuchi foram as zonas livres e as proibidas, consideradas locais onde a presença de imigrantes do Eixo poderia formar grupos representando algum tipo de perigo nacional. Devido aos seus pontos estratégicos do ponto de vista da logística de defesa do país, foram delineados os locais onde os imigrantes poderiam residir. Os japoneses e os seus filhos, ainda que nascidos no Brasil, não poderiam residir em zonas proibidas, como o litoral brasileiro. Citamos como exemplo a cidade de Santos, sendo que os imigrantes japoneses que viviam nessa localidade foram forçados a deixar as suas residências, bens e locais de trabalho e se transferir para zonas livres (TAKEUCHI, 2002).

Por fim, a última pesquisa aqui discutida sobre a segunda fase da historiografia acerca da imigração japonesa diz respeito ao livro de Dezem (2005), intitulado “Matizes do ‘amarelo’: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)”. Na obra, o historiador analisa os discursos em relação aos orientais no Brasil entre 1878 a 1908, ou seja, o período anterior à vinda oficial de imigrantes japoneses em termos oficiais.

Como discutido, com a expansão das lavouras de café no final do século XIX e o fim da escravidão no Brasil, havia a necessidade de buscar outros meios para suprir a falta de mão-de-obra. Os chineses já haviam vindo ao Brasil durante o Império para trabalhar nas plantações de chá. Porém, as péssimas condições de trabalho e as humilhações sofridas por esses imigrantes, chamados pejorativamente de *chim*, fizeram com que muitos fugissem e se refugassem na capital (DEZEM, 2005).

Dezem, durante sua formação, realizou pesquisas em edições da Revista “O Malho”, publicadas entre 1902 e 1908. Em suas edições, a imigração de amarelos era questionada, referindo-se, no início, aos chineses e, logo depois, à questão japonesa. A xenofobia por parte da sociedade da época, conforme representado nessas revistas, sugere que a raça amarela deformaria a raça latina (DEZEM, 2005). É importante ressaltar que os chineses foram representados como raça inferior, destituídos de padrões de higiene, idólatras de religiões pagãs, ladrões de galinha e, entre outros preconceitos, suicidas, inclusive por intelectuais da lavra de Machado de Assis. Vários desses elementos discursivos foram apropriados pelos críticos da imigração japonesa e aplicados, posteriormente, aos *nikkeis*.

No entanto, a representação brasileira (e, também, europeia) sobre o japonês mudou em razão da vitória do Japão sobre a Rússia na Guerra Russo-Japonesa,

entre 1904 e 1905. Até então, o Japão era representado por intermédio de imagens japonistas, conceito que engloba a perspectiva ocidental e estereotipada sobre o país. O japonismo envolvia representações generificadas, como a gueixa e as flores de cerejeira, chamando a atenção para a docilidade passiva do Japão. Após a vitória sobre a Rússia, no entanto, houve uma mudança na visão ocidental sobre o país, que passou a ser representado, inclusive nas imagens publicadas na revista “O Malho”, como o samurai, isto é, perpassado de atributos masculinos, militares e expansionistas. Isso foi utilizado, décadas mais tarde, quando da eclosão da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de qualificar o japonês não apenas como raça inferior, mas também como imperialista e militarista.

Como visto ao longo do capítulo, a historiografia sobre a imigração japonesa para o Brasil pode ser compreendida a partir de duas fases. A primeira, ligada a sociólogos e antropólogos japoneses e descendentes em torno da USP, é voltada para a discussão da temática da assimilação, num período em que a opinião pública nacional e internacional sobre os japoneses havia mudado. A segunda fase, por sua vez, inaugurada pela obra seminal de Lesser, é marcada pela presença de historiadores nessa produção de conhecimento, chamando a atenção para a questão da construção e negociação da identidade no Brasil, bem como para as resistências dos *nikkeis* diante dos processos de violência.

2. O CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL: SIGNIFICADO, CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA E IMPACTOS NO JAPÃO E BRASIL

O presente capítulo tem como objetivo compreender como ocorreram as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, bem como o seu significado, o processo de construção da memória e seu impacto tanto no Brasil quanto no Japão. Além disso, abordaremos os acontecimentos durante as comemorações, os acordos bilaterais firmados entre ambos os países nas esferas cultural, econômica e social.

O Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, também chamado de Imin 100, teve um papel importante tanto para o Brasil como para o Japão, envolvendo as comunidades nipo-brasileiras de cada país. Embora tivesse como data oficial o dia 18 de junho de 2008, seus preparativos começaram anteriormente, no final do ano de 2007, impactando na economia de ambos os países e atuando na (re)construção da memória dessa imigração.

O ano de 2008 foi marcado por diversos acontecimentos mundiais. Segundo a Revista Alternativa (2008)³, a crise mundial que afetou os Estados Unidos já havia começado a impactar a economia japonesa e mundial. Vale ressaltar que as cidades com maior concentração de brasileiros no território japonês tiveram impactos significantes, pois muitos perderam seus postos de trabalho e as vagas de emprego começaram a ficar escassas. Outro aspecto que vinha a impactar a vida dos brasileiros no Japão, na conjuntura em questão, foi a contratação de imigrantes asiáticos com mão-de-obra mais barata do que aquela utilizada pelos brasileiros⁴.

3 A Revista Alternativa é uma revista brasileira publicada quinzenalmente para a comunidade brasileira no Japão, lançada no idioma português e distribuída gratuitamente nos estabelecimentos com maior concentração de brasileiros no Japão (vide mapa na página 31); seu primeiro lançamento se deu no dia 24 de maio de 2001. As revistas pesquisadas da Alternativa, durante o ano de 2008 e 2009 tiveram 60 mil tiragens em cada edição pela Editora Nippaku Yuai. Existindo até os dias atuais, seu último exemplar de número 491 foi lançado na segunda quinzena de maio de 2020, o exemplar de número 491 noticiou a pandemia global do Covid19.

4 O movimento decasségui foi um movimento que começou no início dos anos 90, quando aprovado pelo Parlamento do Japão o direito de visto para residência para descendentes de japoneses e seus cônjuges para imigrarem ao Japão e suprir a mão-de-obra na economia.

O título da Revista Alternativa Nishi (2008)⁵ vem destacar o mesmo problema, enfatizando “Invasão Asiática: mercado de trabalho está cada vez mais concorrido com a entrada dos asiáticos”. A preocupação da comunidade brasileira no Japão era a substituição da mão-de-obra brasileira por imigrantes estagiários provenientes de países como China, Vietnã, Filipinas, Indonésia e Tailândia. Esses nacionais trabalhavam por um salário bem abaixo do recebido pelos brasileiros: enquanto a mão-de-obra brasileira custava entre Y\$1000 ienes (em torno de R\$37,00) a Y\$1300 ienes (em torno de R\$49,00) por hora trabalhada, a mão-de-obra dos trabalhadores asiáticos em questão custava em torno de Y\$650 ienes (ou R\$24,00) a hora, quase a metade do valor, comparado à brasileira.

Segundo os dados do Ministério de Japão, que divulgou o *ranking* de estagiários estrangeiros por nacionalidade, publicados na Revista Alternativa Nishi, (2008), havia a segunda composição populacional:

Nacionalidade / Número de Pessoas:
 Chinesa: 61.963
 Vietnamita: 7.744
 Indonésia: 5.695
 Filipina: 4.941
 Tailandesa: 3.776
 (HIGASHI, 2008, p. 20).

A reportagem intitulada “Indonésio tem visto de três anos” (HIGASHI, 2008, p. 22) relata a vida do indonésio Bayu Arawan, de 30 anos de idade, que chegou ao Japão no ano de 2006 como estagiário e, desde então, residia na cidade de Hamamatsu, província de Shizuoka⁶. Em seu país, Arawan trabalhava como soldador e, no estágio da empresa no Japão, recebia auxílio com alojamento. Segundo a reportagem da revista:

5 A Revista Alternativa Nishi é uma revista brasileira publicada quinzenalmente para a comunidade brasileira que reside na região oeste, é importante salientar a existência da Revista Alternativa Higashi responsável pela região leste, ambas as revistas são lançadas no idioma português e distribuídas gratuitamente nos estabelecimentos com maior concentração de brasileiros que residem na região oeste e leste do Japão. Segundo o mapa na página 31, as províncias que fazem parte da jurisdição do Consulado Geral do Brasil em Tokyo fazem parte da região leste, ou seja, da Revista Alternativa Higashi. As províncias que fazem parte da jurisdição do Consulado Geral do Brasil em Nagoya e do Consulado Geral do Brasil em Hamamatsu fazem parte da região oeste, isto é, da Revista Alternativa Nishi. O exemplar da Revista Alternativa Nishi que utilizamos nessa pesquisa teve 27 mil tiragens produzidas pela Editora Nippaku Yuai.

6 A província de Shizuoka no Japão abriga muitos imigrantes brasileiros, e a cidade de Hamamatsu é a cidade com maior número de residentes brasileiros no Japão, segundo dados do Departamento de Imigração do Japão publicados na Revista Mais Brasil (2008).

No primeiro ano, ele recebia Y\$80 mil por mês como estagiário. Agora no segundo, tem remuneração mensal de Y\$100 mil. O alojamento é gratuito. Sua jornada de trabalho é das 8 às 17 horas. No próximo ano, quando vence o seu visto, ele retornará à Indonésia para atuar no local onde mantém o seu contrato de trabalho. Enquanto isso, continua estudando *nihongo* [...]. “Antes de vir, a fábrica bancou um professor para ensinar a língua”, explica. No último feriado de verão, ele voltou a seu país a passeio (HIGASHI, 2008, p. 22).

A partir dos estágios oferecidos aos imigrantes asiáticos, mais especificamente da Indonésia, no caso de Arawan, a mão-de-obra passou a ter um custo com o valor mais baixo em comparação à brasileira. Segundo a Revista Alternativa Nishi (2008), um brasileiro ganhava em torno de Y\$1000 a Y\$1300 a hora, enquanto um estagiário, Y\$650 ienes. Essa conjuntura refletiu na comunidade brasileira no Japão com um grande impacto, pois começou, a partir de então, a gerar preocupação entre determinados grupos que dependiam dos seus salários para sustentar suas famílias no Brasil (HIGASHI, 2008, p. 20).

Outra questão dizia respeito à cobrança do idioma japonês, aspecto que não era tão exigido no início da imigração brasileira para o Japão em razão da grande oferta de trabalho. Isso permitiu a concentração populacional de brasileiros em certas regiões do país, como é o caso da cidade de Hamamatsu, onde era possível viver praticamente sem aprender a língua japonesa. No entanto, a partir da conjuntura de 2008, com a grande disponibilidade de mão-de-obra mais barata, já não compensava contratar a mão-de-obra brasileira que, além de ser cara quando comparada ao trabalho dos demais imigrantes asiáticos, geralmente não se inclinava a aprender elementos da cultura nipônica, em especial a questão da língua (HIGASHI, 2008).

Outro fator que trouxe implicações significativas para a economia dos imigrantes brasileiros no Japão referia-se à queda da produção. Segundo a Revista Alternativa Nishi (2008), houve queda de produção nas empresas automobilísticas, causando impacto na vida dos brasileiros que viviam na região central do Japão. De acordo com o *nikkei* brasileiro Mário Kawakami, de 48 anos de idade, “a preocupação não é com o crescimento de asiáticos” e sim com a queda de produção, pois isso prejudicaria seu orçamento, na medida em que dependia das horas extras para poder se manter e ajudar a sua família no Brasil (KAWAKAMI apud REVISTA ALTERNATIVA NISHI, 2008, p. 18).

O responsável de pessoal (*tantosha*) Aurélio de Mesquita, de 30 anos de idade, que trabalhava na empreiteira Relief Workers, da cidade de Hamamatsu, afirmou que “Se houver uma mudança nesse sentido na Lei de Imigração, muitos brasileiros correm o risco de perder seus postos ou ter de se adaptar a uma depreciação salarial” (MESQUITA apud HIGASHI, 2008, p. 17). Para ele, caso houvesse mudanças na Lei de Imigração, poderia haver impacto na vida dos brasileiros no Japão, pois o domínio do idioma japonês e mais qualificações poderiam ser exigidos. Ainda segundo Mesquita, os brasileiros na faixa etária dos 20 anos de idade iriam ao Japão com uma mentalidade “volúvel”, ou seja, sem maturidade, resultando em pontos negativos para os empregadores (HIGASHI, 2008, p.16-17).

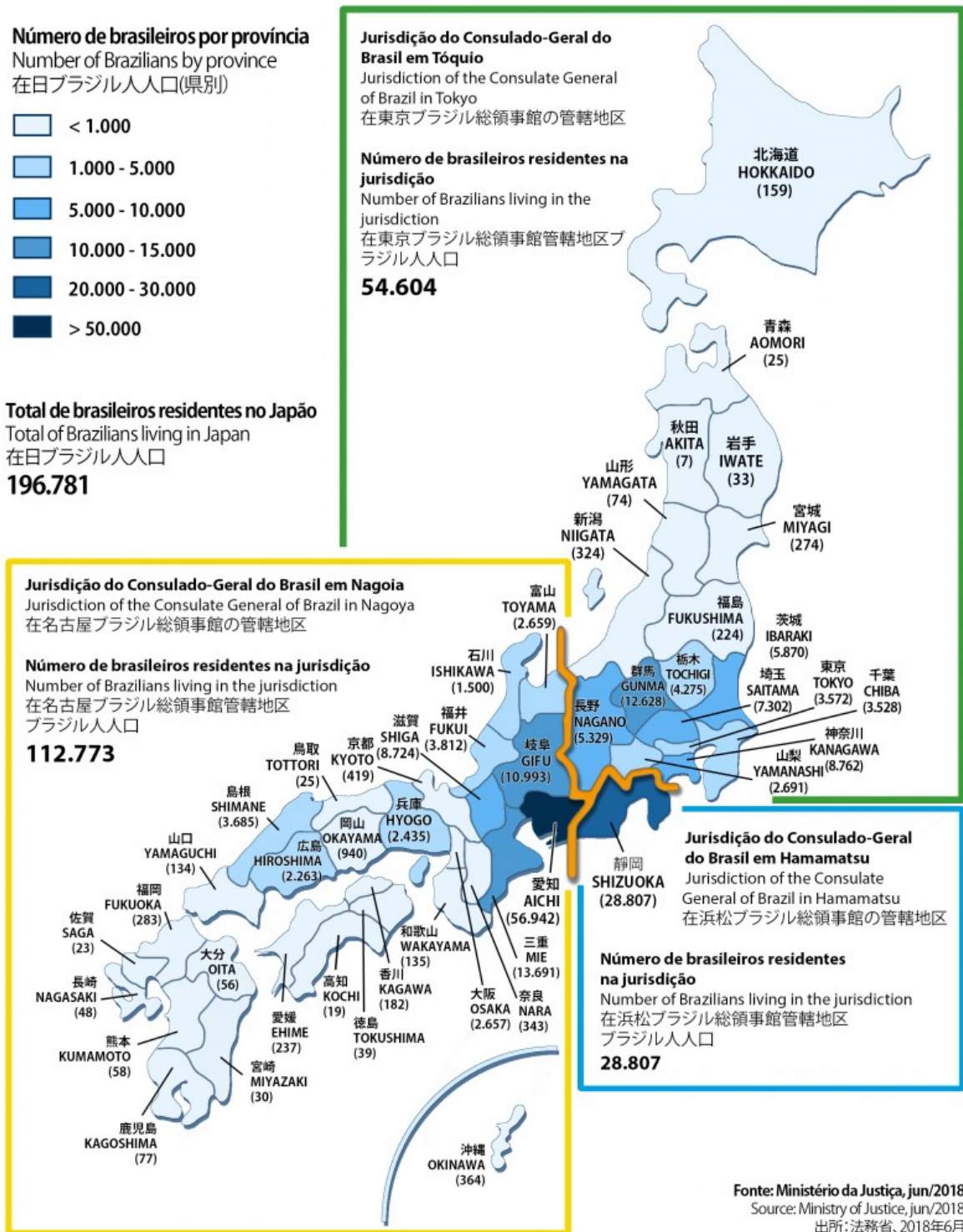


Figura 1: Jurisdicção das repartições diplomáticas brasileiras no Japão (CONSULADO GERAL DO BRASIL EM TÓQUIO, 2019)

O pesquisador e professor da Universidade de Shizuoka, Hirohisa Takenoshita, destacou que os brasileiros são os imigrantes sem qualificações que

possuíam as melhores remunerações em relação a outros nacionais estrangeiros (HIGASHI, 2008). O fenômeno pode ser explicado, em parte, em razão da ascendência nipônica dos imigrantes brasileiros que, apesar de não gozarem da cidadania japonesa propriamente dita, possuiriam ligação étnica para com o Japão, diferentemente de trabalhadores pertencentes às demais regiões asiáticas, como Filipinas, China e Coreia (TOSTA, 2017).

De qualquer forma, tendo em vista a crise econômica mundial que possuía implicações sobre o Japão, o custo da mão-de-obra brasileira, bem como a falta de qualificações, tornou-se problema significativo. Segundo Roberto Maxwell (2008, p. 30 e 31), refletindo sobre o aparato legal japonês referente a imigração:

Trazer *nikkeis* para o Japão foi uma forma que o país encontrou de resolver seu problema de falta de mão-de-obra, especialmente na indústria. Apesar da imensa necessidade de trabalhadores para serviços que não exigem qualificação, o Japão possui um sistema de imigração que simplesmente não permite a entrada no país de profissionais não qualificados. Portanto, a criação de brechas na legislação é uma forma de suprir o mercado com essa escassa e necessária força de trabalho. O visto especial para *nikkeis* e seus cônjuges pode ser visto como uma dessas brechas. A entrada de 'estagiários' vindos de países como a China também (MAXWELL, 2008, p. 30-31).

A notícia publicada sugere que a contratação de mão-de-obra não qualificada não era permitida pelo Japão, mas, para driblar essa legislação, foi necessário encontrar brechas. A criação de visto para *nikkeis* e seus cônjuges foi uma alternativa encontrada para sanar a necessidade dessa mão-de-obra. O visto para os imigrantes chineses também é considerado uma dessas brechas, porém com um valor mais baixo do que a mão-de-obra brasileira (MAXWELL, 2008).

O valor pago para esses estagiários chineses era comparativamente um valor muito baixo, tornando-se uma opção atrativa para os empregadores, principalmente de empresas automobilísticas. A entrevista dada pelo professor Takenoshita (MAXWELL, 2008) sugeriu que a tendência naquele momento era contratar estagiários provenientes dos países asiáticos vizinhos, que trabalhariam por um valor abaixo do mercado e contribuindo para o desenvolvimento da economia nesse cenário de crise. Embora alguns recebessem auxílio como moradia e alimentação, ainda seriam uma opção viável para as empresas (MAXWELL, 2008).

Esse cenário de crise econômica envolvendo os imigrantes brasileiros poderia, segundo Maxwell (2008), impactar na economia local, principalmente em microempresas brasileiras que prestavam serviços à comunidade. Esse impacto poderia resultar em desempregos, êxodo da comunidade brasileira para outras regiões do Japão ou no seu retorno ao Brasil. É o caso de cidades com maior concentração de brasileiros como Hamamatsu e Toyohashi, uma vez que a escassez de trabalho começou a resultar em problemas sociais para a comunidade (REVISTA ALTERNATIVA NISHI, 2008). Segundo dados divulgados na Revista Alternativa Nishi (2008), a cidade de Hamamatsu abrigava a maior comunidade brasileira residente no Japão, possuindo até então vários estabelecimentos brasileiros que davam suporte a essa comunidade. Número considerável de brasileiros que residia no município trabalhava para empresas automobilísticas tais como Honda e Suzuki (REVISTA ALTERNATIVA NISHI, 2008).

Como visto, essa crise começava a preocupar a comunidade nipo-brasileira de ambos os lados. Nesse sentido, o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil resultou em diversas consequências, tais como a criação de projetos que buscavam auxiliar essa comunidade. Em outras palavras, projetos vinham auxiliar a comunidade nipo-brasileira que vivia no Japão. A seguir, tentaremos compreender o significado do Centenário da Imigração Japonesa para a comunidade japonesa e seus descendentes no Brasil.

2. 1 Implicações e significados do Centenário entre diferentes grupos sociais

No Brasil, como visto, o ano de 2008 é marcado por comemorações em torno do Centenário da Imigração Japonesa, apesar do clima no Japão voltado para a crise econômica e a preocupação sobre a “invasão” da mão-de-obra asiática. No entanto, os festejos referentes ao Imin 100 envolveram também a comunidade nipo-brasileira em território japonês.

A comemoração do Centenário na cidade de Kobe, no Japão, contou com a presença de 30 mil pessoas. O festejo, em âmbito local, foi realizado próximo ao local de onde saíram as primeiras famílias japonesas (REVISTA ALTERNATIVA,

2008), considerando que, em Kobe, situava-se a hospedaria dos imigrantes, responsável por preparar os japoneses com o intuito de emigrar para o Brasil na primeira metade do século XX. De acordo com Ewerthon Tobace (2008, p. 60),

Para relembrar a data, foi realizado em Kobe (Hyogo) o Festival do Centenário da Emigração, promovido pela Comunidade Brasileira de Kansai (CBK). O evento terminou no dia 27, depois de duas semanas de palestras, workshops, exibição de filmes da mostra Nipo Cine Brasil e apresentações musicais. Segundo a organização, cerca de 30 mil pessoas passaram pelo festival (TOBACE, 2008, p. 60).

Segundo Tobace (2008), além disso, durante o evento foi realizada a missa em memória dos primeiros imigrantes. Verifica-se que a festividade em Kobe foi repleta de simbologias, considerando, em primeiro lugar, o local da comemoração propriamente dita, próximo ao local de onde saíram diversas famílias japonesas para o Brasil. Em segundo lugar, a própria realização de uma missa, num Japão de maioria budista e xintoísta, é sintomática, apropriando-se da representação do território brasileiro como lugar de religião católica, o que também ocorreu nos primeiros anos de imigração.

Os periódicos japoneses, como a Revista Alternativa de edição, começaram a publicar relatos de imigrantes japoneses que foram para o Brasil. Um dos entrevistados, Yukinobu Oshiro, de 60 anos de idade, mencionou: “ainda me lembro de todos os detalhes da viagem” (TOBACE, 2008), Segundo o artigo:

O olhar se fixa numa das fotos pregadas com fita adesiva na parede velha e desbotada do antigo Centro de Emigração. O passado não tão distante toma a mente de Yukinobu Oshiro, 60, enquanto ele conta sua história. ‘Fiquei três meses aqui neste lugar. Para matar o tempo, brincávamos na laje do último andar’, lembra o japonês, que ficou 16 anos no Brasil e há 36 anos voltou ao país natal. Quando embarcou, tinha 9 anos, e ainda lembra da riqueza de detalhes os dias anteriores à viagem e o difícil começo no país sul-americano (TOBACE, 2008, p. 66).

Oshiro imigrou para o Brasil no ano de 1957, quando tinha 9 anos de idade e, ao chegar, residiu em Santos, estado de São Paulo. Segundo o artigo publicado na Revista Alternativa, de edição 179, o imigrante destacou seu trajeto e os primeiros anos enquanto viveu no Brasil. Depois de Santos, mudou-se a Santo André, Estado de São Paulo. Em razão de uma doença do pai, acabou retornando para o Japão.

No Brasil, trabalhou na roça e como feirante. O retorno ao Japão foi complicado para ele, pois já havia esquecido elementos do idioma japonês (TOBACE, 2008).

O imigrante havia enfrentado algumas dificuldades ao chegar ao Brasil. Uma delas diz respeito à língua, considerando que não dominava o idioma português. É relatado no artigo de Tobace que, durante a viagem para o Brasil, Oshiro conheceu a pessoa que viria a tornar-se sua esposa, Haruko, de 58 anos de idade. Porém, só quando retornou ao Japão teve contato com ela, o que teria sido, para ele, “obra do destino”.

Outra família que participou do evento foi a família de Osami Fukuda. Para ele, “vim para resgatar a história dos meus antepassados”. Segundo Tobace (2008), a família de Fukuda foi para o Japão em busca de respostas para poder entender a vida dos seus antepassados. Ainda segundo o autor:

Para encontrar as respostas que procurava, ele trouxe na bagagem um passaporte antigo do seu avô. “Naquela época eles faziam um documento só para toda a família”, conta. A relíquia serviu para localizar o vilarejo onde os parentes vivem. “Agora vou voltar e escrever um diário para passar essa história aos mais novos de nossa família”, explica (TOBACE, 2008, p. 67).

Considerando os relatos acima, os eventos relacionados à comemoração do Centenário permitiram repensar a memória sobre a imigração japonesa, tanto em âmbito pessoal quanto social. É interessante perceber que, na narrativa de Oshiro, existe uma dimensão épica referente ao deslocamento espacial e cultural do Japão para o Brasil, atinando para as dificuldades encontradas pelo imigrante para acomodar-se à sociedade brasileira. Apesar disso, questões relacionadas às perseguições e violências cometidas contra os *nikkeis* no Brasil, como sugerido pelos pesquisadores que abordaram a imigração japonesa, não emergem discursivamente, o que pode comportar diferentes significados. Dentre eles, pode-se destacar a situação social desses nipo-brasileiros que, como decasségus, encontrando-se numa situação de crise econômica decorrente da conjuntura de 2008, não pretendiam criar conflitos para com o país que os recebia como imigrantes. No caso de Fukuda, por sua vez, trata-se de “resgatar” a história dos antepassados com o intuito de legá-la para as gerações futuras, embora a dramaticidade da trajetória dos primeiros imigrantes seja silenciada.

O Centenário teve grande impacto sobre determinados grupos sociais, como mencionado. O evento de Kobe, em abril de 2008, contou com a visita de oficiais de ambos os países. Segundo Tobace (2008):

Akihito, que já visitou o Brasil três vezes, lembrou o sofrimento físico e psicológico dos primeiros imigrantes japoneses, que partiram a bordo do Kasato Maru para se dedicar à agricultura. Ele também falou da visita que fez a Oizumi e Ota, em Gunma, no começo do mês de abril. “Apreciei muito o trabalho de integração à sociedade japonesa desenvolvido pelas escolas e empresas locais”, declarou o imperador. “Assim como os imigrantes japoneses foram bem recebidos no Brasil, acho importante que o Japão receba os brasileiros calorosamente” (TOBACE, 2008, p. 62)

A postura do imperador, contudo, pode ser contraposta às considerações da historiografia sobre a imigração japonesa, como discutido. O discurso sugere que os imigrantes foram bem recebidos no Brasil, não havendo discriminação, diferentemente do que afirmam autores como Lesser (2001) e Dezem (2005), entre outros, que discutem concepções e práticas antinipônicas na passagem dos séculos XIX para o XX. Mesmo a questão do “sofrimento físico e psicológico” é demasiadamente vaga, não dando margem para elementos como o discurso racista, as discriminações em território brasileiro, a violência perpetrada pelo próprio governo de Vargas, o fechamento de escolas, entre outros aspectos.

Mais adiante, o texto de Tobace afirma:

À parte as formalidades e os discursos parecidos, a cerimônia teve dois momentos de emoção. O primeiro, quando o presidente da Associação do Centenário, Kokei Uehara, 80 anos, disse viver “um dos momentos mais honrosos” de sua vida. “Nunca sonhei em me dirigir um dia a suas majestades imperiais. Nós, imigrantes, enfrentamos uma vida de muitos sacrifícios, mas nunca abdicamos, em nosso coração, do amor e respeito pela terra natal”, falou (TOBACE, 2008, p. 62).

As emoções destacadas por Uehara e o respeito ante a figura do Imperador, em sinal de honra, propõem a ideia do Imperador considerado o pai da nação japonesa, e os imigrantes “súditos do Imperador”, como sugerido por Takashi Maeyama (1973). Embora houvesse dificuldades e sofrimento, que permanecem demasiadamente vagas do ponto de vista discursivo, os imigrantes jamais perderiam o amor e respeito pela pátria e pelo Imperador (MAEYAMA, 1973), o que é

significativo na medida em que o próprio discurso nacionalista deste como deus vivo, amparado no Xintoísmo de Estado, havia sido desestruturado no Japão com o fim da Segunda Guerra Mundial. Porém, a representação parece permanecer na narrativa dos antigos imigrantes que, em sua postura devocional ao imperador, passaram a silenciar aspectos de sua própria história em favor de narrativas higienizadas de conflitos. Nesse sentido, a comemoração não constitui a lembrança neutra do processo histórico ligado à imigração, mas a construção de memórias em sentido político, (re)definindo os elementos memoráveis, obliterando potenciais conflitos, tendo em vista a situação do presente imediato, marcado pelas relações internacionais entre Brasil e Japão, principalmente no tocante ao movimento decasségui.

A comemoração do Centenário resultou em assinaturas de novos projetos e na criação de associações e/ou entidades que deveriam prestar auxílio à comunidade brasileira. Ainda segundo o artigo publicado na Revista Alternativa (2008), intitulado “Mais uma opção em Aichi: Banco Itaú amplia o atendimento à comunidade brasileira ao inaugurar sua primeira subagência em Toyohashi”, Claudia Yoscimoto (2008b) afirma:

[...] um dos motivos que levaram a rede a abrir a unidade foi oferecer um ponto físico para dar mais suporte a seus correntistas e potenciais clientes. “Percebemos que faltava um ambiente específico para ampliar esse contato e nos aproximar tanto de nossos clientes futuros quanto dos já existentes. Daí a necessidade da criação dessa subagência”[...] (YOSCIMOTO, 2008b, p. 86).

A reportagem nos mostra que, com a abertura de uma subagência do Banco Itaú em solo japonês, seria possível estreitar os laços entre os brasileiros que viviam no Japão como futuros clientes. O artigo ainda prossegue afirmando que, com a abertura de contas, os brasileiros que residiam no Japão poderiam enviar remessas ao Brasil, abrir contas de poupança e realizar depósitos a prazo. Estima-se que, no período, o imigrante brasileiro no Japão enviava remessas em torno de US\$600 por mês para a manutenção de seus familiares no Brasil (REVISTA MAIS BRASIL, 2008)⁷. De acordo com a revista, a ida dos decasséguis brasileiros ao Japão

⁷ A Revista Mais Brasil foi uma revista lançada em julho de 2008, ano que se comemorou o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. Impressa pela Editora Mais com sede na cidade de Hamamatsu (vide mapa na página 30), o periódico é de distribuição gratuita e quinzenal. Com a crise de 2008-2010, não foram encontrados registros de continuação da revista. Encontramos a edição 9 distribuída em janeiro de 2009.

contribuiu para ambos os lados, tanto para o Brasil como para o Japão, trazendo vantagens aos brasileiros no Japão com a mão-de-obra, ao passo que as remessas enviadas por eles ao Brasil beneficiariam o governo brasileiro, contribuindo na economia local. Esse valor chegava a ser maior do que o valor enviado pelas remessas dos latinos que residiam nos Estados Unidos, que na época chegava a US\$350 dólares a mais em comparação (REVISTA MAIS BRASIL, 2008).

No mesmo ano, foi autorizada a abertura do novo Consulado Geral do Brasil em Hamamatsu. No dia 9 de julho de 2008, o Presidente Lula autorizou a instalação, após quatro anos de reivindicações da comunidade brasileira no Japão, tendo em vista também o fato de o município ser considerado o maior no país em termos de número de residentes brasileiros (ENDO, 2008). A abertura do novo consulado auxiliaria a comunidade local, pois a locomoção ao Consulado Geral do Brasil em Nagoia era distante, resultando na perda de dias de trabalho e em problemas futuros com as empresas. O novo consulado atenderia à comunidade brasileira na província de Shizuoka. A cidade de Hiroshima também solicitou, junto à Embaixada do Brasil em Tóquio, a abertura de um consulado brasileiro, o que contribuiria para o intercâmbio e melhoraria dos laços entre as comunidades brasileira e japonesa na região. Hiroshima é a província no sul do Japão com porcentagem significativa de residentes brasileiros, levando o prefeito da cidade a protocolar, à Embaixada do Brasil, o posto consular (REVISTA MAIS BRASIL, 2008).

No âmbito educacional, também houve projetos envolvendo os dois países. Segundo a Revista Mais Brasil:

A Universidade Tokai, localizada em Kanagawa, pretende implantar, a partir de 2009, um curso de aperfeiçoamento para educadores, com certificado reconhecido pelo governo brasileiro. De acordo com o programa, o curso será feito por correspondência, via Internet, com supervisão da Universidade Federal de Mato Grosso. A princípio, o projeto vai formar professores capacitados para atuar da alfabetização até o quarto ano do ensino fundamental, tendo capacidade para até 300 pessoas (EDUCAÇÃO, 2008, p. 72).

Um dos cursos seria o de licenciatura em Pedagogia, ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com sede em Cuiabá e com o apoio da Universidade de Tokai. Esse curso de graduação à distância ofertou disciplinas na formação de professores para lecionar nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, com um prazo de 4 anos e meio, e a intenção seria formar 300 profissionais na

área da Educação. O processo seletivo se deu por vestibular, impactando na vida e formação da comunidade brasileira no Japão. A Universidade de Tokai serviria como espaço físico e como suporte aos alunos, em convênio firmado em 2008. Os cursos contariam também com disciplinas de língua japonesa, tendo em vista a realidade dos brasileiros vivendo no Japão. O suporte ao idioma seria realizado pelos alunos japoneses da Universidade Tokai que estivessem estudando a língua portuguesa (EDUCAÇÃO, 2008).

Percebe-se, portanto, que o Centenário envolveu diferentes aspectos das relações entre ambos os países, como as questões sociais, econômicas, políticas e culturais, transcendendo, portanto, os festejos propriamente ditos. No Japão, os projetos conjuntos constituiriam reações institucionais no sentido de fortalecer os laços diplomáticos entre os dois países, tendo em vista o impacto dos trabalhadores decasségus numa via de mão dupla, considerando a conjuntura histórica de crise, como discutido. Nesse sentido, as comemorações, conforme sugerido, implicam dimensões políticas que perpassam a construção de memórias, inclusive aquelas silenciadas. No próximo item, tentaremos compreender as características do Centenário no Brasil.

2. 2 Significado e implicações do Centenário em território brasileiro

As comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil tiveram diversos impactos na sociedade brasileira. O ano de 2008 é marcado por festivais que remetiam à imigração. Jornais, revistas e outros meios de comunicação deram cobertura de maneira direta ou indireta ao evento, reconstruindo a memória da imigração e permitindo a difusão da cultura japonesa, eventualmente de forma estereotipada, dentre os mais diversos grupos sociais no Brasil.

Durante a conjuntura histórica em questão, houve o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão. Um deles está relacionado às tecnologias voltadas para a sustentabilidade, como o etanol. A reportagem publicada na Revista Mais Brasil (2008) trazia como título “Relação econômica entre os países” e apresentava a seguinte notícia:

A cooperação bilateral Japão e Brasil na produção do etanol é salutar para o mundo, seguindo o exemplo de feitos passados que deram certo: a introdução da tecnologia na agricultura pelos imigrantes japoneses no Brasil e a expansão da soja, pelo projeto de desenvolvimento no Cerrado. O Japão encontra-se capaz de fornecer a tecnologia necessária para a produtividade agrícola no Brasil, além de ser um grande contribuinte para a venda do etanol no mercado global, para a promoção do cultivo da cana-de-açúcar e para a produção do etanol em países terceirizados (RELAÇÃO, 2008, p. 16).

Segundo a matéria publicada, Brasil e Japão, historicamente, já possuíam significativa relação bilateral, mas, com a contribuição tecnológica por parte do Japão, seria possível contribuir para com a atividade agrícola do Brasil. O etanol era considerado combustível sustentável que deixaria o Brasil, de acordo com a revista, com grande vantagem e competitividade diante do mercado global (REVISTA MAIS BRASIL, 2008).

Outros setores também se destacavam no cenário brasileiro, tais como a celulose e os biocombustíveis, incluindo o carvão vegetal e outros combustíveis. É válido ainda destacar a cooperação em relação ao setor automobilístico entre ambas as nações, que estava em grande expansão na produção brasileira (REVISTA MAIS BRASIL, 2008).

Foi nessa conjuntura histórica de relações bilaterais entre o Brasil e o Japão que as comemorações do Centenário emergiram. O Imin 100 levou à criação de eventos e órgãos para a construção e difusão da memória da imigração japonesa, como aconteceu em Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo. Segundo a Revista Mais Brasil (2008), em artigo intitulado “A Terra do Sol Nascente Ocidental”:

Contando com dois *nikkeis* entre seus 16 vereadores e tendo como prefeito Junji Abe (PSDB), um *nissei*, a cidade também inaugurou, em junho, o Parque Centenário, uma obra majestosa feita por parceria do poder público com a iniciativa privada, com capacidade para receber 30 mil pessoas e investimentos de mais de R\$780 mil (49 milhões de ienes) (A TERRA, 2008, p. 24).

O Parque Centenário foi um investimento que tinha como objetivo não só construir e difundir certa memória da imigração japonesa, mas também alavancar o turismo local, pois dentro do parque foi inaugurada uma réplica de 30 metros do navio Kasato Maru. No interior da réplica, há um museu com artefatos de cultura

material, fotografias e outros documentos doados pelas famílias dos primeiros imigrantes japoneses que chegaram à cidade (A TERRA, 2008).

Em outras cidades brasileiras, como João Pessoa, capital do estado da Paraíba, não houve o mesmo apoio da política. Teriam faltado investimentos por parte do poder público e privado, na medida em que a comunidade nipo-brasileira do estado relatou não ter recebido a atenção necessária ao solicitar auxílio para o Festival do Centenário. Outro problema teria sido a representação política, pois o vereador enviado para representação possuía relações com a comunidade nipo-brasileira da Paraíba. Por sua vez, a prefeitura de João Pessoa informava possuir estranheza a essas reclamações (REVISTA MAIS BRASIL, 2008, p. 24).

No estado de São Paulo, eventos relacionados ao Centenário aconteceram. Na Revista Mais Brasil (2008), foi publicado artigo com o seguinte título: “Para manter a tradição: Com dez anos de história, Festival do Japão atrai 170 mil pessoas à cidade de São Paulo para prestigiar a cultura e culinária nipônica”. Para Bárbara Mayumi e Juliana Mir Tonello:

Realizado desde 1998, o festival visa divulgar a cultura e as tradições japonesas e conta com apresentações musicais e folclóricas, além da eleição da Miss Festival do Japão – concurso que já está em sua sexta edição [...] “A realização de um evento desta magnitude requer o trabalho e o apoio de muitos (MAYUMI; TONELLO, 2008, p. 80).

O festival aconteceria desde 1998, porém, em 2008, ganharia destaque devido à comemoração de dez anos do evento e à realização do Centenário. Segundo a reportagem, “[...] os três dias de programação do festival contaram com as apresentações de artes marciais, danças folclóricas e grupos de *taikô*, além de estandes com *ikebana*, *chadô* e *bonsai*.” (MAYUMI; TONELLO, 2008, p.). É significativo perceber que, além da imigração propriamente dita, o Centenário e os eventos a ele relacionados utilizam de uma representação exótica para referir-se ao Japão, chamando a atenção para elementos estereotipados relacionados à cultura japonesa, tais como a música e a dança folclórica, os tambores (*taikô*), o arranjo floral (*ikebana*), a cerimônia do chá (*chadô*) e o *bonsai*. Aspectos mais densos da cultura, como as acomodações decorrentes do contato entre imigrantes japoneses e o território brasileiro (envolvendo, por exemplo, a língua e a religião), são deixados de lado nas representações exóticas do evento.

O festival em questão foi realizado com o apoio da prefeitura da cidade de São Paulo, contando com a presença do prefeito Gilberto Kassab, que afirmou que a prefeitura paulistana não deixaria de prestigiar um evento de tamanha proporção, sendo de suma importância para o estado. Segundo o prefeito, “A comunidade japonesa é uma das que melhor representa, com orgulho, sua terra, seus costumes e sua tradição” (MAYUMI; TONELLO, 2008, p. 80). Mayumi e Tonello ressaltam a importância da comunidade japonesa e de seus descendentes para São Paulo e a contribuição do evento para a economia da cidade (MAYUMI; TONELLO, 2008).

Semelhantemente à organização das comemorações do Centenário no Japão, o Imin 100 no Brasil, de forma geral, envolveu direta ou indiretamente e de maneira mais ou menos eficiente o poder público, seja em esfera municipal, estadual ou federal em correlação com a iniciativa privada. Não se trata, também nesse caso, de uma comemoração restrita à questão da memória, mas de um evento de caráter político (em sentido amplo). Articulando diferentes setores da sociedade civil que, possuindo interesses também variados (vide os acordos comerciais e os projetos conjuntos entre Brasil e Japão), buscou-se reconstruir a memória da imigração japonesa por intermédio de um discurso, por um lado, voltado para o exotismo; por outro, pelo esvaziamento do conflito na narrativa sobre a imigração, como será visto.

Uma das produções, durante o Centenário, para representar a história da imigração e da comunidade japonesa e de seus descendentes no Brasil, foi realizada pelo quadrinista Maurício de Sousa, autor consagrado no país em razão da produção de “A Turma da Mônica”. Sousa criou dois personagens chamados Tikara e Keika, que passaram a fazer parte dos gibis da Mônica. Maurício de Sousa destacou:

Quando criei Tikara e Keika como mascotes oficiais do Centenário da Imigração Japonesa ao Brasil, que foi celebrado nos dois países, as personagens criaram vida própria. Foi amor a primeira vista! E logo Tikara e Keika já estavam em revistas e produtos infantis, em um carimbo oficial do Correio Japonês, para minha honra, em quadro especial das personagens faz parte hoje do acervo de arte da Família Imperial Japonesa.

As personagens foram inspiradas em meus filhos sanseis e representam a tradição japonesa misturada à desenvoltura do brasileiro, com raízes em seus avós, mas de um ponto de vista bem moderninho [...] (SOUSA apud REVISTA ALTERNATIVA, 2008, p. 10).

Ambos os personagens criados por Sousa representam o estereótipo do japonês no Brasil, o japonês tradicional, porém “moderno”, com cabelo arrepiado e superpoderes, apropriando-se de elementos mais ou menos comuns aos quadrinhos e às animações japonesas. Tanto Keika como Tikara lutam ou participam de artes marciais, sugerindo clichês do japonês super-herói com quimonos. Porém, O quadrinista propôs que os personagens representam a tradição japonesa misturada ao “ar” brasileiro, numa perspectiva chamada pelo autor de “moderninha”. Embora pareça algo inovador, a articulação entre a tradição (simbolizada pelos elementos exóticos acima indicados) e o moderno (por intermédio de aspectos da tecnologia como computadores e robôs) também é uma construção histórica estereotipada sobre o Japão e, mais especificamente, a respeito do nipo-descendente. É possível questionar até que ponto essas representações exóticas ou modernas correspondem minimamente à autoimagem dos imigrantes e descendentes em território brasileiro.

No jornal Folha de Londrina, um dos principais periódicos da cidade, foi publicado artigo com destaque para as comemorações que aconteceram na região. A notícia sugeria que o evento permitiu a difusão da cultura japonesa na cidade. Segundo Guerin:

Com o tema “Evolução e a Integração do Nikkei na Sociedade Brasileira”, a comissão londrinense já deu início às comemorações, que culminarão numa grande exposição que será realizada no Parque Ney Braga de 18 a 22 de junho. Um dos destaques da *Expo Imin 100* será a exposição de tecnologia e robótica, além de culinária, danças, artesanato e atividades típicas japonesas, como a cerimônia do chá, artes marciais e apresentações de *taikô* e *bon odori* (GUERIN, 2008).

Aqui, mais uma vez, percebe-se a utilização de imagens relacionadas a aspectos como tecnologia, culinária, artes marciais e danças típicas. Ocorre o apelo a representações estereotipadas, ressaltando slogans como “Japão é o país da tecnologia” e “terra de samurais e gueixas”. Segundo André:

No Brasil, o centenário foi, em parte, um evento de cunho econômico e político. Houve uma súbita moda nipônica que trouxe a maioria dos clichês à tona, do exótico ao moderno, voltada diretamente ao comércio, seja dos mangás (漫画, as histórias em quadrinho japonesas), dos animês (palavra que deriva de *animation* e designa as animações nipônicas), dos brinquedos, das roupas (estampadas

com ideogramas, inclusive do lado avesso), dos adesivos, dos filmes, das músicas (principalmente do *jpop*, estilo que mistura elementos ocidentais aos orientais), das artes marciais e, entre outras questões, até mesmo dos penteados, já que um estabelecimento em Londrina anunciava alisamento de cabelo à japonesa. As editoras, incluindo-se as universitárias, não ficaram atrás diante da conjuntura adequada, lançando todo tipo de livros sobre cultura japonesa e dando margem a algum oportunismo intelectual.

Por outro lado, o centenário permitiu a publicação de diversas reflexões aprofundadas sobre a cultura japonesa e os assuntos a ela relacionados, gerando um avanço nos debates acadêmicos (ANDRÉ, 2009, p. 7).

Como sugere o autor, o Imin 100 pode ser considerado um evento de cunho político e econômico, permitindo a circulação de elementos relacionados à cultura japonesa, havendo destaque para a música, o folclore, a cultura pop, entre outros aspectos. Por outro lado, ainda de acordo com o autor, as representações produzidas durante o Centenário são passíveis de problematização em dois pontos. O primeiro diz respeito ao exotismo estereotipado que possui pouca ou nenhuma relação com a história do imigrante japonês propriamente dito. O segundo, por sua vez, refere-se ao silenciamento dos conflitos no discurso memorialista, que ressalta, ao invés disso, o caráter supostamente harmônico envolvendo Brasil e Japão desde o início da imigração. Imagens como o imigrante japonês esforçado e trabalhador foram ressaltadas em detrimento de discursos de ordem conflitiva.

Silva (2013) realizou pesquisas em edições do jornal “Paraná Shimbun”, periódico *nikkei* que circulava em Londrina e que acabou encerrando as atividades logo após o Imin 100. Para ela, houve uma preocupação em disseminar temas para jovens, principalmente adolescentes. A autora destaca as mudanças, principalmente na quantidade de páginas, no idioma japonês e nos temas tratados no jornal. Para Silva:

Pode-se assim correlacionar as transformações do *nikkei*, que na segunda geração lê os idiomas japonês e português, com as mudanças ocorridas neste periódico. Outro fator observável é a presença de assuntos destinados a pessoas mais jovens, em meio ao periódico há informações sobre jogos eletrônicos, animês, entre outras questões. Ou seja, o público leitor não é somente o nipo-brasileiro da primeira ou segunda geração, mas também o jovem ou adolescente que enquanto o pai ou avô, por exemplo, fazem a leitura de certos assuntos, poderá este fazer a leitura do seu interesse. É possível perceber um desequilíbrio na quantidade de páginas destinadas aos leitores em língua japonesa, o que mostra uma

mudança importante no que se refere à identidade *nikkei* (SILVA, 2013, p. 46).

Ainda segundo a autora, os jornalistas ligados ao Paraná Shimbun tentaram construir a representação do Paraná como lugar acolhedor, embora muitos imigrantes japoneses tenham passado por situações de violência na região. Na cidade de Rolândia (PR), um incêndio criminoso em 1938 destruiu uma escola na região (MAESIMA, 2012). Em Assaí, também no Paraná, houve assassinatos e outras violências derivadas do contexto histórico marcado pelos discursos e práticas antinipônicas característicos da primeira metade do século XX (FUJIKAWA, 2018).

Silva (2013) pesquisou também as propagandas difundidas para a comunidade brasileira e japonesa, levando em consideração o esforço do imigrante japonês desde quando chegou ao Brasil, as conquistas e as vitórias alcançadas por eles. Ressaltava-se concepções como o esforço que leva à vitória, trazendo à tona estereótipos como o país de samurais e onde a tecnologia é muito desenvolvida. Sugeriu-se a imagem da serenidade do *nikkei* no Brasil, sua identidade como nipônico e não o *nikkei* como brasileiro. Ou seja, recorria-se a uma identidade essencialista que ignorava as particularidades da trajetória dos *nikkeis* no Brasil, ignorando as condições adversas enfrentadas por esses indivíduos na primeira metade do século XX.

Essas imagens, como sugerido, acabaram fomentando o comércio local. Numa das edições da Folha de Londrina, publicada em 19 de fevereiro de 2008, sugere-se a preocupação em relação à comemoração do Centenário no Supermercado Muffato. Sediado em Londrina, o mercado ofereceu atividades que tivessem como tema o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. Segundo a redação do jornal:

O Super Muffato da Duque de Caxias preparou uma programação especial em comemoração ao centenário da imigração japonesa no Brasil. As atividades têm início hoje com um jantar para os clientes a partir das 19h30. O calendário segue até domingo, no estacionamento da loja, com apresentação de danças tradicionais, música, folclore e barracas com comidas típicas e com exposições de *ikebana*, *bonsai*, *origami* e *kirigami* (IMIN 100, 2008).

Muitas empresas aproveitaram o ano de comemoração do Imin 100 para atrair clientes de diferentes grupos sociais, *nikkeis* ou não *nikkeis*. Ao difundir a

cultura japonesa durante o Centenário, buscou-se construir a imagem de que esta teria sido absorvida pela sociedade brasileira, ignorando os elementos híbridos decorrentes da dialética social, como destaca Silva (2013).

Apesar da tônica higienizada do discurso que circulou, sobretudo, na imprensa, na publicidade e na narrativa de políticos, houve outras perspectivas historicamente mais densas e em consonância com a historiografia sobre a imigração japonesa. Na página oficial do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, destaca-se a seguinte informação:

Em 1938, ano antecedente à Segunda Guerra Mundial, o Governo Federal começou a limitar as atividades culturais e educacionais dos imigrantes. Em dezembro, decretou o fechamento de todas as escolas estrangeiras, principalmente as de japonês, alemão e italiano. As comunidades oriundas dos países integrantes do Eixo Roma-Berlim-Tóquio começaram a sentir os sintomas do conflito iminente. Em 1940, todas as publicações em japonês tiveram a sua circulação proibida. No ano seguinte, chegaram as últimas correspondências do Japão. Até o fim da guerra, os japoneses viveram um período de severas restrições, inclusive o confisco de todos os bens (ACCIJB, 2008).

O discurso silenciador pode ser caracterizado como hegemônico, como sugerido, sendo sustentado por representantes de ambos os governos (brasileiro e japonês), por parte da mídia e pela própria sociedade. Apesar disso, o site oficial da comemoração do lmin 100 vai mais a fundo e traz à tona a informação de que houve discriminação contra japoneses por fazerem parte do Eixo junto à Alemanha e Itália, levando os *nikkeis* a enfrentarem dificuldades na conjuntura histórica da Segunda Guerra Mundial. Os nipo-brasileiros tiveram seus bens confiscados, havendo perseguição por parte do governo Vargas aos imigrantes. A página ainda sugere que houve a proibição de difusão de atividades culturais dos imigrantes dos países do Eixo, contrapondo-se ao discurso silenciador tão comum no Centenário. Isso não comprometeria a proposta presente na narrativa do site, que se propõe estreitar os laços de amizade entre ambos os países, o que poderia contribuir com o fortalecimento dos liames econômicos e culturais (ACCIJP, 2008, s.p.).

A narrativa de teor conflitivo que se encontra presente no site não é exceção durante a conjuntura histórica do Centenário, na medida em que outros discursos do gênero aparecem de forma fragmentária nos meios de comunicação. O próprio Paraná Shimbun que, de forma geral, utilizava representações exóticas e

silenciadoras, publicou alguns artigos que chamavam a atenção para os problemas raciais, os discursos e as práticas antinipônicas na primeira metade do século XX (ANDRÉ, 2008), o que refletia a perspectiva de autores de certas colunas, e não propriamente a postura do periódico como um todo. Portanto, o Imin 100 constitui fenômeno complexo, uma vez que as narrativas foram multifacetadas e mesmo contraditórias, podendo-se afirmar que houve uma disputa no campo simbólico com o intuito de definir a memória legítima sobre a imigração japonesa. Entretanto, do ponto de vista da opinião pública, parecem ter prevalecido as representações exóticas (das gueixas e dos samurais), modernas (dos robôs) e silenciadoras (do imigrante honesto e esforçado).

Cabe aqui refletir sobre o silêncio no interior dessa narrativa. Durante a Segunda Guerra Mundial, certos grupos foram perseguidos e massacrados e, com o fim da guerra, os sobreviventes preferiam não tocar no assunto, pois a memória dessas experiências ainda causava dor. Outro motivo era o medo de novas perseguições em razão de origens étnicas ou pelas atrocidades esses indivíduos passaram. Segundo Michael Pollak:

[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. No plano coletivo, esses processos não são tão diferentes dos mecanismos psíquicos ressaltados por Claude Lévi-Strauss: "A linguagem e apenas a vigia da angústia... Mas a linguagem se condena a ser impotente porque organiza o distanciamento daquilo que não pode ser posto à distância. É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior" (POLLAK, 1989, p. 6)

Segundo Pollak (1989), a fronteira dos silêncios não ditos é representada por algum tipo de angústia, de dores que o locutor prefere não falar para não causar emoções que o façam (re)construir as lembranças dos sofrimentos que passou, ou até mesmo para não ser discriminado ou humilhado por determinada situação. Pollak frisa em seu artigo que muitas pessoas perseguidas pelo Nazismo durante a Segunda Guerra Mundial preferiram não tocar mais em determinados assuntos para

não sofrerem represálias e não serem humilhadas por sua condição social. Determinados grupos sociais que foram perseguidos pelos nazistas, quando libertados dos campos de concentração, preferiram viver no anonimato para não sofrerem mais as dores pelas quais haviam passado.

As proposições de Pollak podem ser utilizadas para compreender a memória sobre a imigração japonesa no Brasil. Diversos imigrantes, como visto, passaram por diversas situações que podem ser caracterizadas como traumáticas e, talvez por isso, muitos preferem não tocar no assunto. Mesmo *nikkeis* que enfrentaram experiências dolorosas, em situação de entrevista, costumam afirmar que foram sempre bem tratados em território brasileiro, o que contrasta com suas experiências pessoais de sofrimento. Isso pode explicar, em parte, o discurso silenciador em esfera pessoal. No entanto, do ponto de vista público, essas representações, adicionadas de teor exótico ou modernizador, são reconstruídas pelas autoridades públicas e pelos meios de comunicação com outros objetivos, geralmente voltados para a manutenção dos laços econômicos e políticos estabelecidos entre os diferentes grupos sociais e, também, pelas relações diplomáticas entre Brasil e Japão.

Como visto ao longo do capítulo, o Centenário foi um evento voltado para a comemoração dos cem anos da imigração japonesa, cujas celebrações foram realizadas tanto no Brasil quanto no Japão. Todavia, o discurso produzido transcendia a questão da memória, chamando a atenção para representações higienizadas e esvaziadas de conflito, atinando tanto para o exotismo quanto para uma história do imigrante japonês vivendo em harmonia para com a sociedade receptora. As comemorações, nesse sentido, constituíram evento político, articulando esfera pública, iniciativa privada e outros grupos da sociedade civil com o intuito de construir e difundir certa memória da imigração japonesa. Contudo, essa narrativa possui significativo contraste quando comparada às considerações realizadas pela historiografia pertinente, seja de primeira ou segunda geração, que chama a atenção para elementos como racismo, perseguições e outras violências cometidas contra *nikkeis* no Brasil durante o período da imigração. No próximo capítulo, abordaremos o romance de Hiratsuka, “Os livros de Sayuri”, buscando compreender como a autora constrói seu discurso considerando o tecido narrativo presente na conjuntura histórica do Centenário.

3. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NIPO-BRASILEIRA NO ROMANCE “OS LIVROS DE SAYURI”

Feita a contextualização histórica referente à comemoração dos cem anos da imigração japonesa no Brasil, o presente capítulo tem como objetivo analisar a obra “Os livros de Sayuri”, de Lúcia Hiratsuka, como discurso voltado para a produção de memória, ainda que no terreno da ficção, sobre a história dos imigrantes nipônicos no país. O desenvolvimento da reflexão será feito a partir de três balizas: a contextualização do livro no interior da produção literária sobre japoneses em território brasileiro, a apresentação da autora propriamente dita e a análise do discurso presente no romance.

3.1 A produção literária nipo-brasileira

Antes de iniciar a discussão, é preciso esclarecer, aqui, como compreendemos a ficção literária. Ela é concebida como um conjunto de representações arquitetadas a partir de um contexto histórico, dialogando, portanto, com o universo social de seus produtores, tornando-se, assim, documento para o historiador. A esse respeito, Lúcia Chiappini afirma:

[...] como reconhece um historiador dos mais competentes e sensíveis da chamada “Nova história”: Georges Duby. Ele concebe a literatura como fonte e documento, enquanto expressão de uma representação coletiva de uma época determinada, mas também enquanto *algo mais*, que ultrapassa o documento e a faz anteciper o caráter problemático do real. Para ele, haveria aí o documento e o *resto*. A literatura seria, assim, uma forma de conhecimento que nos ensinaria a ler o real e não deveríamos ver no discurso literário a manifestação de uma pré-história (CHIAPPINI, 2000, p. 24).

A literatura ultrapassa o real, ela é um documento que pode denunciar determinados problemas sociais e das minorias; ela expressa sonhos, emoções e os sentimentos que, no caso da literatura nipo-brasileira, denunciam os problemas sociais que “o mundo não conhece” ou “não lembra”.

Dentre os literatos que buscaram construir ou reconstruir a memória sobre a imigração japonesa no Brasil, destacam-se autores como Oscar Nakasato (2011), Lúcia Hiratsuka (2008b) e Laura Honda Hasegawa (1991). Nakasato (2011) em “*Nihonjin*” (re)constrói a memória da imigração japonesa por meio do personagem Hideo, imigrante japonês que relata os problemas enfrentados quando chegou ao Brasil. Em “Os Livros de Sayuri”, Hiratsuka (2008b) nos mostra as dificuldades de Sayuri, uma menina com sete anos de idade, que desejava ser alfabetizada durante o início da Segunda Guerra Mundial. No romance “Sonhos bloqueados”, Hasegawa (1991) retrata em Kimiko as adversidades da mulher nipo-brasileira e os seus sonhos que foram “bloqueados” pelo destino⁸. Para Stevens:

[...] estes romances foram produzidos com o objetivo principal de resgatar a memória da imigração japonesa. Embora obras de ficção, contém um forte componente de realidade nesses romances, que contam histórias de exclusão, isolamento, discriminação, exploração [...] adaptação e vitória. São testemunhos dos conflitos, dramas pessoais, dificuldades e sacrifícios enfrentados pelo homem [...] (STEVENS, 2004, p. 2).

Esses romances foram produzidos por autores nipo-descendentes, o que é sintomático por sugerir a tentativa de construir ou reconstruir elementos identitários *nikkeis*. Não se trata, contudo, de um “resgate” da memória ou da identidade, como ressalta Stevens, como algo dado aguardando pela revisitação objetiva de determinados indivíduos. Esses literatos pertencem a outro período histórico, distante cem anos desde a vinda dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil, marcado pela ascensão social dos *nikkeis* no país, pelos hibridismos culturais e, também, pela própria mudança da imagem do Japão no cenário internacional, como visto no capítulo anterior. A descendência japonesa desses autores implica em si aspecto importante, lançando-os, num período de produção efusiva de discursos, como o Centenário da Imigração, por uma busca subjetiva de construção – e não propriamente resgate – de memórias que consideravam importantes por razões variadas. Nesse sentido, o discurso literário não seria uma reprodução da realidade dos primeiros imigrantes, mas, antes, uma reconstrução de sua trajetória a partir do olhar de sujeitos do presente, mais especificamente, de 2008.

⁸ Não é nossa intenção realizar uma análise detalhada de cada romance, com exceção da obra de Hiratsuka, como desenvolvido mais adiante. Busca-se aqui apenas compreender certas características comuns que embasam a produção literária dos autores nipo-brasileiros.

Os autores citados reconstróem, a partir da obra literária, a memória dessa imigração, os choques culturais, as dificuldades enfrentadas, a busca pela sobrevivência e a saída da “terra natal”, visando melhores condições de vida. Nessas obras, os autores representam em seus personagens as inquietações, as particularidades dos diferentes períodos e seu impacto na vida desses indivíduos. São obras literárias que sugerem o contato com outros grupos sociais e com as implicações derivadas dessas relações, baseadas em conflitos e solidariedades.

Segundo Nakasato (2009):

Os textos literários, portando, confirmam o traçado circular da história desse povo, que veio ao Brasil nas primeiras décadas do século XX atrás de um trabalho que trouxesse um rápido e compensador retorno financeiro e que nas últimas duas décadas retornou ao Japão com o mesmo objetivo. Para a configuração do nipo-brasileiro, participam diversas imagens, as quais mostram o processo de sua integração à sociedade brasileira, paralelo à manutenção de traços da cultura japonesa. A personalidade dual, em que coexistem as marcas de duas nações, é a sua principal característica (NAKASATO, 2009, p. 105).

A literatura permite realizar a partir da ficção a representação da cultura dos japoneses no Brasil e dos nipo-brasileiros, bem como de sua identidade hifenizada, conforme ressaltado nos capítulos anteriores. Essa identidade hifenizada com as suas marcas enriquecem a personalidade dos personagens que tentam uma integração junto à sociedade brasileira. Por um lado, vemos a cultura brasileira e, por outro, os rasgos culturais da cultura japonesa. Nakasato sugere que esses japoneses se tornam mais japoneses quando estão fora do Japão, outro fator em relação aos filhos dos japoneses que mesmo nascendo no Brasil se sentem ilhados, não sendo vistos como brasileiros por determinados grupos sociais da sociedade brasileira e tendo o sentimento de pertencimento ao Japão.

Para Marcel Vejmelka, esses romances

[...] Demonstram [...] a abertura temática, técnica espacial da produção literária atual no Brasil, também e sobretudo a consciência e autoestima com que esses autores enfrentam o desconhecido, o estranho e o Outro. Lidos de uma perspectiva duplamente exterior – numa leitura feita desde fora do Brasil – esses diálogos brasileiros com a cultura japonesa revelam uma lição valiosa e difícil de sensibilidade cultural. Conseguem assim, cada romance de sua maneira bem particular, aproximar o Japão – e cada romance o “seu”

Japão particular – aos leitores num registro crítico e estético universal (VEJMEJKA, 2014, p. 230).

Vejmelka (2014) ressalta a visão e a sensibilidade que cada autor tem diante da cultura japonesa, enfatizando que suas concepções a respeito variariam de acordo com os literatos em foco. Portanto, como afirmado, não se trata do resgate de tradições ou de um passado situado nas primeiras décadas de imigração, como sugere Stevens, mas da construção de memórias e, conseqüentemente, de identidades considerando a subjetividade do olhar de romancistas inseridos no presente. Nesse sentido, como ressalta Antonio Candido,

[...] o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público (CANDIDO, 2006, p. 83-84).

Partindo das considerações de Candido, autores como Hiratsuka devem ser inseridos em seu contexto histórico, desempenhando papéis sociais específicos. Tratam-se, como visto, de literatos *nikkeis* em busca de suas respectivas identidades por meio da construção de memórias sobre a imigração japonesa e que encontraram, nas comemorações do Centenário, momento estratégico para discorrer publicamente a respeito da questão. Constitui-se, no período, público em potencial, composto ou não de descendentes de japoneses, que consumiria a obra desses autores, permitindo a difusão de representações a respeito da cultura japonesa, produzindo diversos impactos. A partir da premissa destacada por Candido (2006), encontra-se, na literatura nipo-brasileira, uma ligação entre o autor e o público.

Ainda segundo Candido (2006):

Se a obra é mediadora entre o autor e o público, este é mediador entre o autor e a obra, na medida em que o autor só adquire plena consciência da obra quando ela lhe é mostrada através da reação de terceiros. Isto quer dizer que o público é condição para o autor conhecer a si próprio, pois esta revelação da obra é a sua revelação. Sem o público, não haveria ponto de referência para o autor, cujo

esforço se perderia caso não lhe correspondesse uma resposta, que é definição dele próprio. Quando se diz que escrever é imprescindível ao verdadeiro escritor, quer isto dizer que ele é psicologicamente organizado de tal modo que a reação do outro, necessária para a autoconsciência, é por ele motivada através da criação. Escrever é propiciar a manifestação alheia, em que a nossa imagem se revela a nós mesmos (CANDIDO, 2006, p. 85-86).

O autor do romance, portanto, só percebe o poder social de sua obra quando é manifestada a reação do leitor, avaliando o impacto de sua obra sobre determinados grupos sociais, *feedback* que resultará em reflexões motivadas por sua criação. Em relação ao romance nipo-brasileiro, a reação do leitor *nikkei* e não *nikkei* será de grande importância ao escritor. O Centenário da Imigração Japonesa, evento catalizador que permitiu a difusão de forma mais ampla de elementos construídos da cultura japonesa, permitiu justamente a constituição desse público em potencial. Segundo Candido (2006, p. 85), “[...] o autor não é ninguém sem a visão do seu leitor, pois a partir das emoções que a obra manifesta nesse leitor, permitirá o autor delinear outras criações”.

3.2 O olhar de Lúcia Hiratsuka

A produção literária de Hiratsuka também foi concebida no período do Centenário da Imigração, dialogando, em maior ou menor grau, com os discursos sobre os imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil. Trata-se, conforme sugerido, de uma descendente de japoneses de terceira geração (*sansei*), que busca, por intermédio da literatura, reconstruir a memória da imigração nipônica no país.

Hiratsuka nasceu em 1960, em Duartina, estado de São Paulo, cidade que concentrava, desde a primeira metade do século XX, colônias de imigrantes japoneses. A presença nipo-brasileira na região foi significativa a ponto de permitir, por exemplo, o surgimento, pela primeira vez no Brasil, de certas religiões japonesas, como é o caso da Seichô-no-ie, fundada por Masaharu Taniguchi no Japão, em 1929 (ALBUQUERQUE, 1999). É válido ressaltar que, tendo nascido nos anos 1960, Hiratsuka não viveu durante o contexto histórico de estabelecimento dos

primeiros imigrantes japoneses em Duartina, período abordado por sua narrativa literária. Na segunda metade do século XX, como discutido, a imagem pública em torno dos *nikkeis* no país havia mudado, considerando a ascensão social do grupo e a própria transformação da imagem do Japão no cenário geopolítico. Hiratsuka, nesse sentido, produziu seu livro a partir dos relatos narrados pela família e por conhecidos.

Descendente de japoneses, aprendeu a ler por intermédio de seu avô, havendo em sua casa muitos livros em língua japonesa (HIRATSUKA, 2008, s.p.). Também sob a influência do avô, começou a desenhar, lembrando que a obra “Os livros de Sayuri” possui diversas ilustrações, as quais, embora importantes, não serão aqui analisadas, considerando as limitações da pesquisa. Atualmente, Hiratsuka trabalha como artista plástica, criando e (re)criando histórias e desenhos para as crianças, público privilegiado em suas obras, como é o caso de “Os livros de Sayuri”. A cultura japonesa, incluindo elementos relacionados à dimensão popular, encontra-se presente em todas as suas obras, concebidas, principalmente, na forma de ilustrações. Dentre elas, destacam-se “Um rio de muitas cores” (HIRATSUKA, 1999), “Contos da montanha” (HIRATSUKA, 2005), “Histórias tecidas em seda” (HIRATSUKA, 2007), “Festa no Céu/Festa no Mar” (HIRATSUKA, 2008a), “Os Livros de Sayuri” (HIRATSUKA, 2008b) e, entre outros, “Muli” (HIRATSUKA, 2010).

Quando criança, a autora ouvia dos seus avós as lendas e os contos japoneses, as histórias de suas vidas e de suas famílias no Japão (HIRATSUKA, 2014). A mãe de Lúcia nasceu no Brasil e, antes dos seus avós saírem do Japão, eles mencionavam que a vida não era fácil, pois o país passava por várias dificuldades. Segundo a autora,

A minha avó possuía uma memória fantástica. Contou que, quando moça, ouvia dizer que o Brasil era um paraíso. Nessa terra imensa e fértil, até mesmo existia uma árvore que dava ouro. Seria verdade? A vida no Japão não estava nada fácil, então, ela decidiu se casar com o rapaz vizinho, o meu avô, com o objetivo de seguir para esse país distante. A condição para a viagem era que a família tivesse, ao menos, três pessoas para se dedicar ao trabalho. Meus avós tinham pouco mais de vinte anos e até arrumaram um filho postiço, um garoto de 14 anos que também queria emigrar para essa terra de tantas promessas (HIRATSUKA, 2017, s.p).

Como mencionado nos capítulos anteriores, a vida do imigrante japonês no Brasil não foi nada fácil, o choque cultural era constante e com a família de

Hiratsuka não foi diferente. Em sua infância, tudo se movia ao redor do sítio Asahi, localizado em Duartina, no estado de São Paulo, onde as crianças podiam brincar no chão de terra e no seu grande espaço. Segundo a entrevista dada por Hiratsuka, no sítio Asahi, existiam muitos pés de frutas, como a manga e o caqui; não havia telefone e nem eletricidade, a cidade ficava longe e o brincar representava desenhar rabiscando pelo chão de terra ou subir nas árvores (GRUPO EDITORIAL GLOBAL, 2014, s.p.)

Em casa, se falava no idioma japonês; seu avô a ensinou a ler na mesma língua e, quando completou a idade necessária, foi matriculada na escola brasileira. Aprendia o português na escola rural que era localizada a quatro quilômetros do sítio onde residiam.

Porque em casa falava em japonês, meu avô, minha avó falando em japonês; mas quando eu fui para a escola, a gente sentia mais crianças da terra se tinha algum desejo de outras crianças, colegas ... não era desejo de ser de outra cultura de outra etnia, era de ter terra, que os pais tivessem terra. E lembro da professora, eu lembro da brincadeira no cafezal, do bicho-da-seda⁹ (HIRATSUKA, 2014, s. p).

Em consonância com a trajetória de outros nipo-descendentes no Brasil, Hiratsuka foi educada no interior de uma comunidade que, não obstante estabelecida em território brasileiro, utilizava códigos relacionados, sobretudo, à cultura japonesa, especialmente a questão da língua, aprendida, a princípio, no seio familiar. O próprio aprendizado formal do português teria sido posterior ao da língua japonesa propriamente dita, o que constitui elemento importante para a compreensão da obra aqui analisada, como será desenvolvido posteriormente.

Lúcia, ao completar quinze anos e meio de idade, foi para São Paulo estudar no colegial, ingressando logo após na Faculdade de Belas Artes de São Paulo, quando esta ainda estava localizada na Pinacoteca. Segundo a autora (GRUPO EDITORIAL GLOBAL, 2014, s.p.): “vim para São Paulo conhecer mais o mundo. Asahi significa ‘sol da manhã’ e era o nome do sítio do meu pai em Duartina — para mim, o fim e o começo do mundo”. Entre 1988 e 1989, a autora Hiratsuka ganhou uma bolsa de estudos do governo japonês para estudar em Fukuoka, no Japão (HIRATSUKA, 2017).

⁹ Entrevista concedida para o Grupo Editorial Global em agosto de 2014.

Em 1988, recebi uma bolsa de estudos para a Universidade de Educação de Fukuoka no Japão. Escolhi, como tema de pesquisa, o ehon, ou seja, o livro ilustrado. Lá, fiz uma exposição de desenhos com cenas de feira, festa junina, personagens do folclore e paisagens brasileiras, que fez bastante sucesso. Retornei depois de um ano e comecei a recontar e ilustrar os contos e as lendas japonesas que eu ouvia quando criança ... Busquei inspiração nas composições japonesas e estudei a técnica do sumiê que tento introduzir nos meus trabalhos (HIRATSUKA, 2017, s.p).

Foram as experiências que contribuíram para a sua visão de mundo: o sítio, os animais, as plantações e a vida no campo. A viagem ao Japão foi um sonho realizado por parte da autora que, ao final de sua bolsa, resolveu regressar ao Brasil e, logo depois, deixar o trabalho no banco e passar a viver do que sonhou, de suas ilustrações e das obras literárias infantojuvenis (GRUPO EDITORIAL GLOBAL, 2014, s.p.).

Segundo Hiratsuka (2014):

Um dia, minhas irmãs e eu decidimos rever o sítio onde nascemos. Quem sabe aquela casa ainda existia? Saímos da cidade de Duartina por uma estrada de terra. Primeiramente, uma ponte, depois uma subida íngreme, um rio, uma curva, um bambuzal. Mas e o sítio? Não reconhecemos a entrada — o cafezal não existia mais, nem as amoreiras.

Lembrei-me do que a minha avó disse, quando perguntei se ela tinha muita vontade de voltar ao Japão. Ela respondeu que não e completou: 'Acho que não vou reconhecer mais. O lugar que eu nasci fica na minha memória, continua do jeitinho que eu deixei. Será um eterno *furusato* (terra natal)' (HIRATSUKA, 2014, s.p).

Para a autora, toda a infância que ela vivenciou será o seu “*eterno furusato (terra natal)*” e sempre estará em sua memória. Vale ressaltar que a personagem principal do romance é concebida no momento em que a autora ouviu de sua mãe: “tivemos que enterrar os livros embaixo do abacateiro”. A imagem do pé de abacate permitiu que a autora problematizasse esse momento como a imagem dos livros em um caixote, sendo enterrados como em um funeral.

Durante anos, Hiratsuka escutou da família que a sua mãe tinha um grande desejo de poder estudar, mas foi proibida por parte do governo de Getúlio Vargas. Tal proibição e o fato de seus avós terem que enterrar os livros ao pé do abacateiro fez com que a autora criasse a personagem Sayuri (HIRATSUKA, 2014, p. 143).

Segundo Hiratsuka:

Minha mãe (mãe de Hiratsuka) contou que começaria a estudar justo quando a escola foi fechada por causa da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, ela estudou escondida, indo por um caminho escuro iluminado pela luz do lampião. Também se lembrou de ter visto os pais enterrando todos os livros que tinham na casa. Outras famílias fizeram o mesmo. Muitos livros voltaram para suas casas, mas muitos continuam debaixo da terra. A imagem do enterro dos livros ficou na minha cabeça e, depois de passado um tempo, me veio a ideia de criar a história de Sayuri, a partir dessa cena. Para ilustrar, busquei elementos na minha própria infância rural e utilizei a técnica de grafite que lembra um pouco a textura da terra (HIRATSUKA, 2007, p. 143).

Feitas as considerações sobre a autora, abordando, principalmente, os motivos que levaram à produção de “Os livros de Sayuri”, será realizada a seguir uma análise do romance propriamente dito.

3.3 “Os livros de Sayuri” e a reconstrução da memória da imigração japonesa no Brasil

O romance “Os livros de Sayuri” teve sua primeira edição em 2008, chegando à sua terceira em 2011. Lançado pela Editora SM, o romance infantojuvenil é composto por 144 páginas, dividido em 15 capítulos e o posfácio. Possui formato físico em brochura e está destinado às crianças a partir de 10 anos de idade. Os capítulos são os seguintes:

- Debaixo da terra;
- Um livro só meu;
- O Sabor de cada coisa;
- Ano de ir a escola;
- Pedido aos deuses;
- Luzes dos lampiões;
- A estrada adiante;
- A cerejeira;
- Sol e lua;
- Concha-cerejeira;

- Outro mundo?;
- As duas vontades;
- Entre palhas;
- Conchas que não se abrem;
- Conchas abertas;
- Posfácio.

O romance é composto por imagens ilustrativas junto à obra de ficção, havendo uma ligação entre o escrito e o visual, porém nesta pesquisa não trabalharemos com essa ligação considerando os limites do recorte do objeto de investigação. É importante mencionar que as ilustrações foram desenvolvidas pela própria autora. O livro foi publicado em línguas portuguesa e francesa. Atualmente passa por verificação no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), sendo indicado para os sextos e sétimos anos do Ensino Fundamental II¹⁰.

10 Editora SM Educacional, Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) – 2020.

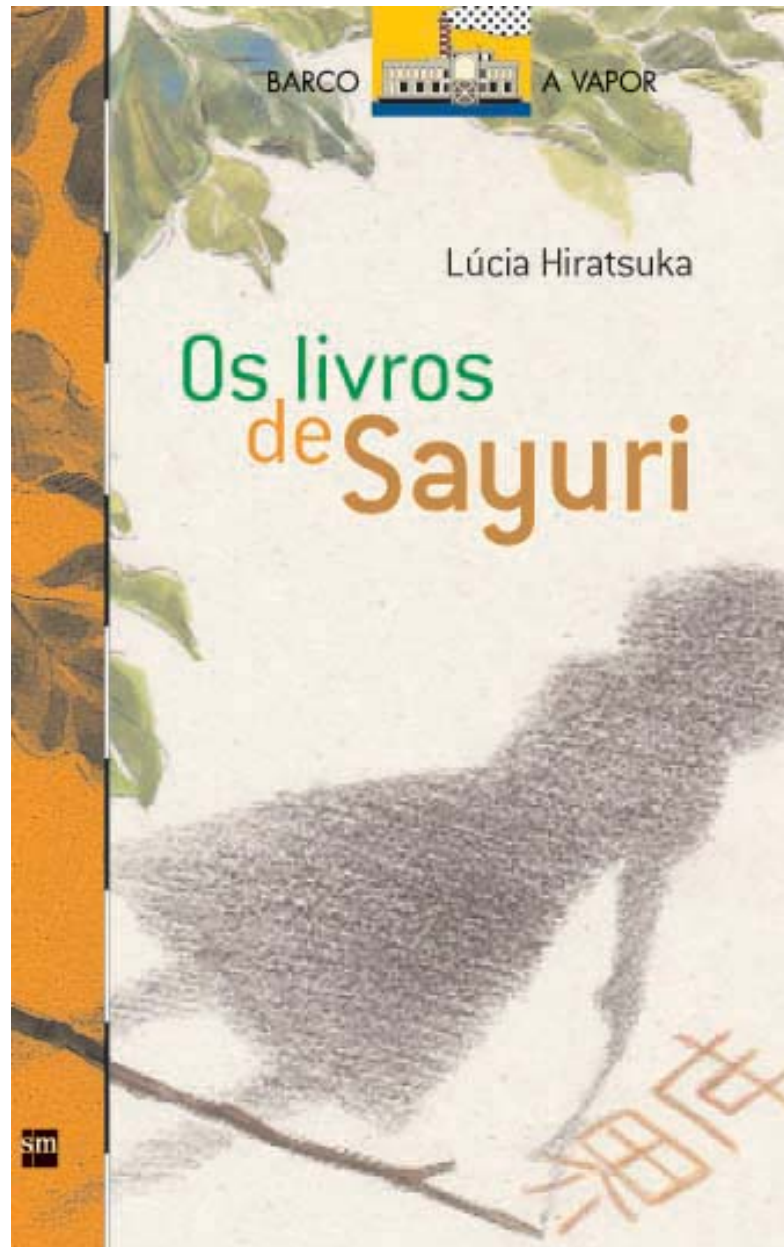


Figura 2: Os livros de Sayuri (HIRATSUKA, 2008)

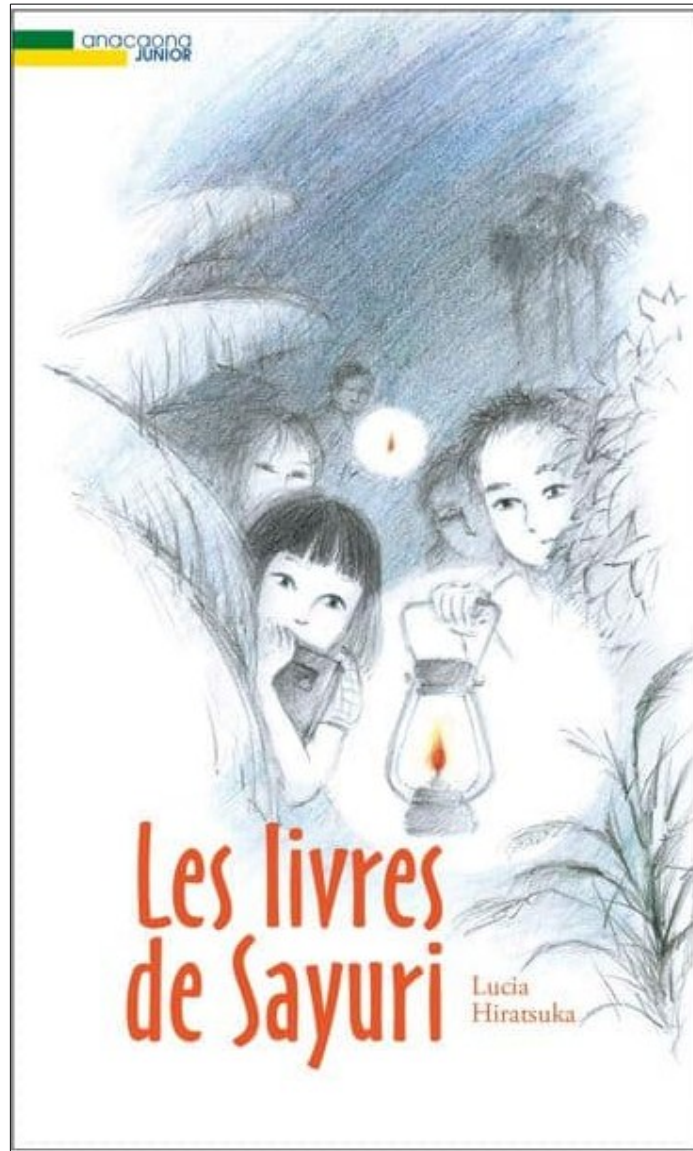


Figura 3: *Les livres de Sayuri* – versão em francês (HIRATSUKA, 2016)



Figura 4: Os livros de Sayuri (HIRATSUKA, 2008, p. 16)

No livro de Hiratsuka (2007), a personagem principal, Sayuri, é uma menina de apenas sete anos de idade, com o desejo de aprender os ideogramas japoneses (*kanji*), que, porém, vai ter o seu desejo interrompido. O romance “Os Livros de Sayuri” tem gosto e cheiro de infância, tem aroma de caqui com a chuva caindo sobre a terra, em um espaço geográfico que representa os personagens. Sayuri é a representação da resistência, na medida em que a personagem, proibida de estudar, busca, na noite, sua amiga, o momento certo para poder aprender o alfabeto japonês e ler um livro que é só seu, um presente de sua mãe.

Como ponto de partida da análise, abordaremos a questão do enterro dos livros. Na obra de Hiratsuka, o ato era visto como um funeral cultural para a comunidade nipônica. Essa proibição se deu para não permitir a difusão da cultura japonesa para os filhos de imigrantes japoneses que viviam no Brasil. Segundo

Takeuchi (2002, p. 24) “[...] as escolas estrangeiras eram consideradas como centros formadores do caráter nacional”, por essa razão havia uma preocupação por parte do governo brasileiro em proibir essas escolas e também os seus centros culturais. A narrativa de Hiratsuka a respeito do enterro dos livros é significativa:

Parece um enterro. Mas ninguém morreu. No quintal, o sol bate forte no buraco cavado debaixo do abacateiro. As galinhas ciscam no monte de terra, como se tivessem descoberto uma mina de minhocas. As nuvens passeiam com preguiça. Nada de chuva. Se chovesse, tudo ficaria para outro dia. Almoçávamos quietos, ouvindo os barulhinhos das colheres nos pratos. Meus pais mastigavam a comida sem olhar para os lados. Também Emiko. Só Yukio comia com vontade arroz, feijão e abóbora cozida. A carne-seca estava dura e a abóbora salgada demais; minha mãe devia estar pensando em outra coisa enquanto cozinhava (HIRATSUKA, 2008, p. 9).

Um sentimento de velório rondava a casa de Sayuri. Os personagens almoçavam quietos, pois não podiam deixar ou mostrar nenhum tipo de suspeita, ou sugerir que estivessem planejando algum encontro ou reunião às escondidas. Se alguém os denunciasse, poderiam ser presos e, assim, arcar com as consequências da lei imposta durante o governo de Getúlio Vargas.

A autora remete, nesse momento, à imagem de um funeral, como se a família estivesse em um velório de algum ente querido. No sítio, tudo continuava em uma certa “normalidade”: o sol batendo forte, as galinhas fazendo o seu trabalho normalmente, ciscando o chão em busca de alimento.

O buraco aberto debaixo do abacateiro questionava quem poderia ter morrido, poderia ser um ser querido. Mas, nesse caso, eram os livros, símbolos do conhecimento e da sabedoria, uma das fontes de disseminação do conhecimento e da cultura japonesa, tendo valor de suma importância. Como discutido, com a proibição dos livros e da difusão das línguas dos países do Eixo, muitos japoneses passaram a esconder os seus livros e a difundir sua cultura e conhecimento na clandestinidade (LESSER, 2001). Para a família de Sayuri não foi diferente, segundo Hiratsuka na fala de Sayuri:

Numa parede, os retratos amarelados dos nossos avós, pais da minha mãe, que já morreram. Mais acima, o altar dos deuses. E, em outra parede, a prateleira quase vazia. Tão estranho ... Nenhum livro. Continuavam lá o boi e a tartaruga que o pai fez com tocos de madeira. E o lampião.

Num caixote, forrado com palhas de milho e jornais, meus pais colocavam os livros.

- Tragam os que estão com vocês – pediu a mãe.

- Vem, Sayuri – chamou minha irmã e fomos para o quarto.

Emiko, apressada, foi retirando e me passando os livros da prateleira. Voltamos, cada uma carregando uma pilha. Tantas perguntas que tinha para fazer ... Mas os adultos continuavam tão quietos ... Era como se eu tivesse uma semente de caqui entalada na garganta, as perguntas não saíam.

Todos os nossos livros iam ser enterrados. Nenhum podia ficar mais em casa. Nenhum.

Emiko mostrou os que a gente tinha trazido do quarto.

- Ah, mais esses? Cabem? - perguntou minha mãe.

Tomara que não, tomara que não, fiquei torcendo. De nada adiantou. Ajeita daqui, ajeita dali. Estavam todos dentro da caixa. E cobertos com jornais velhos e palhas.

Fui espiar o quarto dos meus pais. Ao lado da cama, em cima do caixote de laranjas, os livros não estavam mais. Só a lamparina e a vela de pé na tampa de manteiga. Voltei para a sala. O pai terminava de martelar os pregos, fechando a caixa (HIRATSUKA, 2008, p. 10-12).

A falta de liberdade e o sentimento de repressão vão levar o pai da pequena menina a recolher todos os livros e arrumá-los em um caixão, como se estivesse arrumando o velório de um ente querido. Assim, a família de Sayuri decide enterrar os livros que simbolizam a história e a cultura do povo japonês. Ajeitando-os com cuidado, como se fosse um corpo, cobrindo-os com jornais antigos e palhas, como se estivessem cobrindo esse “corpo” com as flores, o cenário remete à tristeza, ao funeral.

Meu pai disse em voz baixa:

- Logo desenterraremos tudo.

- Tomara, tomara que seja logo mesmo – a voz da minha mãe saiu sem ânimo.

- Quando a guerra acabar ... - o pai começou e parou.

Guerra. Fazia um tempo que essa palavra tinha entrado em casa. Que nem assombração. Meu pai diz que assombração não existe, mas eu morro de medo, acho que vem com a cara coberta, sem aviso. Quando os adultos falam da guerra, falam baixinho para eu não escutar.

Não aguentei mais, tinha que perguntar:

- Alguém pode morrer?

Meus pais fizeram aquela cara, cara de quem ouviu o que não queria.

- Ninguém vai morrer. A guerra é do outro lado do mundo – falou meu pai.

Outro lado do mundo? Se é do outro lado do mundo, por que esconder os livros? Enterrar como mortos? Não, a mãe diz que os mortos ficam debaixo da terra. Vão para outro lugar. Os livros ficam

lá, do jeito que foram deixados. E se chove? Queria perguntar, olhei para meus pais, estavam com cara de quem não queria falar nada (HIRATSUKA, 2008, p. 13-14).

A palavra “guerra” criava um sentimento assustador para a família, como algo de ruim que podia acontecer a qualquer momento; isto é, o medo que assustava a família de Sayuri e toda a comunidade nipônica no Brasil, já que ser japonês era motivo de ser perseguido, de ser tachado de “porcos”, sujos, “nipos”, “japas” (LESSER, 2001) e outros “predicados” pejorativos por parte da sociedade brasileira.

A escola tinha papel importante na vida da comunidade japonesa no Brasil, pois, a partir dela, seria possível não apenas aprender a educação formal, como também apropriar-se dos códigos culturais definidores de certa niponicidade. Consideram-se, principalmente, as expectativas da maioria dos imigrantes japoneses de ganhar dinheiro rapidamente no Brasil e retornar para o Japão, o que, como visto anteriormente, acabou não se concretizando (LESSER, 2001). Nesse sentido, era importante que os filhos de imigrantes, inclusive aqueles que haviam nascido no próprio território brasileiro, não deixassem de ser culturalmente japoneses.

A autora constrói em Sayuri uma ingenuidade tão rica que a própria menina não entendia o motivo de tanto medo e compara esse sentimento com uma assombração ou um fantasma, no entanto, a razão do temor era o que Sayuri não conseguia compreender. Quando o período do medo cessasse, o pai desenterraria os livros considerados como um tesouro para a família, mais valioso que ouro, pois ali continha todo o tipo de conhecimento. Para Candido (2006) a literatura é humanizada e tem poder social:

No que toca mais particularmente à literatura, isto se esboçou no século XVIII, quando filósofos como Vico sentiram a sua correlação com as civilizações, Voltaire, com as instituições, Herder, com os povos. Talvez tenha sido Madame de Staél, na França, quem primeiro formulou e esboçou sistematicamente a verdade que a literatura é também um produto social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre (CANDIDO, 2006, p. 29).

Como produto social, ela representa as condições de vida e os fatores socioculturais de determinado grupo social. Essa literatura frisada por Antonio Candido é a que denunciará injustiças, nesse caso, expressando as condições dos

imigrantes japoneses durante a sua chegada e vivência no Brasil, igual à Sayuri e a outros povos. Sayuri encontrou o livro de sua mãe e, por medo, resolveu escondê-lo. Esse medo se manifestou nas confissões de seus segredos continuamente. Segundo Hiratsuka na fala de Sayuri:

Não quero que meus pais saibam. Nem meus irmãos. Não quero que ninguém da casa saiba que escondi um livro. É tão bom ter o livro só para mim! É como encontrar um caracol na folha de alface e decidir: esse bichinho é meu, de mais ninguém.

Se eu contasse para Yukio, ele poderia falar para os nossos vizinhos. Também não queria contar para a minha irmã, Emiko. Ela só quer mandar. Sayuri, faça isso! Sayuri, não faça assim! Porque tem o dobro da minha idade, acha que é adulta. Se ela souber que escondi um livro, tenho certeza de que vai dizer: como? Você não devia ter feito isso. Não ouviu o que o pai disse? Que não podemos ficar com nenhum livro em casa?

O livro era da minha mãe. Um dia seria meu. O livro da mãe já era um pouco meu. Ficou sendo todo meu. De mais ninguém (HIRATSUKA, 2008, p. 17–18).

Sem poder confiar nas pessoas, Sayuri esconde o seu bem mais precioso, o livro que acabara de encontrar, o qual a ajudaria a se alfabetizar; porém, o medo de que alguém, ou até mesmo a sua família, descobrisse a deixava em estado de aflição. O relacionamento com os seus irmãos Emiko e Yukio não era tão agradável. Emiko tem doze anos de idade, é a irmã mais velha, a preocupada com os serviços da casa, embora considerada uma menina ela tinha a responsabilidade de adulto. Yukio tem dez anos, é o irmão do meio que vivia incomodando Sayuri com as suas “brincadeiras”.

O dia a dia dos personagens é marcado por sua dedicação ao trabalho. Durante todos os dias, a família de Sayuri alimenta os bichos-da-seda e trabalha nas plantações, enquanto Sayuri realiza os trabalhos domésticos, que, para ela, devido a sua idade, é muito cansativo.

Eu sabia que tinha uma novidade naquela noite. E, do jeito que eles cochilavam, não parecia boa. Fiquei encostada na parede, quieta no escuro, ouvindo a voz do meu pai, da minha mãe e da Emiko. O que conversavam? Não consegui ouvir direito, tive que chegar mais perto.

- Será que eles vêm? Num fim de mundo como o nosso sítio? - era a voz da minha mãe.

- Estão dizendo que vêm – respondeu meu pai. - Os homens vão cidade por cidade, casa por casa.

- Será verdade, pai? Não é boato?

- Ouvi na cidade, de um conhecido. Os soldados vasculham a casa ... Se encontram armas, claro, levam embora. Se encontram livros, queimam tudo.
 - Pai, nossos livros não têm nada de mais.
 - Como vão saber? Todos em japonês ...
 - E agora? Escondemos onde? - a voz da mãe saiu com medo.
 - O jeito é enterrar.
 - Enterrar? E se a gente esconder no rancho ou no paiol? - era a Emiko.
 - Não. Podem revistar também. Estão dizendo que se descobrem podem nos prender. Vamos enterrar amanhã.
 - Não é melhor esperar um pouco? Vamos ver como andam as coisas – pediu a mãe.
 - Amanhã. Arrumamos um caixote grande e enterramos – decidi meu pai.
- E o livro que seria meu? Não. Eu não queria que enterrassem. De jeito nenhum. Fui até o quarto dos pais, pisando que nem um gato. Nessas horas queria ter olhos de gato, eles parecem enxergar no escuro, ia ser mais fácil. Ainda bem que eu sabia onde estava, tinha que pegá-lo antes que meus pais viessem se deitar (HIRATSUKA, 2008, p. 20-21).

A todo o momento, o medo é manifestado por pequenas e grandes atitudes de seus personagens, que são perseguidos pela aflição e angústia de serem encontrados e detidos, como se estivessem cometendo algum crime imperdoável. Todas as suas atitudes, tudo o que faziam, poderia ser visto pelos vizinhos ou por algum espião enviado pela polícia, que tentaria comprovar alguma anormalidade, ou seja, identificar algo que fosse proibido. Esse medo é representado pela falta de liberdade de expressão e pela opressão sofrida pela comunidade nipônica no Brasil. Para Takeuchi (2002):

[...] induziam a população ao colaboracionismo, postura que exigia um permanente estado de alerta. Em nome da segurança nacional, devia-se denunciar qualquer fato avaliado como relevante. Persistia o sentimento de que qualquer forma estranha de pensamento e de ação contrárias àquelas preconizadas pelo regime eram atitudes antipatrióticas. Para o Estado interventor, o terror e o medo eram elementos indispensáveis para garantir o ato de delação. Esse estado de espírito, nacionalista e xenófobo na sua essência, incentivava parte da população a agir como "agente social", ato interpretado como "um serviço prestado à Pátria e à família brasileira" (TAKEUCHI, 2002, p. 28-29).

O governo local induzia a população brasileira a denunciar algo que vissem de errado, principalmente em relação aos imigrantes do grupo Eixo, por serem considerados inimigos. Esse tipo de delação, segundo Takeuchi (2002), só fez

crescer ainda mais a xenofobia em relação a esses imigrantes. O motivo de tanta perseguição incomodava à Sayuri, embora tudo se passasse do “outro lado” do mundo, a opressão e o medo não lhe permitiam viver em paz, ela sonhava em poder estudar.

E se eu não aprender a ler? Nem a escrever? Não, isso não vai acontecer. Meu pai prometeu que ele mesmo ensinaria se não tivesse outro jeito. Só pediu para esperar um pouco. Até quando?

Era para eu já estar na escola. Mas foi aí que aconteceu.

[...] Atravessei a porteira do cercado. E vi o Shin correndo para o lado de trás da casa, o quintal onde tem uma enorme mangueira. Quando cheguei mais perto, senti o cheirinho de doce que vinha do forno de assar o pão. Hanae tinha feito biscoitos de araruta, que eu adoro, isso me deixou mais contente. Sempre que faz doces, ela se lembra de mim.

- Sayuri, hoje é aniversário do meu pai. Acabei de tirar do forno. Queimou um pouco.

Hanae, irmã de Shin e Seiji, é uma das pessoas de quem mais gosto, queria que ela fosse minha irmã. Tão bonita e delicada, não é como Emiko que vive dando broncas.

- Sente aqui e coma sem pressa – Hanae colocou os biscoitos numa latinha de manteiga e me deu, depois foi para a cozinha. E eu sentei na banquetela debaixo da mangueira.

Eu comia sossegada quando Shin, de boca suja de farelos de biscoito, parou na minha frente com jeito de quem tinha alguma coisa para falar.

- O que foi?

- Você sabia que não vai ter mais escola? - perguntou ele.

Quase engasguei com o biscoito. Olhei para ele. Será que ouviu isso de alguém?

- Mentira. Quem disse?

Ele sabia que eu estava doida para ir à escola. Como entrou um ano antes de mim, ficava com aquele jeito de importante. Gostava de contar: aprendia muitas coisas e tinha novos amigos para brincar. Depois disso parou de vir em casa e subir na minha goiabeira. Só porque estava aprendendo a ler, pensava que sabia muito mais do que eu.

- Por que não vai ter escola?

- Ouvi meus pais conversando.

- Conversando o quê?

Shin terminou o biscoito e, em vez de me contar, subiu na mangueira. E eu esperando.

- Conta, o que você ouviu?

- Não sei se vou contar. Acho melhor perguntar pro seu pai.

Eu fiquei olhando, ele subiu num galho mais alto ainda. Ia contar ou não? Quando achei que não ia me contar nada, Shin desceu da árvore e disse:

- A escola foi fechada. Você não vai mais entrar na escola.

- Mentira!

- Verdade. Pergunta pros seus pais.

A mãe de Shin voltou do rancho e veio ver o que estava acontecendo.

- Vocês estão brigando?
- É verdade? Não vou entrar na escola?
- Shin, o que você andou falando? Não temos certeza ainda. Não preocupe, Sayuri. Sem estudar vocês não ficam (HIRATSUKA, 2008, p. 29-35).

Como mencionado nos capítulos anteriores, a proibição decretada por Getúlio Vargas afetou totalmente a vida dos imigrantes, que precisaram buscar outros meios para poderem estudar. Se antes da proibição já sofriam xenofobia, a pós proibição foi marcada como um dos momentos mais terríveis.

O quintal, a porteira, a vida das pessoas e as suas atitudes vão se caracterizando pelas suas emoções em plena Segunda Guerra Mundial. Essa proibição frisada por seus personagens e o fechamento da escola tiveram impacto na vida de Sayuri, que ainda tinha a esperança de poder aprender os ideogramas japoneses. Para Lesser (2001):

A constituição de 1934 fez mais do que criar cotas e formalizar as posturas xenófobas no corpo da lei. A nova *carta magna* também teve um profundo impacto sobre os filhos brasileiros dos imigrantes japoneses. Muitos deles haviam crescido como bilíngues em áreas urbanas, convivendo com brasileiros de todas as extrações, e acreditavam na retórica de que o Brasil era um país sem racismo e a caminho de se tornar uma potência mundial. A retórica antijaponesa foi particularmente chocante para os muitos *nikkeis* que supunham estar bem integrados nas classes média e alta (LESSER, 2001, p. 221).

Vemos a manifestação no romance em relação à vida de Sayuri, que não falava a língua portuguesa e almejava ser alfabetizada no idioma japonês. A proibição mencionada resultou em um grande impacto na vida dos japoneses. O pensamento antinipônico impactou de maneira significativa na vida dos filhos dos japoneses que nasceram no Brasil, mas muitos pensavam que o Brasil seria um país sem discriminação.

Os imigrantes que eram considerados inimigos do Brasil se preocupavam muito com a segurança dos seus filhos, não queriam que eles fossem maltratados ou excluídos; esses pais sabiam que os seus filhos precisavam estudar. Segundo Hiratsuka na fala de Sayuri:

Mas eu tinha certeza de que ia gostar. Não fazia muito tempo, ouvi meus pais conversando sobre a escola.

- Não é melhor ela ir para a escola da fazenda São Pedro? Lá ensinam português – disse a mãe.
- Não, Sayuri precisa aprender japonês. O que vai ser quando voltarmos para nossa terra?
- Nossa terra agora é aqui. Nem sabemos se vamos voltar um dia ...
- [...] - Sayuri nasceu aqui. É igual às outras crianças – lembrou a mãe.
- Estão falando em guerra, os colegas não vão pensar assim. E se for tratada como inimiga?
- São crianças, o que sabem da guerra?
- Os adultos comentam – disse meu pai, firme.
- Seria bom ela aprender as duas línguas... Como vai ser no futuro? (HIRATSUKA, 2008, p. 36-37).

Porém, diferentemente da mãe, o pai de Sayuri manifesta uma visão nacionalista totalmente conservadora, isto é, o importante para ele é que as crianças fossem educadas em uma escola nipônica. Havia uma preocupação, caso um dia voltassem ao Japão, sobre como seria a educação de seus filhos que nasceram fora do país de origem dos seus pais. Por outro lado, também existia a preocupação, por parte da mãe de Sayuri, em relação das crianças se adequarem, ou seja, se acomodarem em relação à sociedade brasileira, aprendendo o português e a cultura local. Muitos japoneses desejavam que os seus filhos tivessem o contato com os grupos da colônia japonesa, e não com os da cultura brasileira, pois poderiam (re)criar situações socioculturais como as dos seus compatriotas no Japão (ALMEIDA, 2007).

Depois da proibição de escolas japonesas no Brasil, as crianças passam a frequentar a escola “clandestina”. O caminho da escola é marcado pela escuridão e o medo se manifesta em outros personagens:

Achei ótimo Hanae ir com a gente, estava começando a ficar com medo do escuro. Só tinha as luzes dos lampiões para iluminar o caminho. O capinzal parecia bem mais alto do que durante o dia. Tão esquisitas as sombras das árvores! E, para piorar, os pios das corujas. À frente, só a escuridão.

Hanae segurou minha mão e o medo diminuiu um pouco. Não demorou, meus olhos se acostumaram, comecei a enxergar melhor. Os meninos iam rápidos demais. Até Yukio, com os outros garotos, esquecia-se de mim. Hanae pediu:

- Mais devagar!

E eles obedeceram. Ainda bem, porque era difícil ir depressa. Não estava acostumada com sapatos (em casa vivia de chinelo), cheguei a pensar em andar descalça, mas tive medo de pisar em espinhos.

Avistamos uma luzinha. Era lá, onde teríamos a nossa primeira aula. E o dono da casa nos esperava na porta (HIRATSUKA, 2008, p. 54-55).

O pio da coruja, o capim e as árvores na escuridão vão representando o medo e o perigo de serem encontrados. O pio da coruja é caracterizado como se fora o apito da polícia; o capim, como as armadilhas para pegá-los e as árvores na escuridão representam os soldados e os homens escondidos investigando os que não estavam cumprindo com a lei: essa noite é representada como a ilegalidade.

Hanae é uma jovem de bom coração, muito querida e amada, que trata a pequena Sayuri com respeito e carinho; ela representa a segurança e a perseverança em que a pequena menina se refugia para poder sonhar e ser alfabetizada. Hiratsuka (2007) busca, nessa personagem, mostrar a luta do povo japonês; a noite representando a escuridão e o lado sombrio de tempos terríveis durante a imigração no Brasil, o antes e o depois da Segunda Guerra Mundial e as suas consequências.

O medo de pisar em espinhos, isto é, de encontrar as armadilhas que poderiam estar pelo caminho da escola, era marcante. As crianças viviam no temor da clandestinidade e estavam expostas ao perigo constantemente, não podiam pisar em armadilhas e deveriam estar com os olhos abertos para não serem pegos pela polícia ou serem denunciados por algum morador.

Para Chiappini (2000):

[...] os textos literários têm uma linguagem especial. Que além de subjetivos, de inventivos, de imaginativos, além do trabalho com a fantasia, operam com metáforas, com figuras, com alusões, com símbolos. Desiludidos quanto à capacidade de suas próprias narrativas de nos revelarem a verdade dos fatos e decepcionados com a impossibilidade de as chamadas ciências sociais preverem os rumos do processo histórico, abandonam os conceitos para trabalhar com as metáforas e opõem um pensar poético a um pensar teórico, preferindo um método associativo de pensar a um método contínuo e sistemático (CHIAPPINI, 2000, p. 22).

Hiratsuka trabalha com uma linguagem especial, que, a partir do texto literário, vai produzir uma linguagem metafórica, e a sua ficção revelará os problemas vivenciados não somente pela família de Sayuri, mas por todos os imigrantes japoneses. O texto literário mostrará as riquezas de seu interior como os seus símbolos: as suas linguagens e as suas figuras, revelando pontos imagináveis que o autor manifestará a partir de suas emoções (CHIAPPINI, 2000).

O caminho da escola já não era tão temeroso para Sayuri, que, a cada dia, continuava a sua aprendizagem, desafiando todas as possibilidades para chegar até a escola. Sayuri e as outras crianças desafiavam o proibido, as leis, os policiais, os governantes e a própria sociedade. Segundo Hiratsuka na fala de Sayuri:

As lanternas enfeitavam a escola nos dias de festa. Que pena, nunca mais tivemos festa na escola, nem cinema, nem teatro. Uma vez, apareceu até o homem das sombras. A escola estava cheia, quase todos da comunidade lá. Quando as sombras surgiram, não entendi. Aquelas sombras não tinham dono? Se todas as sombras têm dono, como podia ser? Elas apareciam ali, no pedaço de pano branco estendido, e dançavam, cantavam, brigavam ... Foi demais, todo mundo riu. Nunca vi meu pai rir tanto (HIRATSUKA, 2008, p. 65-66).

Tudo passa a ser proibido na comunidade onde Sayuri e a sua família vivem. Não se podia mais ir as festas, pois elas não existiam; não se podia ir ao cinema que apresentava filmes japoneses, pois eles foram censurados e proibidos; nem ao teatro, que ensinava e divertia a comunidade simultaneamente, pois as aglomerações de nacionais do grupo Eixo não eram permitidas, como destacado anteriormente.

Embora tudo o que mencionamos até agora fosse proibido, a família de Sayuri buscava outras formas, outros meios para se comunicarem e para viverem com mais alegria. No caso das crianças, elas brincavam com o bicho-da-seda, com o pé de caqui, subindo no abacateiro ou até mesmo brincando no chão do sítio e rabiscando na terra com um pedaço de graveto. Essas brincadeiras se transformavam em aprendizagem, pois permitiam aprender os ideogramas japoneses no chão da terra.

Quando anoitece, as crianças se preparam para ir à escola clandestina. No caminho, elas escutam vozes e começam a correr para se esconder. A noite volta a representar o medo e a ilegalidade, que são simbolizados pela escuridão; os sons dos bichos e a realidade que as crianças vivenciam diariamente. Segundo Hiratsuka na fala de Sayuri:

Só escuridão do outro lado. Ninguém falou mais, ficou um silêncio que dava até para ouvir a respiração. Esperamos alguns minutos que pareciam não ter fim. Para onde foram? Sumiram de vez.
- Vamos pegar os cadernos.

Cada um começou a procurar pelos materiais jogados no meio dos capins. Ainda fiquei parada, as pernas amolecidas, as mãos suadas, fiz um esforço para não cair sentada.

- Sayu, sua sacola aqui. - Yukio me entregou.

Eu achava que todos iam ouvir as batidas no meu peito. O que eram aquelas luzes? Se fossem colonos, onde teriam sumido? A estrada era comprida e reta, certeza de que vinham em nossa direção. Ou ainda estarão escondidos, nos observando?

[...] Naquela noite não consegui dormir direito. Me afundei dentro dos cobertores, me cobri inteira, aquelas luzes tremulando ... Claro que eram pessoas com lampiões. Devem ter apagado depois, ou entraram em alguma cabana ... Não tinha cabana, passamos depois pelo lugar ... E se fosse mesmo assombração? Assombração pode aparecer em qualquer lugar? Não adianta fechar porta, janela? Meu pai diz que assombração não existe, mas não sei se ele fala a verdade ou se é para não me assustar. Ouvi o galo, como se cantasse dentro do sonho. De madrugada o sono me engoliu (HIRATSUKA, 2008, p. 69-71).

Embora o caminho da escola seja o caminho a um destino proibido, era a aventura para todas as crianças que precisavam ser alfabetizadas, aprender os ideogramas do alfabeto e ao mesmo tempo serem educadas segundo a cultura japonesa. Para Sayuri, representava um medo sem explicação, como serem pegos, presos ou até mesmo de sua culpa cair sobre os seus pais, que teriam que pagar segundo as leis brasileiras; a personagem considera o medo como um grande inimigo e vencê-lo seria o seu grande desafio.

Em uma das noites que se dirigiam até a escola “clandestina”, ouviram sons diferentes e avistaram algumas pessoas com os seus lampiões, o que os levou a se esconderem entre o mato; suas sacolas foram atiradas pelo campo sem que alguém pudesse levar a culpa. O medo foi tão grande que Sayuri não conseguiu dormir, questionando o ocorrido “Naquela noite não consegui dormir direito. Me afundei dentro dos cobertores”, o medo em relação às pessoas supostamente más não a deixava em paz. Sayuri tinha receio de que essas pessoas pedissem justificativas de os japoneses e descendentes estudarem sem a devida permissão. De acordo com a historiografia, os japoneses não podiam se reunir, viajar, realizar festas sem a autorização da polícia, o medo era constante entre os *nikkeis* que viviam no Brasil (SAITO, 1973).

“O sono me engoliu”, esse medo que não permite que os personagens possam seguir sua vida normalmente, ou seja, não podem seguir uma vida sem preocupações. Por um lado, esses nipônicos têm de viver com a saudade de sua

terra natal e ao mesmo tempo juntar as condições para poderem um dia voltar ao Japão; por outro, viver com medo de serem descobertos ou serem perseguidos por algo que estivessem fazendo que não era legal perante a lei. Esse sentimento é trabalhado pela autora como um inimigo que tirava o sono de muitos imigrantes japoneses e os atormentava seguidamente.

Sayuri compara esse medo como um gosto ruim ou até mesmo de bronca. Hiratsuka representa em seu romance a criança que deveria estar crescendo em um ambiente saudável, sem violência, no caso de Sayuri e de outras tantas crianças filhas de imigrantes japoneses que enfrentaram no antes, durante e pós Segunda Guerra Mundial uma violência física, moral e psicológica.

Quando, em um determinado dia, algo de inesperado acontece, Sayuri vai visitar a sua amiga Hanae para contar que já conseguira aprender dois novos ideogramas e que a sua aprendizagem já estava se desenvolvendo com grande significância. Ao conversar com a amiga, ela percebe que alguém as vê:

[...] ouvimos uma batida forte na porta da sala.

- Quem será? - Hanae olhou espantada, largou a bacia.

Que estranho. Os vizinhos costumam bater palmas, não na porta desse jeito.

Hanae deu a volta pela casa e eu a segui, a janela da sala estava aberta. E tinha um homem colocando a cabeça para dentro. Na verdade eram dois: um moço alto e magro e o outro mais velho, meio gordo, usando o mesmo tipo de roupa. Fiquei bem junto da minha amiga, tentando disfarçar o medo.

O mais velho fez uma pergunta. O quê? Não entendi nada. Hanae curvou rapidamente a cabeça, não sei se ela entendeu. Seriam os homens de quem o pai tinha falado? Vieram revistar as casas?

Os dois entraram, olharam para a sala, Hanae atrás, quieta, ombros encolhidos. E eles foram espiando os cestos, os caixotes, seguiram para um dos quartos. Hanae olhou rapidamente para mim e eu percebi o medo. Segurei o braço dela com mais força, sem saber o que fazer.

Enquanto um deles foi para a cozinha, o outro saiu de um dos quartos e seguiu para o quarto de Hanae. Nós ficamos olhando da porta. Ele abriu a caixa de roupas, colocou a mão sentindo o fundo. E retirou um embrulho de lenço em meio às roupas. Chamou o outro, que veio ver, falavam entre eles. Dentro do lenço tinha umas cartas e alguns retratos. O mais velho, de cara mais brava, segurou o embrulho e levou para fora. Enquanto isso, o moço levantou o colchão. Minha barriga doía.

Hanae pediu:

- Por favor – eram as únicas palavras que ela conseguia falar em português.

Os homens jogaram as cartas no fogão da cozinha e colocaram fogo.

Ela repetiu várias vezes: por favor. E o moço olhou os retratos um a um. Hanae pediu, só curvando a cabeça, sem dizer nada. Talvez tenha percebido que eram apenas retratos de família e os devolveu. As cartas viraram cinzas. O mais velho deu uma rápida olhada no quintal, chamou o outro, pelo jeito tinham terminado de revistar (HIRATSUKA, 2008, p. 85-87).

O medo que elas sentiam da polícia, representada por Sayuri como “aqueles homens”, e o receio de que eles pudessem surgir em suas casas enfim se realizou, porém na casa de sua amiga Hanae. Essa visita inesperada fez com que Hanae perdesse as cartas escritas por seus familiares, que estavam em seu idioma materno.

Outro fator que quase se concretizou foi a perda das únicas recordações materiais de seus entes queridos que ficaram no Japão; fotos que contribuiriam para um não-esquecimento; o impacto da visita dos policiais e de sua violência produziram nas personagens os sentimentos de impotência, de insegurança e de exclusão social.

No pensamento de Sayuri, o medo voltava a visitá-la: “[...] e se viessem em minha casa e se encontrassem o meu livro?!” (HIRATSUKA, 2008, p. 87). Esse pensamento é (re)construído para representar mais uma vez o medo de serem pegos, de serem presos, de ter o seu único livro “tesouro” confiscado e assim, virar cinzas como as cartas da família de Hanae.

Sayuri, embora nascida no Brasil, não falava português; em casa, sua família só conversava em japonês. A construção dessa personagem nos leva a compreender que, embora se estivesse no Brasil e a língua oficial no país fosse o português, um indivíduo em contato com um determinado grupo social e linguístico acaba apropriando-se da cultura e do idioma desse grupo sociocultural. No caso de Sayuri, sua família não falava o português e grande parte de seus amigos eram imigrantes japoneses; sua comunicação se dava somente nesse idioma e o português passou a ser “um segundo idioma” não dominado fluentemente por ela e por sua família. Para a família de Sayuri e para as outras famílias que um dia esperavam retornar ao Japão, o aprendizado do português não era visto como algo obrigatório, como mencionado nas páginas anteriores.

O medo se transforma em dor, que, embora não pudesse expor, Sayuri confessa para si mesma:

Era verdade, não chegaram nem a vir até em casa. Ninguém seria preso? A vontade de chorar chegou mais forte.

- Sayuri, lava esses tomates. Logo todos voltam para almoçar.

Não sei se minha mãe percebeu as lágrimas que eu disfarçava, não falava nada. Antes que ela ou alguém encontrasse, fui buscar o livro que tinha deixado na jacá e levei-o para o quarto, escondendo outra vez no mesmo lugar. Só esperava que os homens não voltassem para terminar de revistar as casas da região (HIRATSUKA, 2008, p. 89).

A pequena menina já não aguentava mais tanta opressão, tinha muito medo de que os oficiais voltassem e confiscassem o seu único livro; é o momento em que se percebe o auge do medo, da desconfiança e da angústia. Para Sayuri, viver essa infância seria viver o medo, um momento de angústia e de toda a opressão que em seu ser não consegue distinguir o tamanho do ódio e da exclusão social, somente sabe que existe a guerra e o país dos seus pais fazem parte dessa guerra.

Pela desconfiança, as crianças decidem não mais levar os livros, cadernos e lápis para a escola japonesa, pois temiam ser pegos e sabiam que toda atenção e prudência era de grande necessidade.

Na mata e nos arredores do sítio, existem animais que produzem um som assustador, os quais se transformarão em transmissores do medo; ou seja, vemos a (re)construção do medo continuamente por todos os lados, seja por parte da sociedade, do governo, dos vizinhos japoneses e até mesmo dos animais, o que nos mostra como a solidão e o medo vão sendo trabalhados. Segundo Hiratsuka na fala de Sayuri:

A mata fazia um barulho esquisito, como se tivesse algum bicho por perto. Podia ser uma capivara, um macaquinho. Aí tudo bem. E se fosse uma onça? Meu pai comentou que pode ter uma onça lá e disse para Yukio não entrar na mata. Tive tanto medo que voltei correndo (HIRATSUKA, 2008, p. 92).

A aventura de poder estudar vai ganhando força e destaque em todo o romance. Os animais da floresta, como a onça, por exemplo, representam o medo, que ataca e fere, sendo que as pessoas também poderiam atacá-los de maneira direta ou indireta, por trás, como uma onça, um tigre ou um leopardo. Suas garras afiadas poderiam representar uma arma ou algum outro instrumento cortante que fere e mata. A partir desse sentimento de medo e das emoções apresentadas,

Sayuri vai buscando outros caminhos para poder aprender sem ser descoberta, isto é, “estudar enquanto os bichos-da-seda dormem” (HIRATSUKA, 2007, p. 59-61).

Estudar em uma escola brasileira poderia ser a solução, mas esse pensamento não era aceito por muitos imigrantes japoneses por diversos motivos.

E se a gente fosse até a escola da Fazenda São Pedro?

- Estudar lá?

- Ver como é.

- Meu pai diz que é muito longe.

- Eu sei o caminho. Vamos escondidos, todo mundo anda ocupado, ninguém vai notar.

- Não sei. E depois?

- Pedimos pra deixarem a gente estudar lá.

- Será que deixam?

Eu fiquei morrendo de vontade de ir. Queria saber como era essa escola, então perguntei:

- Quando?

- Amanhã. Depois do almoço. Faz de conta que você vem pra minha casa.

- E seu irmão?

- Ajudando meu pai, não tem tempo.

- Yukio também. E ele não quer saber muito de estudar.

- Acho que a Nami quer ir.

Ficou combinado de nos encontrarmos perto da mangueira, depois do almoço.

O resto do dia passei só pensando na nossa ida à fazenda. Será que vai dar certo? Se eu gostar da escola, posso pedir para estudar português. Se for com Shin e Nami, talvez meus pais deixem (HIRATSUKA, 2008, p. 101-102).

Para Sayuri, era até possível estudar em escola brasileira desde que fosse alfabetizada, nesse caso, em língua portuguesa, pois em casa já teriam contato com o idioma japonês, o que para ela configura um problema de aprendizagem; porém a condução para saírem do sítio e se dirigirem para a escola era outro impedimento.

Embora muitos preferissem que os seus filhos trabalhassem em vez de estudar, para Sayuri e sua família, a educação era primordial. Se de todas as alternativas ainda tivessem a autorização para estudar na Escola Fazenda São Pedro, a distância seria um outro problema a ser enfrentado.

Depois do almoço, as crianças decidem ir à Escola São Pedro sem a autorização e o conhecimento dos adultos. Essa escola é (re)construída na imagem dessas crianças como um lugar proibido, porém, um lugar onde a sabedoria e o conhecimento residem. Ao chegar as crianças a descrevem:

Ficava num lugar alto. Bem maior e mais bonita que a escola da nossa comunidade, toda pintada de branco e com janelas azuis. Na frente estendia-se um gramado. E o que fazer? Chegar mais perto? Para entrar precisávamos passar pela porteira.

[...] Nami continuou escondida atrás das primaveras que derramavam suas flores na porteira, pareciam nos dar boas – vindas. Eu também queria me esconder.

- Shin, você é o mais velho. E teve a ideia. Vai lá.

As janelas estavam abertas. Mas nenhum de nós tinha coragem de passar a porteira, só esperamos.

Soou um sino. E não demorou os alunos começaram a sair, alguns comendo lanche, outros correndo atrás de uma bola. A maioria era bem diferente de nós: crianças de cabelos cor – de – mel ou castanhos, bem encaracolados, algumas com pele escura, outras mais claras, morenas ... Tinha uma menina de cabelos pretos e lisos como os nossos, bem queimada do sol. De longe não conseguimos ver se ela tinha os olhos puxados.

Eu quis sair correndo. Mas, depois de andar tanto, ir embora assim?

Um dos alunos nos viu, parou e não apontou, avisou o colega ao lado. Também o outro reparou e eles vinham para o lado da entrada, conversando. Não entendi o que diziam. Uma mulher apareceu na janela, devia ser a professora. Era uma senhora, pele clara, cabelos castanhos bem ajeitados atrás. Todos estavam olhando para nós.

Nami disparou a correr. E agora? Ia atrás dela? Olhei para o Shin, foi me dando um medo.

- Vamos embora? - perguntei.

A professora estava saindo e vinha em nossa direção, ela falava de longe, era com a gente. O que ela dizia? Não entendi nada. Lembrei dos meus pais conversando: e se a tratam como inimiga? São crianças, o que sabem da guerra? Mas os adultos comentam ... (HIRATSUKA, 2008, p. 105-109).

O espaço geográfico da escola é mencionado como grande pelas crianças, que destacam: o alto representando o conhecimento e a educação, por outro lado, Sayuri e os seus amigos veem como diferentes as outras crianças pelas cores e tipos de cabelos, tons de pele e os seus olhos. Essa perspectiva sugere como as crianças viviam em comunidades fechadas com a sua própria cultura e visão de mundo.

Embora essas crianças vivenciassem um racismo marcante, é na escola que poderiam ter “mais liberdade” de poder aprender.

Essas crianças jamais tiveram o contato com as outras crianças que não fossem do sítio, pois nasceram no sítio, foram criadas no sítio e a distância até a cidade não lhes permitia ter qualquer tipo de contato com o mundo exterior, ou seja, sua única realidade de mundo eram as árvores, os pés de frutas, o riacho, os animais e os japoneses da comunidade. Quando chegam à Escola Fazenda São Pedro, vão se deparar com um outro mundo, uma realidade que não estavam

imaginando, ou seja, crianças diversas não-nipônicas. Elas veem esses alunos não-nipônicos como algo novo, diferente, temendo o que pudesse suceder.

Durante o intervalo, as crianças da escola saem para brincar e tomar o seu lanche, porém, uma delas avista o grupo de Sayuri e o medo volta a ser o personagem principal desse cenário, o mesmo que os persegue desde o início, quando os livros são enterrados e a casa onde vivem se torna um ambiente de velório.

“E se eles nos humilharem por sermos japoneses” pensavam as crianças; era tanta violência e exclusão social que o primeiro pensamento era de serem maltratados ou excluídos. O medo toma conta de seus corações, pois os adultos comentavam para que tivessem cuidado com *gaijin*, como mencionamos nos capítulos anteriores.

Só existia a solução de esperar a guerra acabar, pois os dois professores da escola japonesa que viviam na “clandestinidade” se casaram e já não havia professor ou voluntário para ajudar as crianças. Vemos que o estudar e o aprender levarão a outras dimensões, de buscar outros caminhos, como os de começarem a estudar em uma escola brasileira. Sayuri descreve os personagens da escola como únicos, porém, o seu medo era do conhecimento por parte deles em relação à guerra. Esse sentimento a visitara outra vez, ela pensava que poderiam culpá-los pelo país de suas origens estar em guerra com o mundo.

A todo o momento, Sayuri pensa no tempo e em quando seria o momento perfeito para desenterrarem os livros debaixo do abacateiro; assim, poderia mostrar a todos que escondera um livro todo seu; o que lhe ajudou a ser motivo de resistência contra as injustiças impostas ao povo nipônico que residia no Brasil. Já havia se passado três anos desde que os livros foram enterrados pela família de Sayuri, quando, em um determinado dia, sua família recebe a notícia de que a guerra finalmente chegou ao fim:

A guerra acabou, alguém disse. Talvez não, outros desconfiavam. Claro que eu torci para que fosse verdade, que a guerra tivesse mesmo acabado. Ninguém sabia direito. Do outro lado do mundo. Como ter certeza?
- Ao menos se a gente pudesse ler jornais – comentou minha mãe. O pai contou que na cidade tem jornais em português. Pena que ele não consegue ler, senão saberia se a guerra acabou de verdade. E eu continuei a pensar na escola da Fazenda São Pedro. Mesmo longe, mesmo que não entenda o que a professora fala, mesmo que

as crianças não sejam parecidas comigo, eu poderia estudar lá. Mas, antes, precisava ter certeza se a guerra tinha acabado ou não.

Um dos conhecidos do meu pai jurava ter ouvido na rádio. Era a voz do imperador. Pelo jeito, dizia que o Japão tinha perdido a guerra. Devia ser algum engano, os deuses não permitiriam, a maioria não acreditava. Certeza, certeza mesmo, ninguém tinha. E o tempo foi passando, na correria de sempre. Nada de eu saber mais sobre isso. Nada de o pai querer desenterrar os livros.

[...] O comentário de que a guerra tinha acabado aumentava. E diziam que o Japão poderia estar destruído. Sempre alguém contestava, dizendo que o país tinha ganhado a guerra e que logo voltaria para lá, para a terra onde nasceu (HIRATSUKA, 2008, p. 129-131).

Quando a guerra acabou, muitos japoneses não acreditavam que o Japão tinha sido derrotado, pois o Imperador era visto como o “invencível”, que tinha conquistado muitos países pelo continente asiático e pacífico, inclusive pelo nacionalismo difundido nas escolas das colônias japonesas. Parte dos japoneses não acreditavam nessa derrota, pensavam ser informações falsas e originárias do inimigo do Japão, os Estados Unidos da América, que as estava propagando, e que na realidade, o primeiro havia ganhado a guerra. Essa crença perdurou por alguns anos e muitos foram os problemas sociais que ela causou (SAITO, 1973).

Por fim, depois de terminada a guerra, num determinado dia, o pai de Sayuri recebe uma carta com as informações do Japão, sua família relatara que o país havia perdido e saído derrotado.

O sonho de poder voltar já não existia mais:

Depois que os vizinhos foram embora, meu pai permaneceu sentado na sala, cabisbaixo. Não entendi. A guerra não tinha acabado? Nunca o vi tão triste assim, nem mesmo quando enterrou os livros. Por quê? Durante o jantar ficou calado. Ninguém falava nada. E, quando todos foram dormir, continuou acordado, bebendo sozinho uns goles de cachaça.

Perguntei para minha mãe:

- Por que o pai está desse jeito se a guerra acabou?

- É porque ele não tem mais lugar para voltar.

- E o nosso sítio? Aqui não é o nosso lugar?

Ela disse que sim, temos a terra, aqui é o nosso lugar. Mas o pai não está triste só pela casa ou pela terra. Ele está sem lugar para voltar, repete isso várias vezes. E explicou um pouco melhor:

- Na verdade, todos já sabiam que a guerra tinha acabado.

- Como?

- Acho que seu pai preferia acreditar que não. Mais difícil era saber que o país perdeu a guerra.

Eu vi cartas chegando, isso quer dizer que nem todos estão mortos. Talvez os nossos parentes estejam vivos. Ele não precisa ficar tão

triste, eu comento. Nenhum país é igual depois da guerra, explicou minha mãe. O país em que nascemos, crescemos e deixamos não existe mais. Você ainda é muito criança para entender. E disse que vamos viver aqui para sempre, aqui é o lugar onde seremos enterrados. O pai também sabe disso. Mas deixa ele ficar triste por uns dias, depois ele volta a pensar na terra, nos bichinhos, nas novas plantas. E deu um suspiro bem fundo. E eu fiquei com muita pena do meu pai (HIRATSUKA, 2008, p. 134-135).

A solução era mergulhar-se na bebida, o único refúgio para esse imigrante japonês. Sendo aconselhado pelo próprio Imperador, imigra para América do Sul para conquistar as riquezas, representando o Japão no exterior e, quando cumprida a “sua missão”, voltaria ao Japão. Muitos se sentiam traídos, outros, desiludidos e enganados; pois sabiam que, depois da guerra, tudo havia se transformado com a destruição do Japão e que, agora, o seu *furusato* já não existia mais, o que restaram eram cinzas. Como tinham a casa, o seu sítio passa a ser o seu lugar no mundo, o início e o fim de tudo, onde a história começou e agora termina.

Muitos japoneses tinham a esperança de que o Japão havia ganhado a guerra e os que não criam nisso passaram a ser vistos com outros olhos, como mostrado anteriormente.

Sayuri não entendia como o mundo dos adultos era complicado, muitos deveriam estar felizes pelo fim da guerra, mas a tristeza era o seu porto de refúgio.

No final do romance, os livros são desenterrados e a umidade já os havia destruído, ou seja, o resultado da guerra foi a destruição e nenhum dos lados ganhou, só se viu perdas. Essas perdas e impactos influenciaram na vida de muitos imigrantes que residiam no Brasil.

Para a família de Sayuri, o único significado da guerra é a dor; o sofrimento e as perdas, como mencionado nos outros capítulos. Sayuri estaria imersa em angústia, sofrimento, dor por vivenciar diversas experiências por ser imigrante, isto é, representa um momento histórico marcante não só para os imigrantes japoneses, mas para toda a sociedade e os seus descendentes.

Temáticas presentes no romance

Feita a análise da narrativa presente em “Os livros de Sayuri”, algumas questões importantes emergem da obra. Serão abordadas algumas delas aqui, embora não seja possível, nos limites da presente dissertação, abarcar todos os elementos presentes. Dentre os aspectos emergentes, serão aqui discutidos três pontos: a temática da terra natal, a violência contra os *nikkeis* e o papel da educação entre os imigrantes.

3. 4.1. Dimensões da terra natal

Em entrevista dada ao jornal Estado de São Paulo, Hiratsuka manifestou suas ideias de *furusato* e o seu impacto em suas obras literárias:

E por que a infância? O que ela significou para autora? ‘A infância foi para mim um período de muitas brincadeiras e experiências incríveis, mas também de muita inquietação. Desde essa época, eu fazia perguntas a respeito do sentido da vida, qual seria o meu papel no mundo, quais eram os meus sonhos, por que nasci naquele lugar. E as angústias dos adultos também me afetavam’, responde. E completa: ‘Hoje percebo que todas as questões da minha infância são as minhas verdadeiras questões. E ela é, para mim, como um mapa. Se eu perco, busco encontrar o caminho lembrando dos sonhos, dos anseios que povoaram aqueles tempos’ (RODRIGUES, 2018).

As experiências vividas por Hiratsuka contribuíram para sua formação como sujeito, pois desde criança já se preocupava com diversas questões de cunho existencial. Baseada em sua trajetória pessoal, a autora construiu a representação em torno da protagonista de seu livro, Sayuri, criança questionadora que buscava preservar, nos livros guardados em segredo, sua identidade cultural como filha de japoneses. No entanto, é válido ressaltar que a protagonista é construída com uma maturidade, inclusive política, incompatível com uma criança de sete anos de idade, atentando para questões como as perseguições do período como um adulto, o que remete à construção memorialista realizada *a posteriori* por Hiratsuka. Além disso, a própria autora não foi uma testemunha direta do contexto de perseguição aos *nikkeis* durante a primeira metade do século XX, tendo nascido apenas posteriormente. Nesse sentido, elementos incorporados à sua narrativa literária

foram apropriados tanto das reminiscências de familiares e amigos quanto de informações derivadas de material acadêmico.

Como visto, a questão do *furusato* desempenha papel importante em sua narrativa literária. Para a autora, a terra natal seria o sítio em Duartina; para Sayuri e seus familiares, no entanto, seria o próprio Japão. O discurso sobre o *furusato* desempenha papel importante nas narrativas produzidas por imigrantes japoneses, na medida em que haviam se deslocado de suas regiões de origem com o intuito de viajar para o Brasil, ganhar dinheiro e potencialmente voltar para o Japão, retorno que se realizou na prática apenas para uma minoria (LESSER, 2001). Nas propagandas realizadas pelas companhias de emigração, o território brasileiro era representado a partir de concepções paradisíacas, ressaltando a fertilidade da terra e a possibilidade de enriquecimento rápido e fácil. No entanto, como ressaltado por autores como Lesser (2001), as expectativas não se realizaram diante da pobreza, do choque cultural, bem como dos discursos e práticas antinipônicos no decorrer da primeira metade do século XX. Nesse sentido, os imigrantes passaram a construir imagens saudosistas a respeito de sua terra natal, contrapondo-as às dificuldades encontradas no Brasil, ainda que o território japonês estivesse perpassado por problemas como alta concentração demográfica, escassez de víveres e pobreza.

Entretanto, a questão do *furusato* é mais complexa nessas narrativas, uma vez que não se refere apenas ao Japão entendido como nação. A relativa unificação do país ocorreu apenas no século XIX, com a Restauração Meiji, com a anexação de duas regiões: Okinawa, no extremo sul, e Hokkaido, ao norte do território. De qualquer forma, mesmo no século XX, semelhantemente ao caso italiano, o sentimento de pertencimento dos indivíduos era mais sólido em relação às regiões do que à nação como um todo, o que justificava demarcações identitárias e mesmo preconceituosas entre indivíduos pertencentes a cidades como Tóquio e Osaka. Com a imigração para o Brasil, imigrantes provenientes de diferentes regiões foram postos lado a lado nas colônias, embora houvesse predominância, nas primeiras duas décadas, no tocante a famílias do sul do Japão (ANDRÉ, 2011). Em território brasileiro, diante das especificidades e desafios inerentes à sociedade receptora, os imigrantes passaram a construir o sentimento de pertencimento ao Japão, compreendido como Estado-nação, amenizando relativamente as diferenças regionais, embora haja permanência, ainda atualmente, de associações provinciais, como é o caso dos okinawanos na cidade paranaense de Londrina.

O último aspecto importante relacionado ao *furusato* diz respeito, também, à sua ressignificação, realizada pelos descendentes de japoneses, diversos deles nascidos no próprio Brasil, como é o caso de Hiratsuka. Não coincidentemente, a autora ressalta, em sua narrativa, elementos afetivos, como a infância, a família, o cheiro da chuva ao cair na terra e o caquizeiro. Veja-se a passagem a seguir:

O quintal onde brinquei e tive os meus primeiros bichos, tanto verdadeiros, quanto imaginários, ficou na memória como *furusato*. Aprendi com minha avó que *furusato* é onde a gente nasce, mas também é o lugar aonde vamos, em pensamento, quando estamos tristes ou felizes. Hoje tento recriá-lo, com desenhos e palavras. Faltou ainda contar que tenho 7 irmãos, 10 sobrinhos, meus pais moram em Bauru, o meu avô faleceu com 92 anos. A minha avó está com 104 anos e ainda falamos do *furusato* e dos peixes (HIRATSUKA, 2008, s.p.)

Para os descendentes de japoneses que, em parte, não conheciam a terra natal que constituía as regiões japonesas ou o país como um todo, a própria colônia japonesa no Brasil, em particular os sítios, viriam a tornar-se *furusato*. Hiratsuka, como visto, pertence à terceira geração de japoneses no Brasil, tendo nascido na segunda metade do século XX, vivendo a infância na espacialidade do sítio. O espaço converte-se em lugar que, sendo representado por intermédio da experiência de Sayuri no sítio, é caracterizado a partir de elementos afetivos que compõem a narrativa em torno do *furusato* que, para a segunda e a terceira geração, constituía o próprio sítio no Brasil, e não as regiões japonesas de origem dos pais ou o próprio Japão.

3. 4. 2. O silêncio em relação ao nacionalismo nas escolas japonesas

Outro aspecto importante no livro de Hiratsuka diz respeito à questão da educação, um dos pilares da narrativa literária em foco. O livro como objeto é um dos símbolos da questão, encontrando-se no próprio título do romance. O enredo desenvolve-se, como visto, a partir do funeral dos livros, tendo em vista as perseguições realizadas durante a conjuntura histórica varguista, e a transformação das escolas japonesas em instituições clandestinas. Sayuri, nesse sentido, seria a

protagonista inocente que faria apelo à necessidade de estudar. Contudo, Hiratsuka (2008) nos remete a uma educação “maravilhosa” e idealizada, sem questionar os pontos da educação nacionalista.

Como visto nos capítulos anteriores, a escola seria alicerce para a difusão do “espírito japonês”, compreendido a partir do viés nacionalista preponderante no Japão até 1945. Para Saito:

A escola não é senão o lugar em que adquire o espírito japonês pelo ensino da língua japonesa. Ademais, a aquisição do espírito japonês deve resultar, de acordo com a referida maneira de pensar, primeiramente, na continuidade do sistema familiar japonês imbuído de grande respeito aos pais à autoridade do chefe da família. Em segundo lugar, no estímulo ao trabalho, única e exclusivamente ao trabalho e na possibilidade de expansão cada vez maior de seus negócios (SAITO, 1973, p. 27-28).

Portanto, a escola era concebida como lugar para o ensino não só da instrução formal, mas também de difusão do modelo familiar japonês (*ie*), voltado para a chamada piedade filial, segundo a qual os pais deveriam ser reverenciados incondicionalmente. O *ie* constituía um dos alicerces do nacionalismo, na medida em que a matriz organizacional do Estado seria a própria família: assim como os filhos deveriam respeitar os pais, os súditos deveriam fazê-lo em relação ao Imperador, concebido como deus vivo, seguindo a perspectiva religiosa e ideológica do Xintoísmo de Estado (MAEYAMA, 1973). A escola, assim, tinha como intuito preparar os “seus filhos” para defender o grande Império japonês e cultuar o Imperador, o que caracterizava a educação até o final da guerra (SAITO, 1973).

Como sugerido por Maeyama (1973), a escola nacionalista deveria difundir os ensinamentos do *Yamato Damashii* (literalmente, o “espírito de Yamato”, forma como o Japão era denominado na antiguidade), voltado para os valores culturais do país e a devoção ao Imperador. A busca pela manutenção da ideologia nacionalista no Brasil fundamentava-se no objetivo dos imigrantes japoneses de enriquecerem-se e retornarem ao Japão um dia, comunicando os valores ancestrais aos seus descendentes, o que era de grande preocupação.

Em “Os livros de Sayuri”, uma vez que as escolas japonesas se tornam ilegais, surge a necessidade de as crianças estudarem em escolas brasileiras, o que, na prática, constituía obstáculo à perpetuação do nacionalismo nipônico, embora Hiratsuka não tenha atentado para esse aspecto. É importante ressaltar

que, nos anos de 1930 e 1940, a educação brasileira também era voltada para o nacionalismo, pois se educava o brasileiro para amar a pátria e defendê-la, considerando as particularidades dos governos de Getúlio Vargas durante o período, que, mesmo não sendo considerado deus vivo, como o Imperador japonês, possuía seu retrato cultuado em escolas e fábricas. Além disso, sua voz era transmitida para os lares por intermédio de transmissões de rádio (LENHARO, 1986).

Por um lado, havia as escolas japonesas nacionalistas clandestinas. Por outro, as escolas brasileiras nacionalistas, que tinham como intuito, no caso dos filhos de imigrantes, permitir a acomodação e assimilação desses grupos étnicos no país. Buscava-se que os filhos dos imigrantes pudessem ter o contato com a cultura brasileira, socializando-se e integrando-se à sociedade receptora. Ao aprender a língua vernácula no Brasil, sugeria-se o surgimento de vínculos com a sociedade local e o corte parcial ou total com as raízes culturais japonesas.

Dentre as razões para a lacuna dessas questões no livro de Hiratsuka (2008), pode-se aventar hipoteticamente que, por se tratar de uma obra infantojuvenil, o público-alvo poderia não compreender o significado da educação nacionalista japonesa. Além disso, considerando as implicações do nacionalismo nipônico, manifestado, por exemplo, nos grupos vitoristas, talvez apontar para a questão da educação soaria politicamente incorreto na atualidade, tendo em vista a imagem romantizada segundo a qual, diferentemente de outros imigrantes que construiriam igrejas, os japoneses levantariam escolas com o intuito de oferecer instrução a seus filhos.

3. 4. 3. Violência contra os *nikkeis*

Como mencionado nos capítulos anteriores, os autores que pesquisaram sobre a história da imigração japonesa ressaltam o grau de xenofobia existente entre certos grupos da elite e da intelectualidade brasileira desde o século XIX (DEZEM, 2005), o que se consolidou no decorrer da primeira metade do século XX. A proibição de difusão da língua seria apenas uma das dimensões dessa violência, que envolve elementos físicos e psicológicos.

Como sugere Takeuchi (2002), durante a conjuntura histórica de guerra, os imigrantes do grupo Eixo não poderiam se deslocar sem autorização prévia da polícia local. Outro aspecto de grande relevância era a proibição de conversar em língua japonesa, tendo em vista que muitos japoneses não compreendiam a língua portuguesa. Buscava-se, a médio prazo, extinguir a língua materna entre os imigrantes e os seus descendentes, o que é significativo considerando, como afirmado, a inclinação para que os filhos dos imigrantes frequentassem as escolas brasileiras e fossem integrados aos padrões culturais da sociedade receptora. Isso era reforçado pelo confisco de livros, revistas e jornais em língua japonesa, atinando para a falta de liberdade, racismo e tentativa de extinguir a cultura japonesa entre os *nikkeis* no Brasil.

É interessante perceber que Hiratsuka, embora construa certa concepção romantizada da educação ensinada nas escolas japonesas, não se apropriou do discurso de harmonia étnica em relação à imigração japonesa no Brasil durante a comemoração do Centenário, em 2008. Como visto no capítulo anterior, durante a conjuntura histórica, indivíduos e grupos tanto no Brasil quanto no Japão enfatizaram a ideia segundo a qual nunca se discriminou o estrangeiro em território brasileiro, em especial, no caso, japoneses e descendentes. Além das razões políticas mais óbvias, o silêncio mesmo entre os imigrantes de primeira geração no período talvez fosse devido aos traumas emocionais, levando-os a não tocarem em questões conflituosas.

Hiratsuka, pelo contrário, critica esse discurso que higieniza os conflitos, na medida em que Sayuri, mesmo sendo criança, teria percebido as perseguições realizadas aos *nikkeis*, representadas, sobretudo, pela questão educacional. Aqui cabe uma reflexão sobre o lugar de produção do discurso da autora, já que a terceira geração de japoneses, como ela própria, não havia vivenciado em primeira mão os problemas sociais mencionados, podendo chamar a atenção com mais afinco, tendo em vista o distanciamento temporal e emocional, para questões como racismo, choques culturais e discriminação.

Nesse sentido, o discurso de Hiratsuka pode oferecer um indício ao leitor de sua vivência como *nikkei* no Brasil e suas inquietações. Propõe-se, com “Os livros de Sayuri”, uma quebra de estereótipos em relação a essa imigração, contrapondo os discursos socialmente higienizadores propalados durante o Centenário, tanto no Japão quanto no Brasil.

3.5 Recepção do romance “Os livros de Sayuri”

O romance nipo-brasileiro “Os livros de Sayuri” foi impresso no Brasil no idioma português com a sua primeira tiragem em 2008 e na França no idioma francês com a sua primeira tiragem em 2016. No Brasil teve impacto crítico e positivo por parte dos leitores que chegou a ser lançado em língua francesa, como mencionado anteriormente.

Para a ilustradora Márcia Misawa (2008), graduada em Comunicação – Publicidade e Propaganda pela USP e atualmente residente nos Estados Unidos, o romance infantojuvenil escrito por Hiratsuka teve impacto emocional e com linguagem acessível para o público em geral. Segundo Misawa (2008):

Sabe ... Sayuri parece minha mãe, que também guarda ricos detalhes da preciosa experiência de comer o doce mais gostoso do mundo. Ela também me conta de sua infância como se ainda estivesse lá, criança, com todas as perguntas que tinha e que ficaram na memória como eternas questões que ninguém mais teve coragem de comentar. Apesar de minha mãe ter nascido no ano em que a guerra acabou, ela também viveu o pavor de não poder estudar. E eu, mesmo tão distante dessa época, também guardo comigo emoções que meus pais e avós viveram, como se fosse gene de alma (MISAWA, 2008, s.p).

A leitora compara Sayuri a sua mãe, que também passou pelo pavor de não poder estudar. Para Misawa, essa emoção é um sentimento inexplicável que vem de seus instintos como *nikkei*, como mulher e como mãe. Em sua página, Misawa destaca a importância de sua família em sua educação e na estrutura do seu lar, onde a leitora resgata fotos de sua família comparando-as com a história de Lúcia e até mesmo a de Sayuri, personagem criada por Hiratsuka. Ao finalizar a crítica e comentários em relação ao romance, Misawa destaca: “Hora de homenagear meus pais e avós, que estiveram sempre presentes na minha leitura do Os livros de Sayuri ...” (MISAWA, 2008, s.p).

Como visto ao longo do capítulo, a literatura produzida por nipo-brasileiros desempenha papel importante na construção da memória sobre a imigração japonesa no Brasil, mesmo utilizando da ficção para versar sobre o passado. Segundo Antonio Candido (2006), os literatos apropriam-se de elementos de seu período de produção com o intuito de construir as representações ficcionais.

Hiratsuka, no bojo dessas narrativas memorialistas tecidas durante o centenário, elabora os personagens, o enredo e a espacialidade presentes em “Os livros de Sayuri” considerando sua experiência pessoal no sítio Asahi, mas realocando-a em outra temporalidade, ligada à primeira metade do século XX. São abordadas questões como a terra natal, a educação e a violência cometida contra *nikkeis* no Brasil. Embora a autora idealize romanticamente o papel desempenhado pelas escolas japonesas, silenciando sobre os aspectos nacionalistas que a fundamentam, acaba trazendo à tona questões importantes relacionadas às perseguições e às violências de cunho xenofóbico, destoando do discurso de harmonia étnica produzido durante o Imin 100.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto ao longo da presente dissertação, as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil resultaram em impactos sociais, econômicos, políticos e culturais tanto no Brasil como no Japão. O Imin 100 foi marcado por comemorações em vários estados brasileiros, principalmente aqueles que possuíam maior número de descendentes de japoneses. Durante as comemorações, construiu-se a representação do Brasil acolhedor, exemplo de país que receberia os estrangeiros de “braços abertos”.

O discurso silenciador, como definimos, buscou esvaziar a narrativa memorialística de todos os conflitos em potencial, principalmente aqueles relacionados às violências e às perseguições cometidas contra japoneses e descendentes nas primeiras décadas de imigração. O Imin 100, nesse sentido, higienizou, por um lado, a memória do imigrante japonês e, por outro, inclinou-se para as narrativas exóticas ou modernizadoras sobre o Japão, voltando-se tanto para gueixas quanto para a tecnologia do país. Essas representações foram elaboradas num período tanto de crise econômica, que afetou principalmente os trabalhadores brasileiros em território japonês, quanto de projetos conjuntos entre ambos os países.

No contexto do Centenário, o lançamento do romance “Os livros de Sayuri”, em 2008, não foi casual. Hiratsuka buscou (re)construir a memória da imigração japonesa no Brasil, utilizando de linguagem simples, voltada para o público infantojuvenil, tentando representar, nos personagens e nos cenários presentes no livro, a história de sua família. Isso implicou tanto eventos que a autora não testemunhou diretamente, como é o caso da experiência dos avós, que chegou a ela, provavelmente, por meio da tradição oral, quanto experiências diretas de Hiratsuka no sítio. A autora, no romance, foi na contramão do discurso silenciador, sugerindo que a imigração no Brasil foi marcada por xenofobia e choques culturais.

A escrita do romance implicou (re)criar uma fase da história do Brasil a partir da ficção, lembrando das sugestões metodológicas de Antonio Candido (2006) no sentido de compreender a literatura como produto social. A imagem dos livros enterrados tornou-se emblemática no romance, remetendo à proibição durante o

governo Vargas em relação ao ensino da língua para os considerados súditos do Eixo. No decorrer da análise do romance, foram analisados três lugares discursivos: a terra natal (ou *furusato*), o papel da educação e as violências contra imigrantes e descendentes. Embora Hiratsuka tenha silenciado a respeito das implicações nacionalistas da educação japonesa, idealizando-a de forma romântica, a autora permite entrever a violência cometida contra *nikkeis*, simbolizada no funeral dos livros.

REFERÊNCIAS

1. Fontes primárias

ACCIJB. **História da Imigração**. Disponível em:

<http://www.centenario2008.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=30>. Acesso em 26. Jan. 2020.

A TERRA do Sol Nascente Ocidental. **Revista Mais Brasil**, ano 1, n. 5, p. 23-24, 2 out. 2008.

EDUCAÇÃO: projeto ajuda na qualificação professores. **Revista Mais Brasil**, ano 1, n. 5, p. 72, 2 out. 2008.

ENDO, Cláudio. **Enfim, o consulado**: Depois de quatro anos de reivindicações, Lula dá sinal verde para a instalação do órgão em Hamamatsu. **Revista Mais Brasil**, ano 1, n. 1, 24, p. 82-83, jul. 2008.

GUERIN, Mariana. Festa do Imin 100 é aberta oficialmente. **Folha de Londrina**, 26 fev. 2008. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/festa-do-imin-100-e-aberta-oficialmente-632728.html>> . Acesso em 25 jan. 2020.

HASEGAWA, Laura Honda. **Sonhos bloqueados**. São Paulo: Estação Liberdade, 1991.

HIGASHI, Marly. Confiantes na preferência: trabalhadores brasileiros supõem que seja complicado serem substituídos por funcionários de outras etnias devido sua experiência adquirida e à qualidade do trabalho apresentado. **Revista Alternativa Nishi**, n. 43, p. 16-17, maio 2008.

HIGASHI, Marly. Crise chega aos brasileiros. **Revista Alternativa**, n. 190, p. 22, 23 out. 2008a.

HIGASHI, Marly. Indonésio tem visto de três anos. **Revista Alternativa Nishi**, n. 43, p. 22, 29 maio 2008b.

HIGASHI, Marly. Mais estagiários no mercado. **Revista Alternativa Nishi**, n. 43, p. 20, 29 maio 2008c.

HIGASHI, Marly. Milagre japonês nasce daqui. **Revista Alternativa Nishi**, n. 47, p. 40, 18 set. 2008d.

HIGASHI, Marly. Mudanças na Lei de Imigração. **Revista Alternativa Nishi**, n. 43, p. 26-28, 29 maio 2008e.

HIGASHI, Marly. Qualidade versus custo. **Revista Alternativa Nishi**, n. 43, p. 18, maio 2008f.

HIRATSUKA, Lúcia. **Contos da Montanha**. São Paulo: Edições SM, 2005.

HIRATSUKA, Lúcia. **Festa no Céu/Festa no Mar**. São Paulo: DCL, 2008a.

HIRATSUKA, Lúcia. **Histórias tecidas em seda**. São Paulo: Cortez, 2007.

HIRATSUKA, Lúcia. **Muli**. São Paulo: DCL, 2010.

HIRATSUKA, Lúcia. **Os Livros de Sayuri**. São Paulo: Edições SM, 2008b.

HIRATSUKA, Lúcia. **Um rio de muitas cores**. Baruei: Studio Novel, 1999.

IMIN 100. **Folha de Londrina**, 19 fev. 2008. Disponível em:
<<https://www.folhadelondrina.com.br/cadernos-especiais/imin-100---principe-desembarca-em-solo-paranaense-645345.html>>. Acesso em 25. Jan. 2020.

MAEDA, Marlene. Japão legal: Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão divulga resultados da pesquisa realizada em janeiro deste ano, em três cidades brasileiras, e revela impressões positivas da população. **Revista Alternativa**, ano 7, n. 178, p. 86-87, 01 maio 2008.

MAXWELL, Roberto. E agora, José?: Brasileiros se preocupam com a invasão chinesa no mercado de trabalho, mas pesquisadores dizem que ainda é cedo para pensar no fim do movimento *dekassegui*. **Revista Alternativa Nishi**, n. 43, p. 30-31, 29 maio 2008.

MAYUMI, Bárbara; TONELLO, Juliana Mir. Para manter a tradição: com dez anos de história, Festival do Japão atrai 170 mil pessoas à cidade de São Paulo para prestigiar a cultura e a culinária nipônica. **Revista Mais Brasil**, ano 1, n. 2, p. 80-82, 7 ago. 2008.

NAKASATO, Oscar. **Nihonjin**. São Paulo: Benvirá, 2011.

NAKASATO, Oscar Fussato. **Imagens da integração e da dualidade**: personagens nipo-brasileiros na ficção. São Paulo: Editora Blucher, 2009.

RELAÇÃO econômica entre os países. **Revista Mais Brasil**, ano 1, n. 1, p. 14-17, 24 jul. 2008.

RODRIGUES, Maria Fernanda. 'Com Chão de Peixes', Lúcia Hiratsuka volta à infância – esse tempo de espanto e brincadeira. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15. fev. 2018. Disponível em:
<<https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,com-chao-de-peixes-lucia-hiratsuka-volta-a-infancia-esse-tempo-de-espanto-e-brincadeira,70002189666>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SENADOR comenta protecionismo no mercado. **Revista Alternativa**, ano 8, n. 199, p. 40, 26 fev. 2009.

SHINTAKU, Juvenal. Eternamente crianças. **Revista Alternativa**, ano 8, n. 189, p. 10, 9 out. 2008.

TELENOCHE. **ADN argentino**: chinos. 2017. (11m40s). Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=6cUp1YAnQ5M>> Acesso em: 10 set. 2019.

TOBACE, Ewerthon. Em busca do passado. **Revista Alternativa**, ano 7, n. 179, p. 66-67, 22 maio 2008a.

TOBACE, Ewerthon. Um século de história. **Revista Alternativa**, ano 7, n. 179, p. 60-61, 22 maio 2008b.

YOSCIMOTO, Cláudia. Direitos dos estrangeiros: Aichi Union Kizuna surge com a proposta de orientar e intermediar conflitos entre trabalhadores e empresa. **Revista Alternativa Nishi**, n. 43, p. 14, 29 maio 2008a.

YOSCIMOTO, Cláudia. Mais uma opção em Aichi: Banco Itaú amplia o atendimento à comunidade brasileira ao inaugurar sua primeira subagência em Toyohashi. **Revista Alternativa**, n. 179, p. 86-87, 22 maio 2008b.

YOSCIMOTO, Cláudia. Muitas pontes entre Brasil e Japão. **Revista Alternativa Nishi**, n. 43, p. 36-37, 29 maio 2008c.

YOSCIMOTO, Cláudia. Setor de autopeças é o forte. **Revista Alternativa Nishi**, n. 43, p. 46, 29 maio 2008d.

2. Figura

CONSULADO GERAL DO BRASIL EM TOKYO. **Jurisdição**. Disponível em:
<<http://cgtoquio.itamaraty.gov.br/pt-br/>> Acesso em: 12. Mai. 2019.

HIRATSUKA, Lúcia. **Les livres de Sayuri**. France: Anacaona Junior Editions, 2016.

HIRATSUKA, Lúcia. **Os livros de Sayuri**. São Paulo: Editora SM, 2008.

3. Bibliografia

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. **Seicho-no-ie do Brasil**: agradecimento, obediência e salvação. São Paulo: Annablume, 1999.

ALMEIDA, Sandra Cecília Rosendo. **Imigração Japonesa e Identidade Nacional**. Brasília: Uniceub, 2007.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. A Imigração Japonesa no Brasil: História e Memória, Fronteiras e Interpenetrações. **História e-história**, v. 1, 2009. 1-24. Disponível em: https://www.academia.edu/31851859/A_Imigração_Japonesa_no_Brasil_História_e_Memória_Fronteiras_e_Interpenetrações_The_Japanese_Immigration_to_Brazil_history_and_memory_borders_and_interpenetrations_?auto=download. Acesso em:

10 nov. 2019.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. Imin: comemorações e memórias silenciosas. **Paraná Shimbun**, Londrina, p. 8-8, 2008.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **Religião e silêncio**: representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos (1932 – 1950). Tese, 250 f. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Programa de Pós – Graduação em História. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARDOSO, Ruth Correa Leite; NINOMIYA, Masato. **Estrutura familiar e mobilidade social**: estudo dos japoneses no estado de São Paulo. São Paulo: Primus Comunicação, 1998.

CHIAPPINI, Ligia. Literatura e História: notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. **Literatura e Sociedade**, v. 5, n. 5, 2000.

DEZEM, Rogério. **Matizes do "Amarelo"**: A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

FUJIKAWA, Eduardo Eiiti. **Um pedaço do Japão no Paraná**: Conflitos e a construção da identidade étnica (Assaí, 1942 a 1946). 2018. 46 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

KUMASAKA, Y; SAITO, Hiroshi. Kachigumi: uma delusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. In: SAITO, H.; MAEYAMA, Takashi (Orgs.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973. p. 448-464.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. São Paulo: Papyrus, 1986.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MAESIMA, Cacilda. **Japoneses, multietnicidade e conflito na fronteira**: Londrina, 1930/1958. 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

MAEYAMA, Takashi. O antepassado, o Imperador e o imigrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil rural (1908-1950). In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, T. (Orgs.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973. p. 414-438.

MISAWA, Márcia. **Os livros de Sayuri**. In: Márcia Misawa. Disponível em: <<http://marciamisawa.blogspot.com/2008/12/os-livros-de-sayuri.html>> Acesso em 10. Mai. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

SAITO, Hiroshi. Mobilidade e assimilação de imigrantes japoneses. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (Orgs.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973. p. 467-474.

SILVA, Naira Saiki. **IMIN 100, cem anos de amizade?** A desconstrução do discurso identitário nipo-brasileiro na comemoração do centenário de imigração japonesa em 2008. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/portal/pages/arquivos/Instrumentos-Pesquisa/TRAB-ACADEMICOS_DIGITALIZADOS/HISTORIA/IMIN%20100%20CEM%20ANOS%20DE%20AMIZADE%20A%20DESCONSTRUCAO%20DO%20DISCURSO%20IDENTITARIO%20NIPO-BRASILEIRO%20NA%20COMEMORACAO%20DO%20CENTENARIO%20DE%20IMIGRACAO%20JAPONESA%20EM%202008.pdf>. Acesso em: 25. jan. 2020.

STEVENS, Cristina Maria Teixeira. A interface gênero/etnia na ficção de nisseis brasileiras e estadunidenses. **Labrys: estudos feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1. 2004.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945) – Módulo III** – Japoneses. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

VEJMEKKA, Marcel. O Japão na literatura brasileira atual. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 43. p.213-234. jan/jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9954>>. Acesso em: 17 jun. 2019.